



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC)

Justiça Social

Conheça ações de relevância social da
Justiça do Trabalho nos Estados de Rondônia e Acre
nos anos de 2017 a agosto de 2019



Justiça Social

Conheça ações de relevância social da
Justiça do Trabalho nos Estados de Rondônia e Acre
nos anos de 2017 a agosto de 2019

COMPOSIÇÃO TRT14

2019-2020

PRESIDENTE E CORREGEDOR
OSMAR JOÃO BARNEZE

VICE-PRESIDENTE
SHIKOU SADAHIRO

DESEMBARGADORES DO TRABALHO
(ordem de antiguidade)

SOCORRO GUIMARÃES
MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA
CARLOS AUGUSTO GOMES LÓBO
VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR
ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ
SHIKOU SADAHIRO
OSMAR JOÃO BARNEZE

JUÍZES TITULARES DE VARA DO TRABALHO <i>(ordem de antiguidade)</i>	JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS <i>(ordem de antiguidade)</i>	SECRETÁRIOS E COORDENADORES
ANA MARIA ROSA DOS SANTOS AFRÂNIO VIANA GONÇALVES EDUARDO ANTÔNIO O' DONNELL GALARÇA LIMA ANA CARLA DOS REIS - MARLENE ALVES DE OLIVEIRA LUZINALIA DE SOUZA MORAES RICARDO CÉSAR LIMA DE CARVALHO SOUSA ANDRÉ SOUSA PEREIRA MONICA HARUMI UEDA EDSON CARVALHO BARROS JÚNIOR FÁBIO LUCAS TELLES DE MENEZES ANDRADE SANDIM ANTONIO CÉSAR COELHO DE MEDEIROS PEREIRA CONSUELO ALVES VILA REAL JOSÉ ROBERTO DA SILVA CHRISTIANA D' ARC DAMASCENO OLIVEIRA ANDRADE SANDIM SILMARA NEGRETT CLEIDE APARECIDA BARBOSA SANTINI VITOR LEANDRO YAMADA CÂNDIDA MARIA FERREIRA XAVIER EUDES LANDES RINALDI ANDREA ALEXANDRA BARRETO FERREIRA EDILSON CARLOS DE SOUZA CORTEZ WADLER FERREIRA DANIEL GONCALVES DE MELO DOROTHEO BARBOSA NETO JOSÉ CARLOS HADAD DE LIMA CARLOS ANTÔNIO CHAGAS JÚNIOR CELSO ANTONIO BOTÃO CARVALHO JÚNIOR JAMILLE CARVALHO RIBEIRO PIRES GONÇALVES JOSÉ ROBERTO COELHO MENDES JÚNIOR SONEANE RAQUEL DIAS LOURA VICENTE ANGELO SILVEIRA REGO	CLEVERSON OLIVEIRA ALARCON LIMA RENATA NUNES DE MELO MARCELO TANDLER PAES CORDEIRO LUIZ JOSÉ ALVES DOS SANTOS JÚNIOR FERNANDA ANTUNES MARQUES JUNQUEIRA JOANA MARIA SÁ DE ALENCAR RENATA ALBUQUERQUE PALCOSKI ANA CÉLIA SOARES FERREIRA MARCELLA DIAS ARAUJO FREITAS ANA PAULA SANTOS MENDONÇA VERIDIANA ULLMANN DE CAMPOS WAGSON LINDOLFO JOSÉ FILHO CAROLINA DA SILVA CARRILHO ROSA AUGUSTO NASCIMENTO CARIGÉ THIAGO ALBERTO DE SOUSA CLEITON WILLIAM KRAEMER POERNER HELOÍSA POLIZEL DE OLIVEIRA MORAES FERNANDO SUKEYOSI EVERALDO DOS SANTOS NASCIMENTO FILHO SIMONE AKEMI KUSSABA TROVÃO JOANA DUHÁ GUERREIRO ANDREZA SOARES PINTO MARTHA CAMPOS ACCURSO FELIPE AUGUSTO MAZZARIN DO LAGO ALBUQUERQUE TAINÁ ANGEIRAS GOMES DOS SANTOS VILAÇA	SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA TAMA MENDES OHIRA DIRETORIA-GERAL LÉLIO LOPES FERREIRA JUNIOR SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS INSTITUCIONAIS CELSO GOMES ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA PRESIDÊNCIA LARISSA ALCANTARA FREIRE SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL EDUARDO ALCENOR DE AZEVEDO JUNIOR EJUD ELIZETE OLIVEIRA MENDONÇA SECRETARIA DE APOIO A EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL ANDRESSA PEREIRA MORAES ZARO SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E TURMAS ALEXANDRE GONÇALVES ZIMMERMANN SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ROBERT ARMANDO ROSA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS FRANK LUZ DE FREITAS SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA LUCAS BARBOSA BRUM SECRETARIA JUDICIÁRIA DE 1º GRAU JOSÉ CORSINO DE CARVALHO BAPTISTA JUNIOR SECRETARIA JUDICIÁRIA DE 2º GRAU JOÃO PAULO PELES SECRETARIA ADMINISTRATIVA GEORGE ALESSANDRO GONÇALVES BRAGA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS RAIMUNDO JOSÉ ZACÁRIAS DA COSTA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE TAIS BETANIA FUSINATO COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E SEGURANÇA HELY CALIXTO DA CRUZ

EXPEDIENTE



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC)

REVISTA DAS AÇÕES SOCIAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM RONDÔNIA E ACRE

Período 2017-2018 à agosto de 2019

EDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO:

Secretaria de Comunicação Social e Eventos Institucionais - SECOM

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Celso Gomes [SRTE/RO n. 961]

REDAÇÃO:

Alberto Alves

Celso Gomes

Luiz Alexandre [SRTE/RO n. 917]

ESTAGIÁRIOS:

Hebert Novaes

Rayane Medeiros

Rayane Alexandre

Devanil Júnior

Mirna Carolina

Tamara Lima

PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO DE ARTE:

Marcelo Menezes Kamei

FOTOS:

Arquivos SECOM e de Unidades da JT de RO/AC

REVISÃO:

Maristéfani Monteiro Araujo de Oliveira

APOIO:

Lucas Barbosa Brum

IMPRESSÃO:

Setor Gráfico TRT14

www.trt14.jus.br

   @trtroac

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento a todos, ao longo desta revista, uma coletânea das principais ações de cunho social, coordenadas por este Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região durante o período de 2017 a agosto de 2019, interstício que abrange a administração anterior e a atual.

Todo órgão público deve cumprir a sua missão institucional, sua razão de ser, sendo esta a exigência mínima imposta pela sociedade. Ultrapassar sempre mais o mínimo legalmente exigido, no cumprimento das diversas vertentes de suas missões, é uma forma de um órgão público reafirmar, proativamente, o seu compromisso com a sociedade.

Em regra, a Justiça do Trabalho, a exemplo dos demais segmentos do Poder Judiciário, atua quando acionada pela parte que se julga vulnerada em seus direitos, ainda subjetivos.

Dessa forma, agimos primariamente somente após o fato ocorrido, atuando na solução do conflito, ofertando a prestação jurisdicional por meio de conciliações e decisões judiciais, cumprindo, assim, nossa primordial função. No entanto, imbuídos do sentimento de comunicar e satisfazer as carências da população, entendemos que o verdadeiro significado da nossa missão maior é a promoção da paz social e o fortalecimento da cidadania, incumbindo-nos atuar também, de uma forma preventiva. Nesse aspecto, não devemos nos limitar a agir somente após a ocorrência dos fatos que originam os litígios. Nesta linha de pensamento, sem prejuízo do cumprimento do nosso dever institucional, convencidos dessa motivação, desenvolvemos, há muitos anos, projetos, programas e ações alinhados à nossa missão enquanto órgão entregador de justiça no âmbito das relações de trabalho, visando, em última análise, assegurar a cidadania em seu mais amplo sentido, não apenas aos litigantes, mas a toda coletividade.

Esperamos que estes registros demonstrem o nosso empenho para a pacificação social e o fortalecimento da cidadania, desejando a todos uma boa leitura.

OSMAR J. BARNEZE

Desembargador Presidente do TRT14

ÍNDICE

2017

TRT Comunidade - A Justiça do Trabalho mais Próxima de Você

TRT Comunidade prestou 3.669 atendimentos na Zona Leste de Porto Velho	17
TRT14 Comunidade realiza atendimentos na Zona Norte de Porto Velho.....	18
TRT14 Comunidade realiza mais de 2.800 atendimentos na última edição do ano em Porto Velho.....	19
Ação de Cidadania TRT Comunidade realiza 1.687 atendimentos no Acre	20

Atuação Judicial de Relevância Social

Justiça do Trabalho homologa acordo de R\$ 3,5 milhões com a JBS S/A que deverá destinar valores nas áreas social e de saúde	25
Guajará-Mirim (RO): Justiça do Trabalho converte multa milionária em benefícios diretos à sociedade	25
Multa na Justiça do Trabalho beneficia crianças e adolescentes de Jaci-Paraná (RO)	27
Mais de 570 pessoas são atendidas e 190 ações ajuizadas pelas Varas Itinerantes da Justiça do Trabalho em RO e AC.....	28
Entre os desafios de fazer Justiça na Amazônia está em superar as barreiras naturais para alcançar as comunidades em localidades de difícil acesso	28
Hospital Regional de Vilhena recebe doação de equipamentos oriundos de multa na Justiça do Trabalho.....	29

Justiça do Trabalho Vai à Escola

Trabalho infantil é tema de palestra para estudantes de Feijó/AC	33
--	----

Dia das Crianças é lembrado com ações de cidadania da Justiça do Trabalho em Porto Velho	34
NOVEMBRO AZUL - Palestras marcam campanha de conscientização na Justiça do Trabalho	35

Justiça do Trabalho Vai à Empresa

Mudanças na legislação trabalhista é tema de encontro com empresários e contabilistas em Ariquemes (RO)	39
---	----

Justiça do Trabalho Solidária

Ação Social do TRT14 beneficia entidade que acolhe pessoas com dependências químicas em Porto Velho.....	43
Vara do Trabalho de Cacoal participa da 2ª edição da campanha “Lenços de Amor”	45
Justiça do Trabalho realiza Páscoa Solidária em escolas municipais de Porto Velho.....	46
“Justiça do Trabalho Solidária” ameniza drama de mães presas em Porto Velho ...	46
TRT da 14ª Região realiza ‘Brechtó Solidário’ para reforçar os programas sociais	47
Ação de cidadania marca o Dia dos Pais no TRT da 14ª Região.....	48
Campanha ‘Rapunzel Solidária’ de 2017 será lançada pela Justiça do Trabalho em Ariquemes	49
Justiça do Trabalho realiza ação social em alusão ao Dia do Idoso.....	50
Ação de cidadania marca os 25 anos da Justiça do Trabalho em Rolim de Moura (RO)	50
Justiça do Trabalho arrecada mais de 4.700 itens de doações em ações solidárias em Ariquemes e Cacoal	52

Justiça do Trabalho de Portas Abertas

Estudantes do SENAI visitam o Arquivo Geral da Justiça do Trabalho da 14ª Região.....	57
Jovens Aprendizizes conhecem o funcionamento da 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Ariquemes.....	58
Alunos do Ensino Fundamental de Guajará-Mirim (RO) têm primeiro contato com a Justiça do Trabalho.....	59
Alunos da Escola Castelo Branco visitam o TRT14 no programa Justiça do Trabalho de Portas Abertas	59

Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem

Justiça do Trabalho levará exposição “Um Mundo sem Trabalho Infantil” à Ação Global em Ariquemes	63
Exposição itinerante “Um Mundo Sem Trabalho Infantil” chega ao Porto Velho Shopping	63
Vulnerabilidade de crianças e adolescentes no campo é debatido no Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil em Rondônia.....	64
Justiça do Trabalho leva orientações e materiais didáticos sobre Trabalho Infantil em escola da Zona Leste de Porto Velho	66

Trabalho Seguro

Justiça do Trabalho adere à campanha Abril Verde com foco na prevenção de acidentes.....	71
TRT14 realiza Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais na campanha Abril Verde	72
TRT14 promove palestras durante a Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais.....	72

2018

TRT Comunidade - A Justiça do Trabalho mais Próxima de Você

TRT Comunidade realiza mais de 3.600 atendimentos na Zona Leste de Porto Velho.....	79
TRT Comunidade registra quase 3 mil atendimentos na Zona Sul de Porto Velho.....	80

Atuação Judicial de Relevância Social

Mantida condenação de município e construtora por trabalho infantil em lixão de Porto Velho (RO).....	85
Justiça do Trabalho em Vilhena (RO) entrega obras de prédios que vão atender crianças e adolescentes vulneráveis.....	86
Acordo com a JBS S/A na Justiça do Trabalho vai beneficiar entidades e projetos sociais em Rolim de Moura (RO) e região.....	88
Vilhena (RO): Justiça do Trabalho recebe confirmação de doação de terreno de 10 mil metros quadrados para construção de escola	89
Justiça do Trabalho em Jarú (RO) realiza audiências em escola para não prejudicar transporte de alunos	90
Sistema socioeducativo de amparo a adolescentes infratores de Rondônia é beneficiado pela Justiça do Trabalho	91
Justiça do Trabalho inicia atendimentos pelas Varas Itinerantes no interior de Rondônia.....	93
Varas Itinerantes da Justiça do Trabalho receberão reclamações em municípios de RO e AC	93
Juíza recebe título de “Amigo da Polícia Militar de Rondônia” após recurso de ação atender projeto de videomonitoramento	94

Acordo de R\$ 5 milhões é revertido em ambulâncias, ônibus e micro-ônibus pela Justiça do Trabalho em ação do MPT	95
Justiça do Trabalho assina termo de cooperação que visa à qualificação de jovens em situação vulnerável no Acre ...	96
Justiça do Trabalho em Guajará-Mirim converte multa em benefícios para entidades sociais	97
Indenização na Justiça do Trabalho beneficia aviação de segurança pública em Rondônia.....	97
Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho beneficia Polícia Federal em Vilhena/RO	100
Justiça do Trabalho e MPT vão entregar Instituto de Prevenção ao Câncer do Hospital de Barretos no Acre	100
Justiça do Trabalho entrega nova Escola Tenente Melo na Vila São Lourenço em Vilhena	102
Bens adquiridos por meio de acordo na Justiça do Trabalho são entregues à Fundação de Atendimento Socioeducativo de Rondônia	104
Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho entregam Unidade do Hospital de Amor no Acre.....	105
LIXÃO da Vila Princesa - MPT e Justiça do Trabalho firmam acordo em ação civil pública com a empresa Marquise (ECOPORTO)	107

Justiça do Trabalho Vai à Escola

Justiça do Trabalho realiza ações sociais no Vale do Jamari em Rondônia.....	111
Justiça do Trabalho promove rodas de conversa com acadêmicos para discutir relação capital e trabalho	112
Indígenas de seis aldeias são beneficiadas por programas sociais da Justiça do Trabalho no interior do Acre	113

Justiça do Trabalho Vai à Empresa

“Justiça do Trabalho Vai à Empresa” fala de Reforma Trabalhista a advogados de Espigão d’Oeste e Pimenta Bueno, em Rondônia.....	117
Assédio moral é tema de palestra de magistrada do trabalho durante Semana Interna de Prevenção de Acidentes da CPRM.....	118

Justiça do Trabalho Solidária

Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre adere à Campanha ‘Declare Seu Amor’.....	121
Programa Social JT Solidária distribui chocolates em comemoração à Páscoa	123
Entidade filantrópica de Ariquemes recebe doação proveniente de multa na Justiça do Trabalho durante Ação de Cidadania	124
Refugiados venezuelanos recebem doações da Justiça do Trabalho	125
Mães produtoras do setor chacareiro de Porto Velho são homenageadas pela ação “Toda Mãe é Bela” da Justiça do Trabalho.....	125
TRT promove Bazar Solidário para fortalecer programas sociais.....	126
Justiça do Trabalho lança nesta sexta-feira a 3ª Edição da campanha Rapunzel Solidária em apoio a pacientes com câncer.....	127
Crianças do Assentamento Joana D’arc recebem kits escolares da Justiça do Trabalho	128
Justiça do Trabalho participa de campanha solidária em Cacoal - RO	129

Justiça do Trabalho de Portas Abertas

Justiça do Trabalho recebe alunos do projeto 'Campeões em Ação, Violência Não' na VT de Cruzeiro do Sul	133
Justiça do Trabalho recebe visita de estudantes na cidade de Buritit, interior de Rondônia.....	134
Alunos da Escola Rio Branco de Porto Velho visitam a exposição dos 45 anos de atuação da Justiça do Trabalho	134
Alunos do ensino médio de Jaru acompanharam de perto a rotina da Justiça do Trabalho.....	135
Grupo de jovens aprendizes visita unidades da Justiça do Trabalho em Ariquemes	136
Alunos do Instituto Federal do Amazonas - IFAM visitam Núcleo de Gestão Documental e sede do TRT em Porto Velho.....	137

Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem

Campanha de combate ao trabalho infantil rural será difundida pela Justiça do Trabalho na 7ª Rondônia Rural Show	141
Justiça do Trabalho promove sensibilização contra trabalho infantil rural na 7ª edição da Rondônia Rural Show	142
Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil é lembrado com palestra em Faculdade de Jaru (RO).....	143
Justiça do Trabalho participou da campanha "#Chega de Trabalho Infantil" na Vila Princesa em Porto Velho	144

Trabalho Seguro

Justiça do Trabalho em RO e AC adere ao Movimento Abril Verde com foco na redução de acidentes de trabalho	149
--	-----

"Pit stop" encerra campanha Abril Verde na Justiça do Trabalho em Rondônia

Ato Público sobre Violência no Trabalho - enfrentamento e superação é realizado em Porto Velho.....

Ato Público realizado no Acre discute violências no trabalho - enfrentamento e superação

Justiça do Trabalho participa de Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho na Termonorte em Porto Velho.....

Sustentabilidade

Justiça do Trabalho doa 2,14 toneladas de metal à associação de catadores

Dia Mundial do Meio ambiente - Novos parceiros aderem à Ecoliga.....

Vara do Trabalho de Plácido de Castro/ AC é destaque como a segunda do Brasil que mais julgou processos em 2017 e por práticas socioambientais.....

SUSTENTABILIDADE - TRT14 investe em lâmpadas mais ecológicas e econômicas.....

Justiça do Trabalho lança campanha "TRT14 Sustentável" nesta quarta-feira, dia 18.....

TRT-RO/AC inicia campanha de recolhimento de óleo de cozinha.....

Em 2018, Justiça do Trabalho de RO e AC destina quase oito toneladas de resíduos para reciclagem

Ações Sociais Simultâneas

Ações sociais são realizadas pela Justiça do Trabalho em Colorado do Oeste (RO).....

Justiça do Trabalho realiza ações sociais com alunos de escola pública em São Miguel do Guaporé (RO)

Justiça do Trabalho realiza ações sociais em Epitaciolândia, interior do Acre	171
Justiça do Trabalho distribui 540 kits escolares e incentivo à aprendizagem no Dia das Crianças.....	172
Vara do Trabalho de Rolim de Moura integra Ações de Cidadania na Semana Nacional da Conciliação.....	174

2019

TRT Comunidade - A Justiça do Trabalho mais Próxima de Você

Mais de 2.700 atendimentos são realizados na Zona Leste de Porto Velho durante a 17ª Ação Social TRT14 Comunidade	181
TRT Comunidade - Ação Social da Justiça do Trabalho atende mais de 1.800 pessoas na Zona Sul de Porto Velho	183

Atuação Judicial de Relevância Social

Vara do Trabalho Itinerante atende mais de 750 pessoas em Rondônia e Acre em 2018.....	189
Cinco municípios do Cone Sul de Rondônia são contemplados com ambulâncias após ação na Justiça do Trabalho	190
Acordo de R\$ 5 milhões na Justiça do Trabalho garante a entrega de ambulâncias a municípios de Rondônia.....	192
Justiça do Trabalho segue calendário de entrega de ambulâncias na Região Central de Rondônia	193
Justiça do Trabalho conclui em Ariquemes (RO) a agenda de entrega das 26 ambulâncias	195
Rolim de Moura recebe dois veículos de transporte coletivo da Justiça do Trabalho, fruto de acordo em ACP	197

Conciliação na Justiça do Trabalho viabiliza a entrega de UTI Neonatal, Centro Obstétrico e ampliação da Casa de Parto ao Hospital Regional de Vilhena/RO	198
Entidades filantrópicas e trabalhadores em Ji-Paraná/RO são beneficiados com acordo na Justiça do Trabalho	200
Entidades de Ji-Paraná/RO são beneficiadas com destinações da Justiça do Trabalho.....	201
Justiça do Trabalho Itinerante inicia atendimentos no dia 11 pela Ponta do Abunã em RO e Senador Guiomard no Acre.....	203
CEJUSC - Intérprete garante o sucesso de conciliação na Justiça do Trabalho com reclamante surdo	204
Grupo de Ações Penitenciárias Especiais recebe equipamentos táticos da Justiça do Trabalho em Rolim de Moura/RO.....	204
Justiça do Trabalho de RO e AC economiza recursos e dá celeridade em processos com o uso de tecnologias.....	205
Justiça do Trabalho beneficia Corpo de Bombeiros por resultado de ação em Sena Madureira	207
Vara Itinerante da Justiça do Trabalho atende comunidades isoladas na fronteira peruana	208
Acordo na Justiça do Trabalho prevê a instalação de novas paradas de ônibus em Porto Velho como reparação pela greve.....	210

Justiça do Trabalho Vai à Empresa

Justiça do Trabalho orienta empresários de São Miguel do Guaporé sobre Reforma Trabalhista	213
Justiça do Trabalho orienta empresários de Buritis (RO) sobre contrato de emprego e reforma trabalhista.....	213

Justiça do Trabalho Solidária

Ação social - Entidades filantrópicas de Porto Velho recebem peças de vestuário de Bazar Solidário da Justiça do Trabalho.....	217
Justiça do Trabalho adere à campanha do “Bazar da Solidariedade” em prol das pessoas com deficiência intelectual.....	218

Justiça do Trabalho de Portas Abertas

Estudantes de São Miguel do Guaporé conhecem instalações da Justiça do Trabalho e têm primeiro contato com juiz	221
---	-----

Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem

Gestores regionais de RO e AC participam da 1ª reunião do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no TST.....	225
Justiça do Trabalho de RO e AC assina protocolo de intenções para fortalecer ações de combate ao trabalho infantil e incentivo à aprendizagem	226
Participação da JT com campanha de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem na 8ª Rondônia Rural Show é destacada pelos governadores de RO e AC	228
Justiça do Trabalho vai realizar Twittaço no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil	231
Cidadania - Justiça do Trabalho de RO e AC participa da 3ª edição do Conselhos em Ação.....	231
Justiça do Trabalho de RO e AC implanta Programa “Adolescente Aprendiz no TRT14”	232

Ação da Justiça do Trabalho em RO e AC atinge mais de 3 mil alunos no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil.....	235
---	-----

TRT14 realiza I Seminário Regional Integrado do Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem com lotação máxima em RO.....	237
---	-----

Vara do Trabalho de Buritis faz doações à APAE no Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.....	242
--	-----

Combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem é tema de ação social da JT em Colorado do Oeste (RO)	243
--	-----

Trabalho Seguro

TRT14 participa do movimento Abril Verde de prevenção a acidentes de trabalho....	247
---	-----

Abril Verde - Justiça do Trabalho leva palestra de prevenção de acidentes a funcionários da Usina de Jirau em RO....	248
--	-----

Justiça do Trabalho de RO/AC fecha Abril Verde com participação na Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho.....	249
---	-----

Campanha nas redes sociais mostra a importância da prevenção de acidentes de trabalho.....	251
--	-----

Ações Sociais Simultâneas

Justiça do Trabalho realiza pit-stops em Porto Velho para conscientização ao Trabalho Seguro e combate ao Trabalho Infantil	255
---	-----

TRT da 14ª Região promove campanha de conscientização em alusão à Semana Nacional da Responsabilidade Social	256
--	-----

No combate ao trabalho infantil, Justiça do Trabalho participa de ação do MPT de entrega de kits de EPIs a catadores do lixão de Porto Velho	257
--	-----



Ações Sociais em
2017



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

TRT Comunidade - A Justiça do Trabalho mais Próxima de Você

TRT Comunidade prestou 3.669 atendimentos na Zona Leste de Porto Velho

11/04/17



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), por meio do Programa Socioambiental “TRT Comunidade”, registrou 3.669 atendimentos gratuitos na 11ª Edição do evento, que foi realizado no dia 1º de abril de 2017, na Escola Estadual Daniel Neri, zona leste de Porto Velho, com a participação de mais 25 parceiros institucionais.

Os setores mais procurados foram de expedição de documentos, como Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, entre outros, seguidos pela área de saúde com realização de vacinação, teste rápido, atendimentos médicos, odontológicos, orientações de fisioterapia e fonoaudiologia.

O presidente do TRT, desembargador Shikou Sadahiro, destacou que a instituição está engajada em Ações Sociais como esta de levar cidadania à população. “O TRT Comunidade, proporciona através dos parceiros, diversos serviços centralizados em um só local, possibilitando acesso à cidadania ao cidadão que procura um dos serviços oferecidos”, concluiu o presidente.

Foram oferecidos os seguintes atendimentos: emissão de documentos (1ª via de Carteira de Identidade a partir de 14 anos, 2ª via de Carteira de Identidade, CPF (1ª e 2ª vias), Carteira de Trabalho e Previdência Social e Cartão Nacional de Saúde - SUS; cadastro de estagiário (esclarecimento sobre nova lei do estagiário); aferição de pressão arterial, glicemia, e orientação de saúde preventiva; vacinação para HPV, Rubéola, Hepatite, Sarampo e Febre Amarela; educação em saúde bucal e profilaxia; atendimento médico; atendimentos e orientações sobre direito do consumidor; assistência jurídica integral e gratuita; informações sobre direitos do trabalhador e tomada de reclamações; Cad’Único (Bolsa Família, Pronatec, Tarifa Social, Carteira do Idoso, etc); recebimento de denúncias pelo Ministério Público do Trabalho e Defensoria Pública Estadual (violência doméstica, assédio moral, trabalho infantil, trabalho escravo, etc); cortes de cabelo e recreação; atendimentos da Ouvidoria do TRT14; cadastro de empregos pelo Sine; impressão da cota do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF); emissão de certidão de nascimento, casamento (2ª via) e passe livre

do idoso; e emissão de certidões, guias para recolhimento de taxas e impostos e educação para o trânsito.

A 11ª Edição do TRT Comunidade contou com os seguintes parceiros: Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca), Faculdade São Lucas (FSL), Faculdade de Rondônia (FARO) Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Instituto de Identificação Civil e Criminal da Polícia Civil (IICC), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Jornal Eletrônico Rondôniaovivo, Ministério Público do Trabalho

(MPT), Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil, Proteção ao Consumidor (Procon RO), Secretaria Municipal da Assistência Social (Semas), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo (Semdestur), Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS/Tudo Aqui), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-RO), Serviço Social da Indústria (SESI Clínica), Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de Rondônia (Sesc RO), Sistema Nacional de Empregos (Sine RO) e Vivo.

(Secom/TRT14)

TRT14 Comunidade realiza atendimentos na Zona Norte de Porto Velho

05/07/17



No último sábado (1º/7), o bairro Nacional (Zona Norte) de Porto Velho recebeu pela primeira vez a “Ação Social TRT Comunidade”. A ação de cidadania, que está na 12ª edição, aconteceu na Escola Estadual Dr. Oswaldo Piana, com atendimentos à população nas áreas da saúde, jurídica e emissão de documentos, entre outros serviços.

A Ação é uma iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) realizado em parceria com várias instituições, desde

a primeira edição ocorrida em agosto de 2013, o TRT Comunidade disponibiliza em um único dia diversos atendimentos.

O presidente do Tribunal, desembargador Shikou Sadahiro, enfatizou o papel social da atividade, “se trata de uma Ação Social, promovida pelo TRT14, juntamente com mais de 25 parceiros, entre instituições públicas e privadas, com o objetivo de concretizar cidadania à população, proporcionando serviços em diversas áreas”, destacou.

Com cerca de dois mil serviços prestados, a 12ª edição do TRT Comunidade proporcionou atendimentos na área da saúde com aferição de pressão arterial, glicemia, orientação de saúde preventiva, vacinas, teste rápido, serviços de fisioterapia, enfermagem, assistência social, psicológica, educação em saúde bucal e atendimento médico.

Foram expedidas Carteira de Trabalho, 2ª via do CPF, Título de Eleitor, passe livre para os idosos e Carteira de Identidade.

O estudante David Rodrigues ficou sabendo que no TRT Comunidade seria expedida a Carteira de Identidade, não perdeu tempo,

compareceu ao local para tirar a 2ª via do documento “Eu vim fazer a 2ª via da minha Carteira de Identidade, porque eu fui roubado recentemente. Fiquei sabendo da ação pelo carro de som, e então aproveitei para fazer esse e outros serviços”, expressou Rodrigues satisfeito com o atendimento.

A população também foi beneficiada com orientações na área jurídica sobre o direito do consumidor, direito e dever do trabalhador, reclamações trabalhistas, atendimentos e orientações previdenciárias, entre outros serviços disponibilizados.

(Secom/TRT14 | Alberto Alves/Rayane Medeiros)

TRT14 Comunidade realiza mais de 2.800 atendimentos na última edição do ano em Porto Velho

14/11/17



No último sábado (11/11), o bairro Cidade do Lobo (Zona Sul) de Porto Velho recebeu a 13ª edição da ação social “TRT Comunidade”, realizada na Escola Estadual Capitão Cláudio Manoel da Costa e envolveu 27 entidades parceiras, com atendimentos gratuitos à população.

De acordo com a Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, coordenadora do evento, foram prestados 2.821 atendimentos nas áreas da saúde, jurídica e emissão de documentos, entre outros serviços.

Ao tomar conhecimento da presença da Justiça do Trabalho recebendo reclamações e prestando informações no bairro, a auxiliar administrativo, Valéria Ferreira de Menezes, compareceu para requerer os seus direitos, por se sentir lesada ao ser desligada da empresa em que trabalhava, “quando saí da empresa não recebi as verbas que eu tinha direito e não deram baixa na minha carteira de trabalho”, argumentou a Valéria, que saiu satisfeita e com a audiência agendada.

Almir Santos exerce a profissão de costureiro, foi uma das pessoas que procurou a ação para tirar todos seus documentos após ser assaltado. “Fui assaltado e levaram todos meus documentos, ao ficar sabendo que no TRT Comunidade estariam emitindo segunda via, aproveitei a oportunidade e resolvi o problema”, falou ele satisfeito.

Para o datiloscopista policial Dinaldo Silva a ação no bairro proporciona a acessibilidade

das pessoas que têm dificuldade de acesso aos seus direitos, “na participação do Instituto de Identificação Civil e Criminal (IICC) nesta edição, foram expedidas 132 carteiras de identidade”, resultado positivo afirma ele.

De acordo com o diretor-geral do tribunal, Lélío Lopes Ferreira Junior, levar a cidadania e aproximar a justiça do cidadão direto na comunidade, este é o principal objetivo deste programa de responsabilidade social do TRT de Rondônia e Acre. A Justiça do Trabalho e seus valorosos parceiros dedicando uma manhã de sábado para prestarem atendimentos nas áreas jurídicas, de saúde e de expedição de documentos, entre outros serviços, isso é muito importante, ressaltou Lopes.

O evento coincidiu com dia em que entrou em vigor a Lei n. 13.467/2017, da reforma trabalhista, na oportunidade os trabalhadores tiraram dúvidas acerca das alterações que poderão afetar as relações de trabalho, pessoal-

mente com o juiz do trabalho Antonio Cesar Coelho, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 14ª Região - Amatra14.

Foram parceiros nesta edição do TRT Comunidade o Departamento de Trânsito de Rondônia (Detran), Defensoria Pública do Estado, Faculdade de Rondônia (Faro), Ordem dos Advogados do Brasil Rondônia (OAB/RO jovem), Aronatra, IEL, SINE municipal, IICC, INSS, Instituto de Protestos, MPT, MTPS, Procon, Junta Militar, Tudo Aqui, Receita Federal, Sermusa, Sesc/Semusa, Fimca, Faculdade São Lucas, Faculdade Fimca, Fundação Zequinha Araújo, Instituto Mix, Senac, Sesc, TRE, Sesau e Amatra 14.

No próximo dia 3 de dezembro (domingo), será realizada a primeira edição do TRT Comunidade no Estado do Acre, o evento vai acontecer na sede do Sest/Senat, vila Acre, em Rio Branco, e conta com 21 parceiros confirmados.

(Secom/TRT14 | Alberto Alves)

Ação de Cidadania TRT Comunidade realiza 1.687 atendimentos no Acre

06/12/17



A Justiça do Trabalho registrou mais de 1.600 atendimentos na primeira edição no Acre do “TRT14 Comunidade”, realizada no domingo (03), nas dependências do Sest-Senat, em Rio Branco (AC).

Pessoas como a dona de casa Aldenora Pereira, que trouxe 11 pessoas da família, puderam usufruir de vários serviços oferecidos gratuitamente pela ação de cidadania coordenada pela Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC), o qual já realizou 13 edições em Porto Velho (RO).

“Foi uma oportunidade de trazer a família e aproveitar essa ação, principalmente pra

gente que mora em bairro mais afastado”, afirmou Aldenora.

Por meio de parcerias com entidades públicas e privadas, os atendimentos foram realizadas nas áreas de emissão de documentos (CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho), orientação jurídica, corte de cabelo, médica e odontológica, enfermagem (PA e Glicemia), fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia, educação no trânsito, saúde e bem-estar animal, tomada de reclamação trabalhista e recreação para as crianças.

“Levar e concretizar cidadania à população é o objetivo principal desse projeto de responsabilidade social. Entendemos que a Justiça do Trabalho não se resume apenas à prestação jurisdicional, ou seja, em apreciar e julgar causas trabalhistas. Há uma responsabilidade maior, no sentido de fazer com que esses serviços cheguem ao cidadão de forma mais fácil, através destas parcerias”, evidenciou o presidente do TRT-RO/AC, desembargador Shikou Sadahiro, que coordenou pessoalmente o evento.

A diretora do Sest-Senat, Socorro Vale, também destacou a ação e a parceria com a Justiça do Trabalho. “É um grande prazer, uma grande honra estar trabalhando com o TRT nesta ação que leva qualidade de vida às pessoas e, principalmente, para os trabalhadores no transporte”, ressaltou.

Ex-seringueiro, o autônomo Sebastião Dantas, aproveitou para buscar informações sobre aposentadoria junto à Previdência Social (INSS). “Vim saber se era possível ao INSS aplicar o fator previdenciário em uma pessoa com mais de 65 anos”, relatou.

Para a coordenadora do Ministério Público do Trabalho no Acre, procuradora do Trabalho Mariele Cardoso, o MPT se sente honrado em participar do evento. “Entendemos que aqui



se cumpre o nosso papel social junto à população que é tão desassistida”, afirmou.

O diretor-geral do Regional, Lélío Lopes, que apoiou e colaborou para o êxito do evento desde os preparativos, destacou o empenho dos servidores da Justiça do Trabalho, tanto de Rio Branco e interior do Acre quanto de Porto Velho, que juntamente com os parceiros institucionais dedicaram um domingo para prestar um ato de cidadania com atendimentos à população de Rio Branco.

A Secretaria Judiciária do TRT, por meio do secretário José Corsino de Carvalho, e a Seção de Convênios e Programas Socioambientais, através da servidora Arabeli Bertolin, deu o apoio necessário para que todos os parceiros pudessem prestar os serviços, bem como agradeceram a parceria do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal de Rondônia e Acre (Sindijufe) e do Sicoob-Credjurd. Foram eles: Departamento Estadual de Trânsito (Detran-AC), Ministério do Trabalho, Defensoria Pública do Estado do Acre, INSS, Ministério Público do Estado do Acre (MP/AC), MPT, Procon, Inbra, Sest-Senat, Universidade Federal do Acre (UFAC), Instituto Dom Moacyr, Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) e Exército Brasileiro.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Atuação Judicial de Relevância Social

Justiça do Trabalho homologa acordo de R\$ 3,5 milhões com a JBS S/A que deverá destinar valores nas áreas social e de saúde

02/03/17

A Justiça do Trabalho em Vilhena (RO) homologou no dia 21 de fevereiro acordo judicial firmado com a empresa JBS S/A para o pagamento de R\$ 3,5 milhões a título de indenização por danos morais coletivos.

O valor, fruto de uma Ação Civil Pública de autoria do Ministério Público do Trabalho (MPT), será revertido para a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Vilhena, Cone Sul de Rondônia, devendo ser aplicado na construção do novo prédio do Conselho Tutelar do município (R\$ 235.016,20) e da nova Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (R\$ 775.939,46). O restante do montante (R\$ 2.489.044,34) será destinado ao Hospital Regional de Vilhena para reforma, aquisição e melhoria da Unidade Intermediária Neonatal e construção de novos centros cirúrgicos.

O acordo, um dos maiores já realizados na Justiça do Trabalho no interior de Rondônia, foi homologado pela juíza do Trabalho Fernanda Antunes Marques Junqueira, na presença do procurador-chefe do MPT em RO/AC, Marcos Gomes Cutrim, e do procurador do Trabalho,

Állyson Feitosa Torquato Scorsafava, do MPT em Ji-Paraná. A audiência contou também com a participação da juíza de Direito do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Vilhena, Sandra Merenda, e da promotora de Justiça Yara Travalon Viscardi.

Além da indenização que deverá ser paga em 15 parcelas mensais, a empresa deverá cumprir obrigações de fazer referente a pausas dentro da jornada para os trabalhadores que laboram em ambientes artificialmente frios, com temperatura abaixo de 15°C, sob pena de multa que pode chegar a R\$ 650 mil por ano.

Após a homologação, a audiência foi suspensa para que se possa dar continuidade no dia 27 de abril da audiência de organização e definição dos critérios de execução dos projetos apresentados junto aos titulares da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Saúde e à Direção do Hospital Regional.

(Processo n. 0000481-93.2012.5.14.0141)

(Secom/TRT14 | Foto: Folha do Sul)

Guajará-Mirim (RO): Justiça do Trabalho converte multa milionária em benefícios diretos à sociedade

Durante inspeção judicial em Hospital Regional, Juízo determinou ainda uma série de providências e prazos para o Município, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil

16/06/17



A Justiça do Trabalho em Guajará-Mirim (RO), município a 328 km da capital Porto Velho, converteu uma multa que já somava R\$ 3,9 milhões de reais em obrigação de fazer para beneficiar diretamente a comunidade.

A audiência, ocorrida no último dia 9 de junho e presidida pelo juiz do Trabalho Carlos Antonio Chagas Junior, analisou a execução de Termo de Ajuste de Conduta ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra o município de Guajará-Mirim por conta de várias irregularidades encontradas no Hospital Regional. Foi constatado o descumprimento quanto à interdição do depósito da cozinha, ocorrido em março/2017, cuja multa diária era de R\$ 50 mil.

Entre as obrigações assumidas pelo município está: a expedição de decreto para manutenção das praças da cidade a cada três meses, por prazo indeterminado, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil; limpeza e eliminação de lixos/entulhos/resíduos da Delegacia da Polícia Civil de Guajará-Mirim, sendo que o primeiro mutirão de limpeza deverá ocorrer no próximo dia 19, com a completa manutenção do prédio de forma mensal, por um ano, sob pena de sofrer multa no mesmo valor; além disso, deverá o município cumprir integralmente as obrigações assumidas em relação à Casa do Ancião, devendo fornecer refeição extra diária, além da já pactuada, com alimentos de boa qualidade, com vigor até o fim do mandato do atual prefeito.

As partes acordaram em fazer a conversão da multa pelas obrigações devido à transição de governo, bem como a ausência temporária de magistrado.

Inspecção judicial

Resolvida a questão da multa, o magistrado suspendeu a audiência e dirigiu-se ao Hospital Regional para fazer uma inspeção judicial, ocasião em que detectou diversas irregularidades, determinando a adoção de providências e prazo para cumpri-las.

Problemas no funcionamento de ar-condicionados, mofo nas paredes, pisos quebrados

e soltos, tomadas soltas, insumos vencidos (gel para eletrodos), torneiras inadequadas, falta de sabão e toalhas para higienização, vidros quebrados, falta de escadas de acesso nas camas dos pacientes, cadeiras e lixeiras inadequadas em consultórios médicos, falta de medicamentos, alimentos vencidos, e limpeza deficitária foram alguns dos pontos apontados pela inspeção, os quais deverão ser sanados em prazos que variam de 24 horas a 45 dias.

No local, médicos informaram ao Juízo que a falta de medicamentos e insumos essenciais para o atendimento dos pacientes vem causando sofrimento e stress aos trabalhadores do hospital por não terem meios de prestarem um bom atendimento. Na sequência, o juiz determinou que os médicos ouvidos deverão providenciar uma lista de materiais e medicamentos básicos e essenciais necessários ao funcionamento do hospital, no prazo de 24 horas, para ser entregue ao secretário municipal de saúde e à Vara do Trabalho. O município deverá ainda providenciar o fornecimento dos produtos listados em no máximo 48 horas, não deixando mais faltar. Quanto aos medicamentos mais complexos, deverão ser providenciados no prazo de 30 dias.

Também foi dado prazo de 45 dias para o município fornecer os equipamentos de Eletrocardiograma e Ultrassonografia. Além disso, que oficie ao Estado de Rondônia a presença de especialistas de Ortopedia e Cardiologia.

O magistrado advertiu os representantes do município que, em caso de descumprimento das obrigações elencadas, incidirá multa diária no valor de R\$ 50 mil, de forma solidária pelo Município de Guajará-Mirim, bem como pelo prefeito e secretário de saúde.

(Secom/TRT14 | Foto: Rede Amazônica/Reprodução)

Multa na Justiça do Trabalho beneficia crianças e adolescentes de Jaci-Paraná (RO)

05/07/17



O projeto “Escolinhas Esportivas do Colégio Tiradentes da Polícia Militar II” - distrito de Jaci-Paraná, a cerca de 88 km de Porto Velho (RO), recebeu na sexta-feira (30/6), materiais esportivos em valor estimado a R\$ 160 mil, oriundos de multa por descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), por parte da empresa de soluções ambientais. A decisão é da 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho, em Ação Civil Pública (ACP) impetrada pelo Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT14).

De acordo com informações do MPT14 e documentações juntadas ao processo, a empresa descumpriu de forma reiterada cláusulas, conforme autos de infração apresentados pela Superintendência Regional do Trabalho de Rondônia.

A multa foi estabelecida em decorrência do descumprimento de cerca de 18 obrigações pactuadas de fazer/não fazer, com isso o Ministério Público do Trabalho requereu a execução do TAC à Justiça do Trabalho, que decidiu pela multa.

Segundo o juiz do trabalho da 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho, José Roberto Men-

des Junior, a verba seria repassada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), porém em comum acordo com o MPT, foi revertida em material esportivo para atender as necessidades sociais no distrito de Jaci-Paraná. “Quando fomos procurados pela diretora, conversamos com o procurador do trabalho responsável pela ACP e resolvemos destinar este material esportivo para as crianças da instituição de ensino para que elas possam treinar toda a gama de esportes que são praticados aqui no Colégio Tiradentes da Polícia Militar”, explicou Mendes Junior.

A tenente Érika Ossuci, diretora da unidade de educação, destacou a importância da doação para o desenvolvimento das atividades esportivas no Colégio. “Vai possibilitar que a gente tenha material, equipamentos e uniformes adequados para trabalhar e os alunos se sentirem motivados. No primeiro período eles estarão aqui na escola estudando e no contra turno ao invés de eles estarem na rua ou até mesmo fazendo algo de errado eles estarão aqui na escolinha”, explicou a diretora.

O aluno José Inácio explicou que através dos materiais esportivos houve uma melhora



muito significativa no condicionamento físico, disciplina, no rendimento escolar e no comportamento em casa. “A gente estava precisando mesmo, estava faltando esporte. Agora podemos treinar e participar de campeonatos, vai melhorar muito”, falou Inácio.

Inclusão Social

De acordo com o projeto apresentado pela direção da Escola, o objetivo é oferecer às crianças e adolescentes matriculados uma atividade esportiva que venha proporcionar uma melhor qualidade de vida, social e psíquica, além de melhorar a convivência na escola e na comunidade, desenvolver a cidadania, aumentar a autoestima, espírito de grupo, controle emocional e estimular o melhor desempenho escolar.

As modalidades a serem abordadas no projeto serão: atletismo, futebol de salão e jiu-jitsu, respeitando as faixas etárias dos alunos.

O projeto visa, ainda, diminuir o índice de trabalho infantil, possibilitar maior reflexão da sociedade sobre problemas como drogas, violência doméstica e a exploração sexual de crianças e jovens, com o foco na participação e inserção dos jovens nas atividades sociais a fim de seguirem nos estudos como forma de atingimento de um futuro promissor, profissional e seguro a todos.

Para a diretora administrativa do Grupo Amazonfort Soluções Ambientais, Marselha Serrate, é de grande importância a participação da empresa neste repasse, pois terá a oportunidade de estar contribuindo com o crescimento da escola. “Para nós é de suma importância estar participando da entrega deste benefício porque com certeza só vai trazer um futuro melhor para essas crianças de Jaci-Paraná”.

(Processo n. 0010839-72.2014.5.14.0004)

(Secom/TRT14 | Hebert Novaes/Celso Gomes)

Mais de 570 pessoas são atendidas e 190 ações ajuizadas pelas Varas Itinerantes da Justiça do Trabalho em RO e AC

Entre os desafios de fazer Justiça na Amazônia está em superar as barreiras naturais para alcançar as comunidades em localidades de difícil acesso

31/07/17

O Programa “Vara do Trabalho Itinerante” do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC) atendeu mais de 570 pessoas e autuou mais de 190 processos judiciais no primeiro semestre de 2017. O balanço foi divulgado pela Secretaria Judiciária do Regional sobre os atendimentos realizados em 60 localidades nos estados de Rondônia e Acre.



De acordo com a Secretaria Judiciária, os números refletem o esforço contínuo da Justiça do Trabalho de aproximar o judiciário trabalhista dos cidadãos que residem nas comunidades mais afastadas ou de difícil acesso, onde não existem varas do trabalho. As Varas Itinerantes também são uma oportunidade de esclarecer a população sobre os seus direitos e obrigações nas relações de trabalho, bem como restabelecer os direitos trabalhistas quando comunicada sua violação.

O programa de responsabilidade social, Justiça do Trabalho Vai à Escola, sendo realizado em Vara Itinerante no município de Marechal Thaumaturgo (AC)

O secretário José Corsino Junior explica que as Varas Itinerantes atuam em ciclos, onde previamente os servidores realizam as chamadas atermações (registro das reclamações

trabalhistas), seguido das audiências, etapa já coordenada pelos próprios juízes do trabalho.

“Para este segundo semestre os servidores e magistrados que atuam no programa já estão mobilizados para atuarem em 64 localidades, nos dois estados, inclusive com o uso de aeronaves na fronteira peruana, onde só é possível o acesso via aérea ou fluvial”, ressaltou o secretário em referência aos municípios acrianos de Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter.

A programação e calendário do programa está disponível no portal eletrônico do TRT (<http://www.trt14.jus.br/programacao-itinerante>). Maiores informações podem ser obtidas junto à Secretaria Judiciária pelos fones (69) 3218-6402 / 6403, ou pelo email judiciaria@trt14.jus.br.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)

Hospital Regional de Vilhena recebe doação de equipamentos oriundos de multa na Justiça do Trabalho

27/10/17



O Hospital Regional Adamastor Teixeira de Oliveira (HR) de Vilhena (RO) recebeu na última quarta-feira (25) equipamentos oriundos de recurso de uma multa aplicada e revertida pela Justiça do Trabalho para a própria sociedade vilhenense.

A cerimônia de entrega foi realizada no auditório do HR e contou com a presença da prefeita Rosani Donadon, do secretário municipal de Saúde, Marcos Aurélio Vasques e dos diretores do Hospital Regional, Grazielle Jacob e Wagner Borges, da juíza do Trabalho, Fernanda Antunes Marques Junqueira, e do diretor da Secretaria, Ederson Moreira Deiró. Foram doadas seis cadeiras de rodas, cinco cadeiras de banho para obeso e seis carros de macas leito com grades.

De acordo com a juíza Fernanda Antunes, os equipamentos foram doados pela Vara do Trabalho de Vilhena com anuência do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região com recursos oriundos de uma multa aplicada.

A prefeita Rosani agradeceu a doação dos equipamentos para o HR e salientou que é muito importante a contribuição de toda a so-

cidade para melhorar a saúde pública em Vilhena. "Agradeço a Vara do Trabalho de Vilhena pela doação. Ações como estas são de grande valia e fazem o bem para a nossa população, concluiu.

(Processo ACP n 0010016-75.2014.5.14.0141)

(Secom/TRT14 | Com fotos e informações do Diário da Amazônia/Folha de Vilhena)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho Vai à Escola

Trabalho infantil é tema de palestra para estudantes de Feijó/AC

17/08/17



O juiz do Trabalho titular da Vara do Trabalho de Feijó (AC), Celso Antonio Botão Carvalho Júnior, ministrou na quinta-feira (17) palestra intitulada “Trabalho Infantil: Você já parou para pensar sobre esse assunto?” para cerca de 120 alunos do 3º Ano do Ensino Médio da Escola Estadual José Gurgel Rabelo, em Feijó. A ação faz parte do programa de responsabilidade socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), “Justiça do Trabalho Vai à Escola”.

O magistrado destacou que o trabalho infantil ainda é uma realidade no Brasil, com aproximadamente 2,6 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no território nacional, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 2015.

Neste cenário, o Acre ocupa a oitava maior taxa de ocupação de crianças e adolescentes

com idades que vão de 5 a 17 anos, sendo que o município de Feijó está entre as cidades acrianas que revelam maior ocorrência de trabalho infantil, segundo a coordenadoria do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Acre (Peti/AC).

“Diante dessa realidade, todas as ações de iniciativas dos Poderes Públicos para conscientizar a população são válidas e necessárias para contribuir para a erradicação do trabalho infantil no Brasil”, destacou o magistrado.

Ainda durante a palestra, o juiz explicou aos alunos o que é trabalho infantil, os tipos e consequências, além de apresentar dados estatísticos que incentivam todos a ajudarem na luta contra esse mal na cidade de Feijó.

(Secom/TRT14 | Fotos: VT de Feijó)

Dia das Crianças é lembrado com ações de cidadania da Justiça do Trabalho em Porto Velho

16/10/17



As crianças da Escola Professor Manoel Grangeiro, localizada na Estrada do Japonês, na Comunidade Viçosa, Zona Rural de Porto Velho (RO), receberam na quarta-feira (11/10) uma Brinquedoteca Móvel da equipe de servidores voluntários do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14). A equipe atendeu ainda, no dia 15/10, a Escola Municipal Nova Vista, localizada na Comunidade Joana D'arc com a doação de quase 300 brinquedos que foram distribuídos a alunos da escola e crianças da comunidade que não estão em idade escolar, em mais uma ação do programa Justiça do Trabalho Solidária Vai a Escola.

Na ação coordenada pela Secretaria Judiciária, em comemoração ao Dia das Crianças, os servidores promoveram atividades de recreação, com brincadeiras, cama elástica, pintura, jogos, brinquedos, picolés, lanches e apresentação de dança pelos alunos.

Segundo a chefe da Seção de Convênios e Ações Socioambientais, Arabeli Ziani Bortolin, a Brinquedoteca foi idealizada no intuito de auxiliar no aprendizado. "Uma vez que muitos brinquedos didáticos compõem a brinquedoteca, gerando assim melhorias para a Escola, sem claro, esquecermos de distribuir uma lembrancinha para cada aluno, uma vez que criança quer brinquedo no dia das crianças", finalizou.

Para a diretora da Escola Professor Manoel Grangeiro, Ana Célia, ações como essas desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região contribuem para o desenvolvimento dos alunos. "As crianças que nós atendemos são do 1º ao 5º ano e são da Zona Rural, essa brinquedoteca vem para auxiliar no aprendizado delas. As crianças ficaram maravilhadas com o evento proporcionado pela Justiça do Trabalho, que sempre está contribuindo com nossa escola", concluiu.

O professor da Escola Professor Manoel Grangeiro, Marileudo Rodrigues de Assunção, falou da importância desta parceria com o TRT14. "É muito importante para nós educadores que estamos aqui na escola, principalmente no campo, essas parcerias são muito importantes para darmos continuidade à educação de qualidade e ajudar essas crianças", relatou Assunção.

As atividades fazem parte do planejamento das ações solidárias, contempladas no calendário anual do TRT14, ambas as atividades foram custeadas por meio de recursos provenientes de ações de arrecadação do "Brechó Solidário TRT14", realizado entre 23 e 25 de agosto deste ano, na sede do Tribunal.

(Secom/TRT14)

NOVEMBRO AZUL - Palestras marcam campanha de conscientização na Justiça do Trabalho

21/11/17



Em alusão à campanha “Novembro Azul” que tem como objetivo ampliar a conscientização e atenção para o tratamento preventivo contra o Câncer de Próstata, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) realizou sexta-feira (17/11) palestras alusivas ao tema.

Na Capital, servidores, magistrados e colaboradores receberam a palestra no Auditório do Edifício-Sede com o médico urologista, Oadmil Monteiro da Silva Filho.

“É muito importante falar sobre o tema, uma vez que esse câncer é o que mais mata os homens no Brasil, campanhas como esta visam reduzir com rastreamento essa mortalidade”, revelou o urologista.

Ao ser questionado a respeito do preconceito que os homens ainda tem com o exame de toque retal, ele argumenta que apesar de ser desconfortável é a maneira mais segura de descobrir qualquer tipo de alteração do órgão.

Vara do Trabalho de Colorado do Oeste

Também na sexta-feira (17), a Vara do Trabalho de Colorado do Oeste, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tec-

nologia de Rondônia (Ifro), realizou palestra alusiva à Campanha novembro azul, no campus de Colorado do Oeste.

A palestra foi ministrada pelo médico urologista Nilton Y. Migiyama, que atua na especialidade há 15 anos. Na oportunidade, foram abordados dois aspectos principais: a prevenção às doenças da próstata, e o preconceito que envolve esse tema.

Na ocasião, destacou-se a necessidade da prevenção, uma vez que, geralmente, trata-se de doença assintomática no início, mas se diagnosticada na fase inicial, pode se atingir 100% de cura. Os sintomas, como dores, disfunções urinária e sexual, sugerem o estágio avançado da doença, em que as chances de cura são reduzidas dramaticamente.

O evento contou com a presença da sociedade local, alunos e servidores do IFRO, servidores da Vara do Trabalho de Colorado e da juíza Monica Harumi Ueda, que agradeceu a especial contribuição do Dr Nilton Y. Migiyama e o Técnico de Enfermagem Sr Joacir Aparecido Lourenzoni (IFRO).

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Luiz Alexandre - Colaboração: Grasiely Souza da Rocha da VT de Colorado do Oeste)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho Vai à Empresa

Mudanças na legislação trabalhista é tema de encontro com empresários e contabilistas em Ariquemes (RO)

29/09/17



A Justiça do Trabalho em Ariquemes esteve no último dia 26 com empresários e contabilistas, na Associação Comercial e Industrial de Ariquemes (Acia), para falar sobre as principais mudanças promovidas pela Reforma Trabalhista.

Como parte do Programa de Responsabilidade Social do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), Justiça do Trabalho Vai à Empresa, a juíza titular da 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes, Cândida Maria Ferreira Xavier, destacou as novidades que vêm impactar a rotina de recursos humanos das empresas, bem como dos escritórios de contabilidade.

Ao público de quase 210 pessoas, a juíza ressaltou a necessidade de todos os profissionais envolvidos estarem atualizados quanto ao assunto. “Só assim serão capazes de aplicar corretamente as recentes alterações na legislação trabalhista e evitar futuras ações na Justiça do Trabalho”, acentuou.

O evento também contou com palestras dos advogados Bárbara Pastorello Kreuz e Leonardo Henrique Berkembrock, atuantes da advocacia trabalhista no município.

Segundo o presidente da Acia, Francisco Hidalgo Farina, as parcerias estabelecidas com os advogados e o Tribunal Regional do Trabalho são muito importantes para levar informação aos empresários e a comunidade sobre a Reforma Trabalhista. “Este é um tema muito importante tanto para os empresários como para os trabalhadores. A Acia cumpre o seu papel de estabelecer o diálogo entre as categorias. Estamos muito satisfeitos”, reforçou.

Para ter acesso ao evento o público contribuiu com 1kg de alimento não perecível. Foram arrecadados aproximadamente 230 quilos, os quais serão doados para entidade filantrópica do município de Ariquemes.

(Secom/TRT14)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho Solidária

Ação Social do TRT14 beneficia entidade que acolhe pessoas com dependências químicas em Porto Velho

21/02/17



A Associação Acolhedora Confrontando Gigantes (AACG), entidade que atua com tratamento terapêutico no resgate de pessoas com dependências químicas em Porto Velho, recebeu em um sábado, no dia 18 de agosto de 2017, atividades de cidadania promovida pelo programa de Responsabilidade Socioambiental “Justiça do Trabalho Solidária” do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14).

Localizada a cerca de 36 quilômetros da capital, sentido Humaitá (AM) a entidade recebeu servidores, magistrados, estagiários, terceirizados e profissionais voluntários que propiciaram aos acolhidos atendimentos na área da saúde com serviços médicos, odontológicos e de enfermagem, além de realização de palestras, regularização de documentos de identidade com a presença do Instituto de

Identificação da Polícia Civil (SSP/RO) e trabalho artesanal com oficina de flores.

Os cerca de 30 acolhidos pela entidade receberam kits de higiene arrecadados na campanha interna no Tribunal, o diretor-geral do TRT14, Lélío Lopes, falou que a integração da





“família TRT” e a sociedade é fundamental a partir que detectamos a necessidade e podemos contribuir com a reintegração à sociedade.

Lopes ressalta que podemos fazer a diferença e com nossa parcela de contribuição, colaborar com a recuperação dessas pessoas, para que elas possam ser reintegradas à sociedade com dignidade. “Levar atenção, amor, carinho a essas pessoas é excepcional para todos nós, pois evoluímos bastante não só como servidores, mas principalmente como pessoas, e sabemos que precisamos estar mais atuantes nessas causas”, concluiu o diretor-geral.

De acordo com o missionário Carlos Augusto Pereira de Souza, a AACG é uma entidade que vem atuando desde 2009 no resgate de pessoas com dependências químicas, através da Fisofofia “Day Top” e “Contrato Positivo”, trabalhando com o social, moral, religioso, mental e afetivo, junto à família e a sociedade.

O acolhido Valdezir Costa de Carvalho Junior que é biólogo e músico, declarou que chegou na AACG completamente abalado pela vida errada que estava levando. Hoje, ele afirma que sua autoestima e amor ao próximo, e em especial à sua família é mais elevada. Disse ainda, que a partir desta semana estará dando aula de violão e bandolim, além de ajudar na alfabetização de colegas internos, para que

possam se preparar para a retomada de suas vidas, concluiu Carvalho Junior.

Para a chefe da Seção de Convênios e Programas Socioambientais do TRT14, Arabeli Bortolin, o envolvimento de servidores, magistrados e parceiros como o SESI Clínica e o Instituto de Identificação da Polícia Civil, médico e artesão que atuaram voluntariamente foi muito importante, pois significa apoio à cidadania e inclusão social daqueles que estão em tratamento.

O juiz Afrânio Viana Gonçalves ressaltou a importância do apoio moral e humano da sociedade aos acolhidos, que estão determinados a retomar suas suas famílias e seguir adiante em seus sonhos e projetos de vida.

(Secom/TRT14)



Vara do Trabalho de Cacoal participa da 2ª edição da campanha “Lenços de Amor”

17/04/17



1ª edição da campanha “Lenços de Amor”, realizada durante o “Outubro Rosa” em 2016

Magistrados e servidores da Vara do Trabalho de Cacoal participam através do programa de Responsabilidade Socioambiental “Justiça do Trabalho Solidária” do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, da 2ª edição da campanha “Lenços de Amor”, que teve início em abril e encerramento previsto para o dia 31 de maio de 2017.

O objetivo da campanha é arrecadar lenços, tecidos e turbantes para criação do banco de lenços da ala Oncológica do Hospital São Daniel Comboni da Cacoal, e assim colaborar na autoestima das mulheres que perdem os cabelos ao enfrentarem o tratamento de quimioterapia.

Idealizada pela empresária Gil Cardoso, da Officer Brands, a campanha conta com apoio de diversos parceiros. Este ano será realizada em duas etapas, na primeira serão dois meses de arrecadação com entrega dos lenços arrecadados no final de maio. A segunda etapa de arrecadação terá início em setembro para serem entregues em outubro, mês voltado para

conscientização sobre a prevenção de câncer do colo e do útero.

Segundo a diretora de secretaria da Vara do Trabalho de Cacoal (RO), Margareth Zancan, a participação da Vara do Trabalho de Cacoal na campanha está alinhada aos Projetos Sociais do Planejamento Estratégico do TRT14, “é de suma importância a participação dos servidores e magistrados, porque junto com os lenços ou demais adereços arrecadados, levamos também amor e carinho àquelas pessoas em tratamento oncológico, são pequenos gestos que promovem o resgate da autoestima e que podem refletir no tratamento quimioterápico”, explicou a diretora.

Aqueles que queiram participar da campanha podem fazer suas doações na sede da Vara do Trabalho de Cacoal, na Rua General Osório, 427, Bairro Princesa Izabel.

Colaborar com a alegria e bem-estar para muitas pacientes é um gesto que fará toda a diferença no tratamento de muitas mulheres.

(Secom/TRT14)

Justiça do Trabalho realiza Páscoa Solidária em escolas municipais de Porto Velho

05/05/17



Páscoa é tempo de fraternidade, solidariedade, partilha e união. A partir deste princípio o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), por meio do programa de Responsabilidade Socioambiental, Justiça do Trabalho Solidária, realizou no mês de abril, a alegria de mais de mil crianças carentes que frequentam escolas municipais de Porto Velho, com a realização da Páscoa Solidária.

Foram distribuídos kits de Páscoa, que foram arrecadados na campanha interna realiza-

da no Tribunal, a alunos das Escolas Franklin Roosevelt, Paulo Nunes Leal, Miguel Ferreira, Progresso, Francisco Sales, Professor Manoel Granjeiro, Maria do Carmo (Jocum) e Escola Nova República.

Na Escola Franklin Roosevelt houve apresentação do coral composto por alunos e foram servidos lanches e realizada recreação com as crianças.

(Secom/TRT14)

“Justiça do Trabalho Solidária” ameniza drama de mães presas em Porto Velho

17/05/17

Uma data que é sinônimo de saudade. Assim é o Dia das Mães para as apenadas da Penitenciária Feminina de Porto Velho (Penfem), que receberam no último dia 11 uma atenção especial de servidoras da Justiça do Trabalho.

O sentimento foi descrito pela reeducanda Rosilene Salazar (28), mãe de cinco filhos e que está presa há dois anos e três meses. “É muito triste ficar longe dos filhos, mas com a força de Deus a gente supera qualquer obstáculo”, afirmou.

Com o tema “Toda Mãe é Bela”, as servidoras homenagearam as mães apenadas com atividades voltadas para o corpo e o espírito.





Corte e escova de cabelo, maquiagem, manicure, design de sobrancelhas, dança circular sagrada, lanche e sorteio de brindes ajudaram um pouco a amenizar o peso da cadeia.

“Achei muito bom, porque a gente fica a maioria do tempo trancada e um dia como esse é muito feliz para todos”, ressaltou Salazar.

Mãe de dois filhos, Leilaine Lima (27), presa por tráfico de drogas, também fala da dificuldade de ficar longe dos filhos. “É ruim demais porque bate a saudade. Na visita, quando chega a hora de ir embora, querem nos levar com eles, perguntam quando a gente vai e não tem como dizer”, revelou.

Ao falar da ação social, a chefe da Seção de Convênios e Programas Socioambientais da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Arabeli Bortolin, ressaltou a iniciativa proporcionada pelo Pro-

grama de Responsabilidade Socioambiental, Justiça do Trabalho Solidária. “Foi um grande momento de interação que contribui para que elas encontrem a mulher que elas são e a mãe que elas são, além de levar um pouco de alegria e atenção”, explicou.

De acordo com o coordenador de Projetos da Penfem, Risomar Braga, a atividade é muito válida para a reinserção social da pessoa presa. “Tem grande importância essa aproximação da sociedade com o cárcere, principalmente no caso do encarceramento feminino, que nos últimos 10 anos cresceu em média 70% no Brasil”, enfatizou.

A ação que teve a participação de cerca de 140 presas contou ainda com a parceria da Associação Beneficente Zequinha Araújo.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)

TRT da 14ª Região realiza 'Brechó Solidário' para reforçar os programas sociais

28/07/17



Com o objetivo de ampliar os recursos destinados às ações implementadas pelo Programa de Responsabilidade Socioambiental “Justiça do Trabalho Solidária”,

o TRT da 14ª Região realizará o “Brechó Solidário TRT14”, no período de 23 a 25 de agosto de 2017, das 8h às 14h, no Espaço Cultural, do edifício-sede em Porto Velho.

A arrecadação fruto da venda de roupas, calçados, bijuterias etc, que serão doadas por servidores, magistrados e colaboradores, será revertida em doações às comunidades e entidades beneficentes cadastradas junto à Secretaria Judiciária, com ações pontuais viabilizando, dessa forma, contato permanente com a sociedade e, ainda, maior aproximação e otimização das funções sociais. O evento facilitará o acesso a direitos que são essenciais a todos, mantendo as práticas socioambientais sustentáveis, melhorando a comunicação interna e externa.

Doações voluntárias para o Brechó

A Secretaria Judiciária, coordenadora da atividade, solicita aos servidores, magistrados, terceirizados e voluntários, tanto o interno como o externo, a doarem os produtos, em boas condições de uso, tais como roupas, calçados, bolsas, bijuterias, utensílios domésticos, objetos de decoração, quadros e acessórios, para a entrega na Secretaria Judiciária, no 2º andar do edifício sede do Regional, na rua Almirante Barroso, 600, bairro Mocambo em Porto Velho. Contatos (69) 3218-6402 ou 6403.

(Secom/TRT14)

Ação de cidadania marca o Dia dos Pais no TRT da 14ª Região

14/08/17



Um ato de solidariedade marcou a comemoração do Dia dos Pais na Associação de Apoio Irmã Rosa Gambelli, entidade que atende pessoas em tratamento contra o câncer, no último dia 10, em Porto Velho.

A ação de responsabilidade socioambiental “Justiça do Trabalho Solidária” teve a participação de servidores voluntários do TRT14, que proporcionaram momentos de reflexão e entretenimento, por meio da distribuição de brindes e música ao vivo para cerca de 60 pessoas.

A presidente da Associação, Nazaré Farias, enalteceu a iniciativa do tribunal, que realizou as atividades com os internos. “O TRT14 sempre faz ações aqui, não é a primeira vez e ele faz com qualidade, fazendo os internos se sentirem acolhidos, mostrando que não estão sozinhos”, afirmou.

Pais servidores e magistrados

Uma programação cultural também foi realizada no auditório do TRT, para aos pais magistrados, servidores, estagiários e terceirizados em comemoração a data.

Os servidores Rosemary, Cláudia Martins e Orlandino fizeram apresentação musical ao vivo, com flauta e violão, posteriormente, ocorreu foi apresentado um stand up pelo humorista Francisco João (Armando Pinto). A programação foi encerrada com sorteio de brindes para servidores de Rondônia e Acre, por unidade da jurisdição.

A atividade foi transmitida ao vivo pela Web Rádio14, para todas as unidades trabalhistas do regional.

(Secom/TRT14)

Campanha 'Rapunzel Solidária' de 2017 será lançada pela Justiça do Trabalho em Ariquemes

21/09/17



Em alusão ao “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, a Justiça do Trabalho por meio das unidades Ariquemes, em parceria com Associação de Amigos do Combate ao Câncer de Porto Velho (AACC), promove no período de 6 de outubro a 29 de novembro de 2017, a 2ª Edição do Programa de Responsabilidade Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região “Rapunzel Solidária”.

A abertura oficial do evento será sexta-feira (6/10), às 19h, no auditório da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) local, com palestra sobre Saúde Feminina e Prevenção com a fisioterapeuta Telma Ferreira e a médica Priscila Rosique.

Na campanha serão recebidas doações de adereços para cabelo (toucas, echarpes, lenços e apliques), agasalhos masculino e feminino e kits de higiene pessoal (toalhas de rosto, sabonete em barra/sabonete líquido, escova de dentes, pente/escova de cabelo, papel higiênico, creme dental, fio dental, desodorante, absorvente, perfume, cotonete, xampu, condicionador, lenços umedecidos, talco, álcool gel, lâmina de barbear e fraldas descartáveis adulto), além de mechas de cabelos para que sejam confeccionadas perucas, e toda arrecada-

ção será entregue em novembro para a AACC.

O projeto “Rapunzel Solidária” foi criado pelas Unidades da Justiça do Trabalho de Ariquemes, com apoio integral da administração do Tribunal, com o objetivo de aumentar a autoestima e mudar o visual de mulheres diagnosticadas com algum tipo de câncer.

De acordo com a juíza do trabalho Cândida Maria Ferreira Xavier, titular da 1ª VT de Ariquemes, na edição de 2016 da Campanha foi um sucesso, “foi emocionante ver como recebemos apoio até mesmo de pessoas que estavam fora do Brasil, na campanha deste ano aumentamos o enfoque para recebermos não só cabelos e adereços para o cabelo, mas também outros itens que são muito utilizados pelos pacientes com câncer, continua sendo um exercício de solidariedade e que tenhamos o mesmo sucesso da edição anterior”, concluiu a magistrada.

Local de coleta: Fórum Trabalhista de Ariquemes, na Avenida Juscelino Kubistchek, n. 2351, Setor Institucional, Ariquemes-RO. Telefones (69) 3516-2300 ou 3516-2301/ 2302/ 2303/ 2304, falar com Raquel, Neiva, Bianca e Iris, endereço eletrônico vtariquemes1@trt14.jus.br

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Celso Gomes)

Justiça do Trabalho realiza ação social em alusão ao Dia do Idoso

05/10/17



A Justiça do Trabalho, por meio do programa de responsabilidade socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região RO/AC (TRT14), realizou ação social na Casa do Ancião São Vicente de Paula, na sexta-feira (29/9).

Em alusão ao Dia do Idoso, comemorado dia 1º de outubro, foi feita manutenção em nove centrais de ar condicionado das dependências e dormitórios dos internos da institui-

ção, com o objetivo de atender a um pedido para melhor conforto aos idosos internos da unidade de acolhimento.

O valor total dos serviços foi de R\$ 2.230,00, custeados por meio de recursos provenientes de ações de arrecadação do “Brechó Solidário TRT14”, realizado entre 23/8 e 25/8/2017 na sede do Tribunal.

(Secom/TRT14)

Ação de cidadania marca os 25 anos da Justiça do Trabalho em Rolim de Moura (RO)

13/10/17



A Vara do Trabalho de Rolim de Moura, localizada a 477 Km da Capital Porto Velho, completa 25 anos neste domingo (15/10), para comemorar a data os servidores e magistrados participaram de um evento de conscientização sobre a prevenção do câncer de mama e de próstata, em um grupo de pedaladas pelas principais ruas da cidade, denominada “2º Pedal Rosa”, em parceria com o Ministério Público do Trabalho e população local.

A VT de Rolim de Moura, uma das referências da Justiça do Trabalho da 14ª Região, foi criada pela Lei nº 8.432, de 11/06/1992 e instalada como Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), no dia 15 de outubro de 1992.

Com jurisdição que abrange as cidades de Rolim de Moura, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis e Alta Floresta D'Oeste, a Vara do Trabalho recebe em média de 1.180 processos anualmente. Até agosto deste ano, já recebeu 594 novas ações trabalhistas e solucionou o total de 618 ações, segundo dados consolidados no Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-gestão).

Processo Judicial Eletrônico

Desde o dia 6 de dezembro de 2013 a VT de Rolim passou a receber os processos somente por meio eletrônico, com a instalação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), embora ainda hoje existam processos remanescentes no formato físico (papel). O PJe teve sua implantação em 100% nos estados de Rondônia e Acre, em 17 de março de 2014, na VT de Guajará-Mirim (RO).

A implantação do processo eletrônico proporciona celeridade processual. Recentes estatísticas nacionais divulgadas pelo relatório “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revelam que, em média, o processo eletrônico reduz em 50% o tempo

de tramitação entre o ajuizamento da ação e a publicação da sentença, beneficiando ambas as partes do processo.

Ao longo dos 25 anos, foram juízes titulares da Vara do Trabalho de Rolim de Moura, Shikou Sadahiro (1993), Francisco de Paula Leal Filho (1993), Domingos Sávio Gomes dos Santos (1995/1997), Ricardo Turesso (2009/2000), Limbécio Coradini (2010), Juíza do Trabalho Silmara Negrett Moura (2010/2015).

Desde 29 de abril de 2015 o juiz do trabalho Wadler Ferreira é titular daquela unidade judiciária, sendo auxiliado atualmente pelo juiz do trabalho substituto Everaldo dos Santos Nascimento Filho, e conta com uma equipe de doze servidores e quatro estagiários do curso de direito, sendo eles: Cláudio Pereira (Diretor), José Vieira de Araujo Filho, Joceni Ostrowski Zaneti, George Gomes da Silva Junior, Marciel Melocra, Sady Cardoso Pinto, Jorzeir Garcia Ferreira, Diego Souza Meneguitti, Ana Gabrielle Ladislau de Sena, Raul Pimenta Nogueira, Ademir Mondaro, Cleusa Aparecida Pacheco e os estagiários Glauber Matheus Batista Lemos, Luana Karina Oliveira de Souza, Matheus Rodrigues Petersen, Monalisa de Wittardenghy.

Programas sociais

Os servidores e magistrados de Rolim de Moura, em meio as atividades diárias, ainda atendem em ações das Varas Itinerantes pela região e participam das atividades de responsabilidade socioambiental do TRT14, como “Justiça do Trabalho vai à Escola”, “Justiça do Trabalho de Portas Abertas”, “Justiça do Trabalho Solidária”, além de organizam Ciclos de Palestras, importante para a interação dos magistrados, servidores e a própria sociedade em geral.

(Secom/TRT14)

Justiça do Trabalho arrecada mais de 4.700 itens de doações em ações solidárias em Ariquemes e Cacoal

06/12/17



Em alusão ao “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, a Justiça do Trabalho por meio das unidades Ariquemes, em parceria com Associação de Amigos do Combate ao Câncer de Porto Velho (AACC), arrecadou no período de 6 de outubro a 29 de novembro de 2017, cerca de 3.627 itens, proporcionando a elaboração de kits de higiene pessoal. A 2ª Edição do Programa de Responsabilidade Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) “Rapunzel Solidária” contou com cerca de 35 parceiros.

O evento está inserido nas ações socioambientais do TRT14. Nessa segunda edição foi ampliado o foco, dos itens a serem doados, com o objetivo de atender melhor às necessidades dos pacientes com câncer. O projeto “Rapunzel Solidária” foi criado pelas Unidades da Justiça do Trabalho de Ariquemes, com apoio integral da administração do Tribunal, com o objetivo de aumentar a autoestima e

mudar o visual de mulheres diagnosticadas com algum tipo de câncer.

Para a juíza do trabalho Cândida Maria Ferreira Xavier, essa segunda edição superou as expectativas em solidariedade e amor. “A cada edição confirmamos o comprometimento dos participantes, acima de tudo a sensibilidade da nossa equipe, e isso reflete de forma positiva na vida pessoal de cada um e também positivamente no ambiente de trabalho. Tem um custo em trabalho e tempo, mas tem sido gratificante” relatou a magistrada.

Na campanha foram arrecadados cerca de 3.627 itens como: adereços para cabelo (toucas, echarpes, lenços e apliques), agasalhos masculino e feminino e kits de higiene pessoal (toalhas de rosto, sabonete em barra/sabonete líquido, escova de dentes, pente/escova de cabelo, papel higiênico, creme dental, fio dental, desodorante, absorvente, perfume,

cotonete, xampu, condicionador, lenços umedecidos, talco, álcool gel, lâmina de barbear e fraldas descartáveis adulto), além de mechas de cabelos para confecção de perucas. Todos os itens arrecadados resultaram em kits de higiene pessoal.

Todos os itens arrecadados pelas Unidades Trabalhistas de Ariquemes, OAB Ariquemes e nos postos de Arrecadação do Sicoob - Vale do Jamari, foram entregues à presidente da Associação de Amigos no combate ao câncer de Porto Velho (AACC).

Vara do Trabalho de Cacoal

A Justiça do Trabalho, por meio da VT de Cacoal, juntamente com vários parceiros, esteve presente na campanha "Amor em mechas" projeto que consiste em arrecadar mechas de cabelos para a confecção de perucas destinadas a mulheres em tratamento de câncer. A coleta de doações foi feita no período de 16/10 a 30/11 e as doações foram entregues à Associação Força na Peruca, que tem sua sede em Ji-Paraná.

Parceiros da campanha se reuniram no Senac de Cacoal para realização de cortes de cabelos a voluntários que quiseram contribuir com a ação. Segundo à Associação Força na Peruca os pacientes que irão receber as doações são mulheres que estão fazendo tratamento no Hospital do Câncer São Comboni, Barretos e Barretinhos (Porto Velho).

"Foi muito gratificante participar da campanha, ver a satisfação de quem está doando seus cabelos e de quem recebeu uma peruca; as mechas foram transformadas em amor, carinho; é uma doação que eleva a autoestima de quem está em tratamento do câncer", comentou a servidora Margareth Aien Zancan.

A solenidade de entrega aconteceu na segunda-feira (4/12) na qual ocorreu no Hospital São Daniel Comboni - Ala oncológica. No total foram arrecadadas 1.100 mechas de cabelos e estima-se que a campanha envolveu cerca de 1.300 pessoas.

(Secom/TRT14 | Hebert Novaes/Celso Gomes | Fotos e colaboração: Unidades de Ariquemes e Cacoal)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho de Portas Abertas

Estudantes do SENAI visitam o Arquivo Geral da Justiça do Trabalho da 14ª Região

28/04/17



Estudantes do curso de Assistente Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) visitaram na quinta-feira (20/4) o Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com objetivo de aprimorar conhecimentos da disciplina Noções de Documentos e Técnicas de Arquivamento.

O acervo documental sob a guarda do Arquivo Geral é composto pelos processos judiciais, administrativos e documentação encaminhados pelas varas do trabalho e unidades administrativas do tribunal.

Esse contato entre a teoria e a prática foi proporcionado pelo programa de Responsabilidade Socioambiental Justiça do Trabalho de Portas Abertas do regional.

Cerca de 30 estudantes, acompanhados pela professora Radelfiane Balbino, tiveram contato com o processo de arquivamento e conheceram o funcionamento do setor, apresentado pela gestora do Núcleo de Gestão

Documental, Raimunda Brito Pedraça e o chefe do Arquivo Geral Darck Bártolo. Além do Arquivo Geral, visitaram as salas de higienização e da Memória Institucional que é parte da Gestão Documental.

Os alunos avaliaram positivamente a visita, no sentido de observar a tramitação documental no arquivo, os procedimentos e o valor histórico atribuído aos processos da Justiça do Trabalho.

A professora destacou o serviço realizado pelo Arquivo Geral do TRT e o enriquecimento para a disciplina ministrada. “Esse contato deles com uma situação real, proporcionou fazer a relação entre a teoria e a prática”, ressaltou.

De acordo com Raimunda Pedraça essas visitas são importantes, já que proporcionam aos estudantes oportunidade ímpar de aprimorar seus conhecimentos sobre documentação e arquivo, bem como o tribunal contribuir com a sociedade.

(Secom/TRT14)

Jovens Aprendizes conhecem o funcionamento da 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Ariquemes

28/04/17



Na manhã desta quinta-feira (27/4), alunos do curso de Assistente Administrativo do Grupo de Voluntários da Secho-no-iê conheceram o funcionamento do Fórum Trabalhista e 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Ariquemes.

Cerca de 50 adolescentes com idades entre 14 e 24 anos, acompanhados pela professora Alessandra Cristiana Ayres do curso que é desenvolvido pelo Projeto Jovem Aprendiz, realizaram visita técnica proporcionada pelo programa de responsabilidade socioambiental do Tribunal “Justiça do Trabalho de Portas Abertas”.

Recepcionados pelas magistradas Cleide Santini, Renata Nunes e Cândida Xavier, os alunos conheceram a estrutura e funcionamento da Justiça do Trabalho e tiveram uma aula de cidadania sobre o papel do judiciário trabalhista na solução de conflitos e pacificação social.

A estagiária de direito, aluna do projeto, Luna da Silva Souza, ressaltou a importância do acesso proporcionado pela Justiça do Tra-

balho de Portas Abertas. “É importante essa abertura que a Justiça do Trabalho proporciona porque esse contato com a prática abre um leque para o nosso conhecimento”, explicou.

A professora destacou a importância de ações sociais desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. “Ações como Justiça do Trabalho de Portas Abertas contribuem na formação de cidadãos mais conscientes, participativos e responsáveis para a sociedade”, finalizou.

(Secom/TRT14)



Alunos do Ensino Fundamental de Guajará-Mirim (RO) têm primeiro contato com a Justiça do Trabalho

05/12/17



O Programa de responsabilidade socioambiental Justiça do Trabalho de Portas Abertas, proporcionou aos alunos do 6º ao 9º ano do Instituto Estadual de Educação Paulo Saldanha, de Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia em Rondônia, conhecerem o funcionamento de uma Vara do Trabalho.

A visita aconteceu na sexta-feira (30/11) na Vara do Trabalho do município, onde foram re-

cepcionados pelos juiz Carlos Antônio Chagas Júnior e servidores.

Acompanhados pela diretora da Escola Simone Alves Pessoa Frazão e do professor Demy dos Santos Pedraza, os alunos interagiram com os servidores e ficaram sabendo como tramita o processo em cada setor da unidade trabalhista.

Tiveram a oportunidade de acompanhar audiências, na ocasião o juiz falou sobre a Reforma Trabalhista, o papel da Justiça do Trabalho e a importância da conciliação. “Na conciliação o processo já é resolvido na hora e todos saem sabendo o quanto vão pagar ou receber”, esclareceu o magistrado aos alunos.

A atividade foi realizada no último dia da XXII Semana Nacional da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e encerrada com a apresentação da banda musical Anjos de Ouro.

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Alberto Alves)

Alunos da Escola Castelo Branco visitam o TRT14 no programa Justiça do Trabalho de Portas Abertas

07/12/17

Alunos da Escola Estadual Castelo Branco, de Porto Velho, visitaram nesta quinta-feira (7/12) o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14). Acompanhados pelos professores Eliezer Gomes de Moura e Anderson Jesus dos Santos os adolescente do 7º ano puderam acompanhar o funcionamento

da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre como parte da programação alusiva aos 31 anos do Tribunal por meio do programa socioambiental Justiça do Trabalho de Portas Abertas.

Recepcionados pela Assessoria de Comunicação, equipe do Cerimonial e Núcleo de



Gestão Documental, durante a visita cerca de cerca de 40 alunos tiveram acesso à exposição dos 15 anos da Vara Itinerante e do programa Justiça & Cidadania, no hall de entrada. Após um breve explicação sobre o acesso e funcionamento da Justiça do Trabalho os alunos puderam acompanhar de perto como funciona uma sessão plenária da 2ª turma.

Os membros da 2ª Turma do Tribunal, desembargadores Ilson Alves Pequeno Junior, Vania Maria da Rocha Abensur e Carlos Augusto Gomes Lôbo, saudaram os alunos e explicaram sobre alguns aspectos dos julgamentos de processos em segunda instância. O presidente da Turma, desembargador Lôbo, falou da alegria de receber os alunos da Escola Castelo Branco, em que ele estudou por dois anos, para surpresa de todos.

O professor Anderson Jesus dos Santos falou sobre essa experiência. "Achei fantástica a visita, principalmente por poder assistir uma sessão aqui do Tribunal, e gostei mais ainda, por descobrir que um dos juízes foi aluno da nossa escola", comentou.

Ao ser questionada sobre o aprendizado obtido, a aluna Glenda Graziela comentou. "

Aprendi muito sobre algumas leis que os trabalhadores têm direito, sei que muitas vezes eles desconhecem. Durante a visita eu pude notar o quanto a Justiça se faz presente na sociedade e o quanto ela nos ajuda." disse.

Por fim, o juiz Vitor Yamada, do Comitê Gestor Regional de Erradicação do Trabalho Infantil, falou aos alunos, no espaço cultural, e explicou sobre a importância dos familiares e toda sociedade terem consciência quanto aos reflexos negativos do trabalho infantil na formação das crianças e tirou dúvidas sobre o índice de trabalho infantil na região.

"A gente fala muito sobre a questão da Justiça na sala de aula, mas isso fica muito superficial, hoje com a visita no Tribunal a gente percebeu que os alunos puderam sentir realmente o que é a justiça e o quanto ela pode nos fazer bem, no sentido de proteger, principalmente na questão do trabalho infantil hoje eles puderam sentir isso, nós saímos do discurso para a prática", declarou o professor Eliezer Gomes de Moura.

*(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/
Hebert Novaes/Celso Gomes)*



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem

Justiça do Trabalho levará exposição “Um Mundo sem Trabalho Infantil” à Ação Global em Ariquemes

25/05/17



Ação Global, evento organizado pela Rede Globo em parceria com o SESI/RO, receberá no próximo sábado (27) a Exposição “Um Mundo sem Trabalho Infantil”, na edição que acontece no município de Ariquemes (RO). Promovida pela Justiça do Trabalho da 14ª Região, por meio do Programa Trabalho Seguro, a exposição somará às várias atividades de promoção da cidadania e de divulgação do voluntariado propostas pelo evento que acontece o dia inteiro, na unidade do SENAI.

A exposição, que será instalada pelas Varas Trabalhistas de Ariquemes, retrata as piores formas de exploração ilegal da mão de obra de crianças e adolescentes que persiste até os dias atuais no País, onde crianças e adolescentes dos 5 aos 17 anos são submetidos a expedientes extenuantes, muitas vezes nas piores

formas de trabalho infantil, em carvoarias, lixões, empregos domésticos e outras formas de exploração.

Além disso, a Justiça do Trabalho irá contribuir com atendimentos à população, no que se refere ao recebimento de reclamações trabalhistas, orientação e informações sobre FGTS e baixa na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), divulgação das ações desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) com a apresentação do vídeo institucional.

Ao todo, cerca de 50 instituições participarão do evento levando gratuitamente atividades de saúde, cidadania e lazer.

(Secom/TRT14 | Foto: Ederson Deiró)

Exposição itinerante “Um Mundo Sem Trabalho Infantil” chega ao Porto Velho Shopping

12/06/17

Com o objetivo de alertar a sociedade sobre o tema, a exposição “Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, promovida pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho, retrata as piores formas de trabalho infantil, para que a sociedade exija o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes a fim de garantir a esses jovens um futuro digno e equilibrado.



A exposição tem como caráter conscientizar o combate as situações de vulnerabilidade educacional, social e laboral de crianças e adolescentes na área rural do Estado de Rondônia, e cumprir parte do Termo de Cooperação do Comitê Gestor de Combate ao Trabalho Infantil no Estado de Rondônia, firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região com a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT14), Ministério Público do Estado de Rondônia (MPE/RO), Ministério do Trabalho (SRTE/RO), Secretaria de Estado da Saúde

(SESAU), Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), entre outros parceiros.

A mostra, que já passou pelo Fórum Trabalhista de Rio Branco (AC) e também acontece no Fórum Trabalhista de Ariquemes (RO), ficará aberta ao público entre os dias 12 e 18/06/2017, no Porto Velho Shopping, na capital e está inserida na comemoração do Dia Mundial Contra ao Trabalho Infantil, que é lembrado em 12 de junho.

(Secom/TRT14)

Vulnerabilidade de crianças e adolescentes no campo é debatido no Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil em Rondônia

14/06/17



Na segunda-feira (12/6) o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (FEPETI) e o Ministério Público de Rondônia (MPRO), realizaram em Porto Velho um Seminário alusivo ao Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil, com foco no trabalho de crianças expostas ao Trabalho Infantil Rural em Rondônia.

O Trabalho Infantil é um dos mais graves problemas do País. Mais de 2,6 milhões de crianças e adolescentes, de cinco a 17 anos, estão em situação de trabalho no Brasil ; no

mundo são mais de 160 milhões. E essa prática prejudica a aprendizagem, quando não tira o jovem da escola, e o torna vulnerável a acidentes, exposição à violência, entre outros problemas. Essa triste estatística e a falsa ideia de que a criança precisa trabalhar para contribuir para o rendimento da família foi argumentada pela presidente do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (FEPETI), Carmelita Domingues. “Estatísticas demonstram que quando a criança abandona os estudos para trabalhar, ela se aprofunda na situação de pobreza, vai ter seu futuro prejudicado e na

medida que ela cresce vai continuar na mesma situação”, esclareceu Carmelita.

Segundo o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT14), Marcos Cutrim, o Brasil fracassou no combate ao Trabalho Infantil, o que demonstra também o fracasso das instituições públicas e da sociedade, o que levou a pensar na realidade de Rondônia onde é constatado elevado índice de crianças expostas ao trabalho na Zona Rural. A partir desse pressuposto foi constituído um comitê de políticas públicas com ações peculiares e estratégicas voltadas ao Trabalho Infantil na Zona Rural denominado “Comitê de Combate às Vulnerabilidades de Crianças e Adolescentes no Campo”. “O comitê é formado por instituições que estão dentro do agronegócio, que fiscalizam, que apoiam o agronegócio e podem ajudar no combate ao Trabalho Infantil no meio rural, que é justamente o tipo de trabalho infantil que acrescenta o índice de trabalho infantil aqui em Rondônia”, explicou Cutrim.

O diretor do Centro de Apoio Operacional da Infância (CAOP - Infância) do Ministério Público Estadual, promotor de justiça Marcos Tessila, ressaltou que a grande incidência do Trabalho Infantil na área rural no Estado de Rondônia, levou a formação do comitê, com objetivo de manter estratégia de atuação em diversos índices, com foco na prevenção. “Nós precisamos detectar quais são as causas, geralmente a condição de trabalho excessiva no campo, não ir a escola, alguma situação sócio assistencial, o que o que leva uma criança a ser inserida no mercado de trabalho de uma forma prematura”, enfatizou.

O procurador-geral de Justiça do MPRO, Airton Pedro Marin Filho, ressaltou a importância do envolvimento da sociedade no combate à situação que se encontram as crianças expostas ao trabalho. “Embora prevista na Constituição, a lei não será só cumprida com a atuação dos governos e do sistema. Será ne-

cessária a participação de todos para a erradicação do trabalho infantil”, reforçou.

A importância da organização do comitê para combater o elevado índice de crianças expostas ao trabalho rural, foi destacada pelo juiz do trabalho e membro do Comitê Gestor Regional de Combate ao Trabalho Infantil do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), Vitor Leandro Yamada. “Esse comitê tem essa importância, fazer ações justamente para que se mantenha vivo na cabeça de todos a necessidade do combate ao Trabalho Infantil Rural”, ressaltou o magistrado.

Yamada argumentou que a exposição das crianças e adolescentes ao Trabalho Infantil pode causar sequelas permanentes, e a sociedade brasileira precisa estar unida para combater essa realidade. “Infelizmente no Brasil o Trabalho Infantil, é uma realidade, realidade triste que causa sequelas, sequelas físicas e também psicológicas que a criança vai carregar para toda vida”.

O médico do trabalho, Heinz Roland Jakobi, fez uma exposição das repercussões clínicas e psicológicas do trabalho infantil, ele argumentou que na área rural, encontra-se elevado índice de subsistência familiar, é um problema nacional que atinge Rondônia, estado com número preocupante de crianças e adolescentes inseridas no trabalho rural. A inserção da criança no trabalho, ocasiona a sua ausência na escola, e torna a sua educação vulnerável, ocasionando complicações físicas e psicológicas. “Tirando a criança da escola, para exercer o trabalho braçal rural, faz com que ela adoça mais precocemente além de ter uma impactação psicológica. Por não estar estudando ela não vai ter competitividade depois para o mercado de trabalho, vai ser sempre um trabalhador braçal de baixo rendimento, ela vai sempre ter vulnerabilidade na sua educação e depois vai antecipar doenças, principalmente osteomusculares”, explicou o médico.

Exposição Itinerante

Como parte da programação, está sendo realizada no Porto Velho Shopping, no período de 12 a 18 de junho, a Exposição Itinerante “Um Mundo Sem Trabalho Infantil”. Promovida pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho, a exposição tem como caráter conscientizar o combate às situações de vulnerabilidade educacional, social e laboral de crianças e adolescentes na área rural do Estado de Rondônia. A mostra passou pelo Fórum Trabalhista de Rio Branco (AC) e está acontecendo

neste mesmo período no Fórum Trabalhista de Ariquemes (RO).

Também estiveram presente no evento, a representante da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), Rose Silva; Juizado da Infância e da Juventude, Raiclin Lima da Silva, Ministério do Trabalho, Temis Teodora Gomes Cordeiro; Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST-RO), Ana Flora Camargo Gerhardt, SEMASF, Claudi Rocha e EMATER, Tâmia Regina Santos.

(Secom/TRT14)

Justiça do Trabalho leva orientações e materiais didáticos sobre Trabalho Infantil em escola da Zona Leste de Porto Velho

13/09/17



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), participou no último sábado (9) da ação social realizada na Escola Municipal Flamboyant, zona leste de Porto Velho (RO), levando conscientização aos pais, professores e sociedade com relação ao trabalho infantil.

A participação do Tribunal foi através do Programa de Responsabilidade Socioambiental “Justiça do Trabalho Vai à Escola”, proporcionando através da participação voluntária de servidores e juízes, informações sobre estímulo a aprendizagem e combate ao trabalho infantil. “A família na verdade é a maior res-

ponsável pela existência do trabalho infantil, e conscientizá-los de que esse trabalho é algo que faz mal para as crianças é de extrema importância”, comentou o juiz Vitor Yamada que participou do evento.

A atividade foi desenvolvida por ocasião do lançamento do projeto “Escola Presente”, da Secretaria Municipal de Educação (Semed), com a presença do prefeito Hilton Chaves, que falou da participação do TRT14. “É uma oportunidade extraordinária contarmos com a participação do TRT interagindo com a comunidade em um bairro afastado da nossa capital, proporcionando conscientização de todos sobre o trabalho infantil”, ressaltou.

Na ocasião foram entregues pela Secretaria Judiciária do Tribunal à diretoria da Escola, 390 cadernos e 390 cartilhas (formato de gibi, arte

cedida pelo TRT da 12ª Região/SC) com o tema “Trabalho Infantil não é brinquedo”, para distribuição a todos os alunos. “A cartilha é super didática e elucidativa, traz consigo muitas informações sobre os problemas que o trabalho infantil causa para elas e para seu desenvolvimento. Será de grande utilidade para os pais, que muitas vezes não sabem quais são as consequências e acabam prejudicando os filhos”, explicou o juiz do trabalho.

A diretora da escola, Lucilene Felix, pontuou a satisfação em ter o Tribunal como um dos colaboradores durante as atividades desenvolvidas no sábado. “Conscientizar a família sobre o trabalho infantil é um dos pontos cruciais para educar e informar sobre tal ato. O TRT está fortalecendo ainda mais a escola e a família”, disse a diretora.

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Alberto Alves)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Trabalho Seguro

Justiça do Trabalho adere à campanha Abril Verde com foco na prevenção de acidentes

06/04/17



A Justiça do Trabalho brasileira vai participar do movimento Abril Verde, campanha de âmbito nacional que visa alertar para a importância da prevenção de acidentes laborais. Para chamar a atenção da sociedade para o tema, os prédios das instituições serão iluminados em tons de verde.

O Brasil registra anualmente mais de 700 mil acidentes de trabalho. A competência para processar e julgar as ações reparatorias de danos patrimoniais e morais decorrentes deste tipo de acidente é da Justiça do Trabalho. Em 2016, as Varas de Trabalho, Tribunais Regionais e o Tribunal Superior do Trabalho receberam quase 180 mil processos com a temática. Os números são da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST, que apurou a quantidade de processos trabalhistas que incluem temas como indenização por dano moral ou material decorrentes de acidentes laborais, prescrição e responsabilidade civil do empregador.

O número de processos ajuizados com esta temática é tão alto, que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) criaram em 2011, o Programa Trabalho Seguro, que promove e executa campanhas nacionais focadas na prevenção de acidentes de trabalho e no fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Para o presidente do CSJT e TST, ministro Ives Gandra Martins Filho, atuar na prevenção de acidentes é um papel social da Justiça do Trabalho, onde todos saem ganhando. "Uma vida perdida ou mutilada não tem preço, e atuar na prevenção de acidentes é um investimento, com retorno incomensurável," destacou.

(CSJT)

TRT14 realiza Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais na campanha Abril Verde

26/04/17



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), realizará entre os dias 28 de abril e 5 de maio em Porto Velho, a “Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais”, no encerramento da campanha “Abril Verde”.

São parceiros do evento o Ministério Público do Trabalho (MPT14), Ministério do Trabalho e Advocacia Geral da União, durante a semana será realizada uma exposição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), exposição de fotografias, Pit-Stop, panfletagem, palestras, entrevista na Web Rádio14 e ações de Responsabilidade Socioambiental (JT Vai à Escola, JT de Portas Abertas e JT Vai à Empresa).

Campanha de âmbito nacional, o “Abril Verde”, objetiva alertar para a importância da prevenção de acidentes laborais e está em consonância com o Programa Trabalho Seguro que promove e executa campanhas nacionais focadas na prevenção de acidentes de trabalho e no fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e tem a participação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e TRT’s.

O edifício sede do TRT14 está iluminado em tons de verde, em alusão à campanha.

(Secom/TRT14)

TRT14 promove palestras durante a Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais

04/05/17



Aconteceu na terça-feira (2/5), no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) em Porto Velho, série de palestras alusivas à Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais como programação de encerramento da Campanha Abril Verde, com a participação de servidores do regional, advogados, acadêmicos e servidores de outras repartições públicas.

A Campanha Abril Verde é realizada em âmbito nacional com objetivo de alertar para a importância de prevenção de acidentes laborais e está em consonância com o Programa Trabalho Seguro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que promove e executa campanhas nacionais focadas na prevenção de acidentes de trabalho e no fortalecimento da política nacional de segurança e saúde do trabalho.

Na abertura do evento o presidente TRT14, desembargador Shikou Sadahiro, lembrou que no dia 28 de abril comemora-se o “Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho”, e que durante os dias 28 de abril a 5 de maio, o regional trabalhista realiza a Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais, com desenvolvimento de atividades para conscientizar que ações individuais podem contribuir com a eliminação de acidentes provenientes de trabalho. “Com eventos desse tipo, com ações de cada um, nós conseguiremos baixar ou quem sabe um dia eliminar essa triste estatística de acidentes do trabalho”, afirmou.

O gestor regional do Trabalho Seguro, juiz Edilson Carlos de Souza Cortez, discorreu sobre a história e estatística sobre acidente do trabalho e o Programa Trabalho Seguro, destacou que o Brasil ostenta uma situação dramática, atrás apenas da China, Índia e Singapura. “Houve uma melhora ao observar os dados de 1975, quando o Brasil teve quase 2 milhões de Acidentes de Trabalho e hoje nós temos mais de 700 mil, mesmo assim ostenta o 4º lugar”, relatou.

Ao fazer uma análise de casos concretos de acidentes de trabalho, o auditor fiscal do Ministério do Trabalho, Bianor Salles Cochi, alertou para situações em que são sufocadas nos erros dos trabalhadores, e a necessidade de ampliar o campo de análises para identificação dos fatores, com foco amplo, não somente embasado no erro do trabalhador. “Assim é

possível ampliar a determinação de medidas de controle e identificar melhor os fatores que influenciam para que o acidente ocorra, que às vezes não é só aquela situação do trabalhador em si, mas saber porque ele errou, porque aconteceu a falha, ou outras situações que geraram o acidente”, explicou o auditor fiscal.

O procurador-federal da Advocacia Geral da União (AGU), João Filipe Casagrande Morelato, explanou que a AGU tem uma atuação prioritária e proativa na concretização da política pública de prevenção de acidente de trabalho, e que adotam ações regressivas relacionadas ao trabalho. “O principal remédio processual que nós temos para poder fazer a concretização dessa política pública é a Ação Regressiva Previdenciária Acidentária”, finalizou.

Em sua explanação sobre o combate às doenças mentais no trabalho, estratégias de manejo e prevenção, a psicóloga Gesica Borges Bergamini ressaltou que o ideal é que se faça uma reflexão sobre o autocontrole, o autoconhecimento e as estratégias que podem ser utilizadas para enfrentar o cotidiano do trabalho. “Uma análise das dificuldades que eu enfrento no dia a dia, e como posso enfrentar e ser mais resiliente para não chegar a um estado de adoecimento”, argumentou ainda, que esse controle pode ser efetivado também com suporte de um psicólogo.

A Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais é realizada em parceria com o Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT14), Ministério do Trabalho e Advocacia Geral da União em Rondônia e consiste de exposição de fotografias e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) no hall de entrada do TRT14, Pit-stop, panfletagem, Série de palestras, entrevista na Web Rádio 14 e Programas de Responsabilidade Socioambientais do TRT14 (JT Vai à Empresa e JT Vai à Escola).

(Secom/TRT14)



Ações Sociais em
2018



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre



TRT-14ª REGIÃO

Rondônia e Acre

TRT Comunidade - A Justiça do Trabalho mais Próxima de Você

TRT Comunidade realiza mais de 3.600 atendimentos na Zona Leste de Porto Velho

17/04/18



A Justiça do Trabalho, em parceria com diversas entidades governamentais e privadas, prestou mais de 3.600 atendimentos gratuitos à população da zona leste de Porto Velho (RO), na 15ª edição da Ação Social “TRT Comunidade - A Justiça mais próxima de você”, realizada no sábado (14), na Escola Estadual Daniel Neri.

A Ação Social ofereceu vários serviços nas áreas de saúde, jurídico, educação, entretenimento, estética, emissão de documentos pessoais, assistência e previdência social, tributária, cadastro de emprego e estágio, e orientações em geral.

“Com o apoio de grandes parceiros, a Justiça do Trabalho da 14ª Região, que abrange os estados de Rondônia e Acre, cumpre o seu papel social de, além de distribuir justiça, também levar cidadania a quem precisa”, ressaltou o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, desembargador Shikou Sadahiro.

Entre os serviços oferecidos, a emissão de documentos foi um dos mais procurados. O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia registrou 208 atendimentos para a emissão do 1º título eleitoral e regularização. Já o Instituto de Identificação Civil e Criminal da Polícia Civil (IICC) realizou 192 emissões de Carteiras de

Identidade, enquanto outros 130 atendimentos foram registrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Um dos moradores da região que buscou a emissão do RG foi o catador de materiais recicláveis, Davi Sousa, que aproveitou o evento para divulgar o seu trabalho de músico em prol da educação ambiental. “A intenção das músicas é justamente buscar aumentar essa educação ambiental nas escolas, que precisamos tanto”, declarou ao agradecer a oportunidade do atendimento.

A área de saúde também foi bastante demandada, com 212 testes rápidos e 204 imunizações registrados pela Secretaria Municipal de Saúde (Semusa). Os atendimentos médicos promovidos pelas Secretarias de Estado da Saúde (Sesau) e Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) nas especialidades de pediatria, ginecologia e clínica geral também somaram mais de 100 consultas. Enquanto isso, a odontologia coordenada pela Faculdade Integradas Aparício Carvalho (Fimca) promoveu 146 exames clínicos e prestou 207 auxílios na orientação à saúde bucal. Já a Faculdade São Lucas também deu importante contribuição com 150 exames de glicemia e tipagem sanguínea, 63 assistências na área de fisioterapia e outras 37 na triagem auditiva. A Uniron atuou na orientação à saúde da mulher, registrando 48 atendimentos.

Teve grande destaque também a atuação do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO), que prestou 332 atendimentos em diversos serviços, principalmente na educação para o trânsito, promovendo, inclusive, o sorteio de brindes e de uma bicicleta. Outra im-

portante contribuição foi do Serviço Social do Comércio (Sesc-RO), com quase 500 atendimentos em atividades de recreação e do Projeto Bibliosesc, uma das novidades do evento.

A Justiça do Trabalho trabalhou na tomada de reclamações trabalhistas, sendo registrados 18 novos processos, ouvidoria e atividades lúdicas junto às crianças.

De acordo com a coordenação foi fundamental a participação de cada parceiro institucional, a exemplo da emissão de CPF que contou com o apoio direto do Sicoob-Credjurd.

Os parceiros que somaram ao TRT Comunidade foram: Departamento de Trânsito de Rondônia (Detran), Defensoria Pública do Estado

de Rondônia (DPE-RO), Faculdade de Rondônia (Faro), Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca), Faculdade São Lucas, Faculdade Uniron, Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (Sesau/RO), Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Instituto de Identificação Civil e Criminal (IICC), Previdência Social, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho, Procon-RO, Tudo Aqui, Receita Federal, Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (Semasf), Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), Serviço Social do Comércio (Sesc), Senac, Associação Zequinha Araújo e Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), OAB/RO, Aronatra, Amatra14, Dydio, Sicoob-Credjurd e Vivo.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre | Fotos: Luiz Alexandre/
Rayane Medeiros)

TRT Comunidade registra quase 3 mil atendimentos na Zona Sul de Porto Velho

31/07/18



A Justiça do Trabalho e diversos parceiros prestaram quase 3 mil atendimentos na 16ª edição do TRT Comunidade - A Justiça do Trabalho mais próxima de você, realizada no sábado (28) na Escola Estadual Tancredo Neves, zona sul de Porto Velho.

Um dos destaques foram as ações de imunização e testes rápidos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) com a aplicação de 660 vacinas e 462 orientações registradas, como também as atividades de recreação coordenadas pelo Serviço Social do Comércio (Sesc Rondônia) junto a 389 crianças.

Vários serviços também foram prestados gratuitamente à população nas áreas de saúde, a exemplo dos atendimentos médico e odontológico, assistência jurídica e social, emissão de documentos, corte de cabelo, massoterapia, entre outros.

Para conseguir tirar a sua segunda via do documento de identidade, a auxiliar de limpeza Vânia Maria não mediu esforços para ser a primeira a chegar na escola, às cinco da manhã. “Eu fui em duas Ação Global, mas não consegui tirar porque perdi a senha. Agora consegui, graças a Deus, tudo resolvido”, relatou após ficar um ano e dois meses sem o documento, devido a um assalto que levou todos os seus documentos.

A professora Lucenira Brandão também aproveitou o mutirão de cidadania para buscar informações junto à Previdência Social, fazer alguns exames rápidos e receber atendimento médico. “No posto de saúde a fila é enorme, você passa a tarde inteira para conseguir uma

consulta, é muito difícil. Já aqui foi rápido e fui muito bem atendida”, elogiou.

Experiências vividas como a de Vânia e Lucenira é o que o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, desembargador Shikou Sadahiro, chamou de “concretizar a cidadania”. “O objetivo é realmente uma aproximação com o cidadão. Todos que fazem parte deste projeto tem a plena consciência de que nossa atividade não se resume apenas à prestação jurisdicional. Temos uma missão muito maior em prol da sociedade, por isso promovemos esse mutirão”, ressaltou.

Sensibilização contra o trabalho infantil e incentivo à aprendizagem

Durante a ação foram efetuados sorteios de Kits contendo jogo da memória, quebra-cabeça e cadernos, além de distribuição de cartilhas em formato de “gibis”, todos alusivos à campanha para promover a sensibilização dos pais e sociedade em geral quanto a importância de manter as crianças na escola e longe da vulnerabilidade social e do trabalho.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social e de Eventos Institucionais do Regional, responsável pela organização, uma nova edição do TRT Comunicação está prevista para acontecer ainda este ano, em novembro.

A 16ª edição do evento de responsabilidade social contou com a participação dos seguintes parceiros: Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 14ª Região (Amatra14); Associação Rondoniense da Advocacia Trabalhista; Aronatra, Corpo de Bombeiros; CLIOM (serviços odontológicos); Departamento Estadual de Trâns-



sito (Detran-RO); Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO); Instituto de Identificação Civil e Criminal (IICC); Inbra; INSS; Ministério Público do Trabalho (MPT); Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rondônia (OAB/RO); Procon; Receita Federal; Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec), Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (Semasf); Secretaria Municipal de Saúde (Semusa); Senac; Secretaria de Estado de Saúde (Sesau); Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão (Sepog); Sesc; Senac, Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO); Tudo Aqui; Vivo, Refrigerantes Dydyo; Lavanderia Lava e Leva, Faculdades Católica, São Lucas e Faro; Seja Digital; Instituto Mix de Profissões e IEL.

Sobre a ação TRT Comunidade

Realizado desde 2013, TRT Comunidade é um mutirão pela cidadania idealizado e coordenado pela Justiça do Trabalho com o objetivo de levar até a população mais carente e distante do centro da capital os serviços públicos básicos de forma gratuita, com participação e apoio de parceiros institucionais.

A ação já registrou mais de 42 mil atendimentos, nas 14 edições promovidas em escolas públicas em Porto Velho (RO) e uma em Rio Branco (AC), na sede do Sesi.

(Secom/TRT14)





TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Atuação Judicial de Relevância Social

Mantida condenação de município e construtora por trabalho infantil em lixão de Porto Velho (RO)

23/01/18



A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a agravo da Construtora Marquise S/A (Ecoporto) contra a condenação, juntamente com o Município de Porto Velho (RO), ao pagamento de indenização de R\$ 1 milhão em danos morais coletivos por permitir a atuação de crianças e adolescentes como catadores no lixão situado à margem de uma das rodovias de acesso à capital de Rondônia. A Turma rejeitou também recurso do Ministério Público do Trabalho, que pretendia que o valor da condenação fosse de R\$ 5 milhões. No julgamento, os ministros destacaram a gravidade do problema.

Lixão

Desde 2006, a questão vinha sendo discutida entre o MPT e a Prefeitura de Porto Velho, a partir de denúncia de que, no lugar conhecido como Lixão da Vila Princesa, haveria crianças e adolescentes fazendo a coleta e a reciclagem do lixo ali despejado. Durante diligência, ficou constatada a presença de vários trabalhadores avulsos (catadores) que, sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), manuseavam diversos resíduos, inclusive hospitalares, situação que colocava em risco sua saúde e integridade física.

Em 2010, a Construtora Marquise venceu

licitação promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a construção de um aterro sanitário no local, mas, em nova diligência, o MPT verificou que o acesso ao local continuava livre, sem qualquer fiscalização, com crianças catando lixo a céu aberto. Novas rodadas de negociação e diligências ocorreram ao longo de 2011 e 2012 sem que o quadro fosse alterado, levando então ao ajuizamento de ação civil pública em 2013. Para o Ministério Público do Trabalho, a situação revelava “o descaso da Prefeitura de Porto Velho com o meio ambiente e com as condições em que o trabalho estava sendo exercido, em desrespeito a diversas normas regulamentadoras emitidas pelo MTE”, o que resultava em “grave e séria violação a direitos de seres humanos ainda em desenvolvimento”.

Dano moral coletivo

O juízo da 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho (RO) julgou procedente a ação civil e condenou o município e a construtora, de forma solidária, à obrigação de impedir o acesso e o trabalho de crianças e adolescentes na área e de implementar programas destinados à inclusão social dos menores daquela comunidade. A decisão fixou a indenização por dano moral coletivo em R\$ 5 milhões e multa de R\$

300 mil por cada vez que fosse constatada a presença de menores e adolescentes no local.

Em julgamento de recurso, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) reduziu a indenização para R\$ 1 milhão – R\$ 750 mil para o município e R\$ 250 mil para a construtora. Para o Regional, o valor imposto na sentença afetaria a já existente carência de recursos nas áreas de saúde e educação, e faria falta para atividades essenciais do município, penalizando duplamente a sociedade. A decisão leva em conta também o interesse, “ainda que tardio”, da construtora em tentar contornar o problema.

TST

Tanto a construtora quanto o MPT tentaram modificar essa decisão no TST – a primeira pedindo a extinção da condenação imposta, e o MPT visando ao restabelecimento do valor inicial da indenização. A Primeira Turma, no entanto, afastou os fundamentos de ordem processual apresentados pela empresa e rejeitou o exame do mérito do recurso.

Com relação à pretensão do MPT, o relator, ministro Walmir Oliveira da Costa, destacou que o TRT, ao fixar o valor da condenação, observou de forma correta os princípios da equidade, proporcionalidade e razoabilidade e a teoria do valor do desestímulo (punir, compensar e

prevenir). Ele observou ainda que a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST já consolidou o entendimento de que a revisão dos valores de indenizações por danos morais somente é possível quando as quantias fixadas forem exorbitantes ou insignificantes, o que não se verificou no caso.

Situação subumana

O ministro Lelio Bentes Corrêa, ao seguir o voto do relator, destacou que a gravíssima relevância social do tema. “É inaceitável que uma municipalidade permaneça inerte diante da situação subumana a que estão sujeitos homens, mulheres e crianças vivendo e trabalhando no lixo”, afirmou. “O que se requer é sensibilidade, compromisso cidadão do administrador público, e espera-se que, se a via judicial não for suficiente para trazer estes atributos, que a sanção final seja imposta no foro competente, que é as urnas, e que a sociedade saiba escolher dirigentes que efetivamente priorizem o que é mais importante para a cidadania”.

O ministro Hugo Carlos Scheuermann também considerou indignante a situação por se tratar de pessoas, crianças e adolescentes que “trabalham e vivem do lixo”.

(Processo: AgR-Ag-AIRR - 99-86.2013.5.14.0005)

(TST | Dirceu Arcoverde/CF)

Justiça do Trabalho em Vilhena (RO) entrega obras de prédios que vão atender crianças e adolescentes vulneráveis

Os recursos foram provenientes de indenização por danos morais coletivos pago pela JBS/SA

19/02/18



Na sexta-feira (16/02), a Justiça do Trabalho em Vilhena/RO realizou audiência pública para a entrega formal das obras dos novos prédios do Conselho Tutelar e da Casa de Acolhimento, destinados a crianças e



adolescentes em situação de vulnerabilidade. As obras são decorrentes de uma Ação Civil Pública que tramita na Vara do Trabalho de Vilhena/RO, por meio da qual a empresa JBS/SA ajustou o pagamento de R\$ 3,5 milhões de indenização por danos morais coletivos, em face de violações à legislação trabalhista.

A entrega foi feita pela juíza do Trabalho Substituta da Vara do Trabalho de Vilhena, Fernanda Antunes Marques Junqueira, às autoridades municipais. Se fizeram presentes a prefeita Rosani Donadon, a titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, Ivete Pires, a promotora de Justiça da Infância e Juventude, Yara Travalon, entre outras autoridades.

Na ocasião, Fernanda Junqueira enalteceu o papel da Justiça do Trabalho perante à sociedade. “Advirto que essa audiência pública não tem o propósito de vangloriar quem quer que seja. Não é objeto de enaltecimento do ser humano; não é ato político, com vistas a cativar presentes e futuros eleitores; é, sobretudo uma resposta, sob as vestes de um ato processual. É uma carta aberta a toda a sociedade, prestando contas das atividades praticadas pela Justiça do Trabalho. Para além dos muros que cercam seus prédios, a Justiça do Trabalho tem desempenhado um le-

gítimo papel de agente de transformação social”, ressaltou em seu discurso inicial.

Para a construção do novo prédio do Conselho Tutelar, com aproximadamente 200 m2, foram destinados pouco mais de R\$ 235 mil, enquanto a nova Casa de Acolhimento, com aproximadamente 600 m2, recebeu quase R\$ 776 mil.

O restante do valor está sendo investido nas obras em andamento de construção de uma UTI Neonatal intermediária e um centro obstétrico no Hospital Regional de Vilhena, totalizando cerca de R\$ 2,4 milhões.

No acordo homologado em fevereiro em 2017 pela magistrada trabalhista, os pagamentos decorrentes das obras de construção do Conselho Tutelar e da Casa de Acolhimento foram efetuados diretamente pela JBS/SA às empresas contratadas pela Secretaria de Assistência Social do Município de Vilhena.

Nesse processo, a Vara do Trabalho de Vilhena criou uma comissão interna responsável pela fiscalização das obras, participando ativamente dos projetos, licitações, pagamentos e das compras diretas efetuadas.

(Ação Civil Pública nº 000481-93.2012.5.14.0141)

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre | Fotos: VT de Vilhena/RO)



Acordo com a JBS S/A na Justiça do Trabalho vai beneficiar entidades e projetos sociais em Rolim de Moura (RO) e região

Conciliação aconteceu em ação civil pública que denunciou a demissão em massa de trabalhadores sem a negociação prévia com o sindicato obreiro
21/02/18



A Justiça do Trabalho em Rondônia e Acre homologou no último dia 19 acordo no valor de R\$ 1,3 milhões a serem pagos pela JBS S/A a título de danos morais coletivos, devidos pela demissão em massa de 360 trabalhadores, em julho de 2015, no município de Rolim de Moura, Zona da Mata rondoniense. O ato culminou com o fechamento da unidade industrial na localidade, como também provocou a denúncia pelo Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT14), por meio de ação civil pública, que apontou a ausência da prévia negociação coletiva com o sindicato obreiro.

O valor acordado foi homologado pela juíza do Trabalho Convocada da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC), Marlene Alves de Oliveira, e será destinado a projetos sociais, instituições sem fins lucrativos e/ou órgãos públicos dos municípios abrangidos pela jurisdição da Vara do Trabalho de Rolim de Moura/RO.

Ainda em relação à destinação do valor, a empresa concordou que o MPT, com prévia autorização do Juízo, destine o valor da melhor forma que aprovar às necessidades dos municípios abrangidos, especialmente 50%

do valor para estruturação (bens móveis e/ou imóveis) do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest).

O acordo deverá ser cumprido em oito parcelas sucessivas de R\$ 162.500,00, sendo a primeira no prazo de até 15 dias úteis a contar da intimação/publicação da decisão homologatória do acordo, e as demais com vencimentos a cada 30 dias. O pagamento será realizado mediante depósito judicial em conta vinculada perante o Juízo da VT de Rolim de Moura/RO. O inadimplemento de parcela vencida implicará à JBS S/A no vencimento antecipado das parcelas remanescentes, acrescido de multa de 30%.

A empresa deverá ainda pagar R\$ 26 mil em custas processuais. Como o acordo é composto de parcela 100% indenizatória, não incidirão contribuições fiscais e previdenciárias.

A JBS S/A havia ingressado com recurso ordinário na 2ª Instância do TRT-RO/AC após ser condenada a pagar R\$ 38,6 milhões por dano moral coletivo. O presente acordo contou com a total concordância do MPT.

(Processo nº 0000804-26.2015.5.14.0131)

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)

Vilhena (RO): Justiça do Trabalho recebe confirmação de doação de terreno de 10 mil metros quadrados para construção de escola

01/03/2018



A Justiça do Trabalho em Vilhena (RO) recebeu, no último dia 27, a escritura pública que confirma a doação de um terreno em favor do município de Vilhena, onde será construída a sede da escola de ensino fundamental e médio por meio de recursos oriundos de acordo judicial em processos trabalhistas.

Com área de aproximadamente 10.000 m², o terreno foi doado por Francisco Sartori, atendendo a um pedido da juíza do Trabalho Substituta, Fernanda Antunes Marques Junqueira, em uma Ação Civil Pública - ACP impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, que tramita na Vara do Trabalho de Vilhena.

O processo de doação contou ainda com a participação ativa dos servidores que compõem a Comissão de Obras, constituída internamente com a finalidade de executar e

fiscalizar os projetos sociais em andamento, com destaque para o presidente Ney Isaac Almodóvar.

Segundo a VT de Vilhena, o investimento ficará em torno de R\$ 1,5 milhão dos R\$ 3,5 milhões conciliados junto à empresa em uma ACP, referente ao pagamento de danos morais coletivos. O restante do valor já foi investido nas obras de construção das novas sedes do Conselho Tutelar e da Casa de Acolhimento, entregues pela Justiça Especializada no último dia 16 de fevereiro.

De acordo com o diretor de Secretaria da Vara, Ederson Deiró, o projeto de construção já foi aprovado pela unidade e está em fase de cotação de preços. O início das obras está previsto para a segunda quinzena de março.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre - Colaboração: VT Vilhena)



Justiça do Trabalho em Jaru (RO) realiza audiências em escola para não prejudicar transporte de alunos

27/03/18

Para evitar prejuízos a diversas crianças e adolescentes que necessitam do transporte escolar no Distrito de Tarilândia, em Rondônia, a Justiça do Trabalho em Jaru (RO) realizou nesta terça-feira (27) 23 audiências em uma escola do Distrito, evitando assim que motoristas e monitores se deslocassem até a sede da Vara.

A iniciativa foi do juiz do Trabalho Titular da Vara, Ricardo César Lima de Carvalho Sousa, que junto com mais três servidores se deslocaram ao Distrito que faz parte da jurisdição da Unidade Trabalhista, distante 70 km da sede em Jaru. O deslocamento para realização das audiências na Escola de Ensino Fundamental e Médio Pedro Vieira de Melo foi autorizado pela Portaria nº 0483, de 22 de março de 2018, da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC).

Segundo o magistrado, os ônibus que levam os alunos para a escola ficam aguardando no Distrito de Tarilândia/RO até o encerramento das aulas para que possam retornar com os alunos. “Se tivéssemos mantido as audiências na Vara, certamente prejudicaria os alunos que dependem do serviço para retornar”, explicou.



Sobre os processos

Segundo informações da Secretaria da Vara, as audiências foram todas iniciais em processos ingressados pelos trabalhadores contra a empresa Ottoni Transportes Ltda - EPP e o Município de Jaru. Os autores alegam que após a demissão não receberam as verbas rescisórias devidas, nem tiveram suas Carteiras de Trabalho e de Previdência Social (CTPS) baixadas. A maioria trabalha agora para a empresa Fretur Transportes de Passageiros Ltda - EPP, que realiza atualmente o transporte escolar na região.

Como a empresa não compareceu às audiências, o magistrado mandou notificar um procurador da empresa que reside em Ouro Preto do Oeste (RO). Enquanto isso, o Município de Jaru ficou ciente de seu ônus de provar a fiscalização do contrato com a referida empresa reclamada. Dessa forma, o Juízo remarcou novas audiências, na mesma escola, para 9 de maio.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre | Fotos: Vara do Trabalho de Jaru/RO)

Sistema socioeducativo de amparo a adolescentes infratores de Rondônia é beneficiado pela Justiça do Trabalho

FEASE é uma instituição educacional do estado que tem como objetivo a ressocialização de menores infratores

06/04/18



Termo de Ajuste de Conduta (TAC) na Justiça do Trabalho, beneficia a Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo de Rondônia (FEASE) com R\$ 304.226,90, para a aquisição de material permanente de processamento de dados, proteção e segurança e de veículos para aparelhamento da sede e das Unidades Masculinas Sentenciadas I e II.

A Justiça do Trabalho homologou o acordo nos autos da Ação Civil Pública de autoria do Ministério Público do Trabalho (MPT14), em face da Eucatur-Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda, que tramita na 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho, que foi assinado na quarta-feira (04/04) na sala de audiências do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejus-JT).

“A Eucatur fez um acordo no processo, e o MPT solicitou que o direcionamento do valor

fosse para o FEASE, que é uma instituição educacional do estado que tem como objetivo de ressocialização de menores infratores”, explicou o juiz coordenador do Cejus-JT em Porto Velho, Luiz José Alves dos Santos Júnior.

O procurador do trabalho, Marcos Gomes Cutrim, esclarece que o Ministério Público do Trabalho tem utilizado essas destinações de multas e indenizações para potencializar maior benefício que seja possível para a sociedade rondoniense. “Esse acordo representa uma linha de destinações que nós temos feito a alguns anos, o MPT junto com a Justiça do Trabalho já teve oportunidade de doar aqui em Rondônia material de escritório, veículos até hospitais e aeronaves”, explica.

Cutrim destaca que o termo firmado com a FEASE, tem como objetivo oferecer melhores condições de trabalho aos servidores da fundação e beneficiar centenas de adolescentes

atendidos e seus familiares. “Fortalecimento do sistema socioeducativo em Rondônia precisa de uma estruturação mínima e adequada para prestar serviços aos adolescentes que cometem ato infracional ou estão sob medidas de proteção e também suas famílias que é o grande público beneficiário dos serviços prestados pela fundação estadual de atendimento socioeducativo”.

A presidente da FEASE, Sirlene Bastos, assumiu o compromisso de no prazo até 180 dias, a contar da data da audiência, proceder à aquisição dos bens para aparelhamento da entidade, que será entregue em solenidade pública, conduzida pelo juízo da Vara do Trabalho competente para a execução e pelo Cejusc-JT, com apoio do MPT14.

Sirlene fala que nesse início da fundação, com 3 (três) meses de funcionamento, após separação do sistema socioeducativo do sistema prisional, que esse olhar do MPT14 e da Justiça do Trabalho vem colaborar com a estruturação da fundação, com isso o principal beneficiário é a sociedade. “Todos os equipamentos que vão ser adquiridos, vem ajudar, auxiliar na sua estrutura da fundação que atende o estado de Rondônia, proporcionando o atendimento que vamos poder proporcionar aos adolescentes”, conclamou Sirlene.

O juiz de direito do 1º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Velho, Marcelo Tramontini, ressalta que o acordo na Justiça do Trabalho, destinando verba para aquisição de bens em benefício da recém criada FEASE, tem um significado importante, vem colaborar com o cumprimento de medidas socioeducativas de internação e ressocialização de jovens e adolescentes amparados pela entidade. “A fundação foi instalada no dia 1º de janeiro desse ano, ela então está sendo estruturada, começando do zero, e esses recursos então vem numa hora de suma importância para realmente implantar e consolidar esta fun-

dação que com certeza são recursos que terão uma inserção social e uma destinação de muita abrangência, porque vai atingir um público altamente vulnerável, que são os adolescentes que cumprem medida de internação”, concluiu o juiz.

“Rondônia era um dos últimos estados do Brasil em que nós tínhamos os presos maiores de idade definitivos junto com os adolescentes em conflito com a Lei, depois de um trabalho bastante profícuo, bastante forte do Ministério Público de Rondônia com o Poder Judiciário, conseguimos criar a FEASE, que hoje vai cuidar só das medidas socioeducativas. Então, hoje nós temos uma entidade estadual só cuidando de nossos adolescentes em conflito com a Lei, o trabalho hoje é tutelar”, ressalta o promotor de justiça da Promotoria de Infância e da Juventude da 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Velho, Everson Antônio Pini.

Pini esclarece que o recurso que está vindo agora da Justiça do Trabalho vai ser de fundamental importância diante das dificuldades do estado. “O estado brasileiro de um modo geral tem grandes dificuldades orçamentária e financeira, então toda ajuda significativa como foi essa, vem auxiliar demais porque nosso grande objetivo dentro do sistema é a recuperação do adolescente, e que esse adolescente deixe de cometer atos infracionais e se ressocialize. Volte para a sociedade”, complementa.

Participaram também da audiência o juiz do trabalho, titular da 5ª VT Porto Velho, auxiliar da presidência do TRT14, Vitor Leandro Yamada, juiz do trabalho substituto, exercendo a titularidade da 5ª VT Porto Velho, Fernando Sukeyosi, Procuradora do Trabalho, Adriana Maria Silva Candeira, coordenadora da FEASE, Raika Fabiola Guzman da Silva e o advogado, André Luiz Delgado.

*(Ação Civil Pública nº 000481-93.2012.5.14.0141)
(Secom/TRT14 | Alberto Alves)*

Justiça do Trabalho inicia atendimentos pelas Varas Itinerantes no interior de Rondônia

18/04/18



A Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre, iniciou na segunda-feira (16/04), atendimentos através das Varas Itinerantes. A ação começou na região denominada Ponta do Abunã, localizada no Distrito de Vista Alegre do Abunã em Porto Velho (RO), registrando 11 atermações neste primeiro dia de atendimento. Este ano serão 69 localidades atendidas pela Justiça do Trabalho em Rondônia e Acre.

As atermações estão sendo realizadas pelos servidores da Secretaria Judiciária, Anilton Rodrigues da Silva e Ociney Sobreira da Silveira. No decorrer da semana as Varas Itinerantes seguirão para os municípios de Extrema e Nova Califórnia ainda no Estado de Rondônia e em seguida para os municípios de Acrelândia e Vila Campinas, no Acre.

(Secom/TRT14 | Hebert Novaes - Supervisão: Alberto Alves | Fotos: Ociney Sobreira)

Varas Itinerantes da Justiça do Trabalho receberão reclamatórias em municípios de RO e AC

05/05/18



As Varas Itinerantes da Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre realizarão na próxima semana as atermações, ou seja, o recebimento de reclamatórias trabalhistas, em municípios do interior nos dois estados.

De acordo com a programação divulgada pela Secretaria Judiciária de 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC), os trabalhos acontecem simultaneamente nos dois estados, a partir de segunda-feira (07).

Em Rondônia, a agenda inicia com a equipe no Distrito de Triunfo, onde estará à disposição da população na sede da Emater-RO. Na terça-

-feira (08), os atendimentos seguem para o município de Itapuã do Oeste, também nas dependências da Emater-RO. Após, a equipe receberá as reclamações no município de Cujubim, na quarta-feira (09), no prédio da Emater-RO. O município do Vale do Anari fecha a semana de atermações rondonienses, na quinta-feira (10), com atendimentos no Posto Avançado do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO).

Já no Acre, os trabalhos iniciam na segunda-feira nos municípios de Senador Guiomard

e Manoel Urbano. Seguindo, na terça-feira, para Capixaba. Na quarta-feira as atermações acontecem simultaneamente nos municípios de Xapuri e Tarauacá. E por último, no dia 10, os atendimentos na semana encerram em Assis Brasil. Em todas as localidades, a equipe de servidores da Justiça do Trabalho colherá as reclamações nos respectivos Fóruns do Tribunal de Justiça do Acre.

(Secom/TRT14)

Juíza recebe título de “Amigo da Polícia Militar de Rondônia” após recurso de ação atender projeto de videomonitoramento

16/05/18



Recurso destinado pela Justiça do Trabalho para atender projeto da Polícia Militar de Rondônia de vídeo-monitoramento urbano rendeu à juíza Titular da Vara do Trabalho de Colorado do Oeste (RO), Monica Harumi Ueda, o título de “Amigo da Polícia Militar de Rondônia”.

A honraria foi entregue pela corporação à servidora Grasiely Souza, que representou a magistrada, no último dia 20, no 3º Batalhão da Polícia Militar de Vilhena (RO), na presença de representantes do Exército Brasileiro, do Poder Legislativo e de instituição de Ensino Superior de Vilhena.

O valor de R\$ 19 mil é proveniente da Ação Civil Pública nº 0026100-40.2013.5.14.0051, ingressada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em face do descumprimento de um

Termo de Ajuste de Conduta por um fazendeiro da região. A destinação contou com a anuência do MPT.

O recurso ajudou a Polícia Militar na aquisição e instalação de mais uma câmera em Colorado do Oeste, como parte do projeto que teve início em 2014.

O atual sistema de videomonitoramento teve início numa parceria firmada entre a Polícia Militar e a Associação Comercial e Industrial de Colorado do Oeste (ACIC), focada na redução dos índices de criminalidade na região. Desde então, viu-se uma redução no número de ocorrências após a implantação do sistema, conforme números apresentados pela PM nos autos.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre - Fotos: PM/RO)

Acordo de R\$ 5 milhões é revertido em ambulâncias, ônibus e micro-ônibus pela Justiça do Trabalho em ação do MPT

22/05/18



A Vara do Trabalho de Rolim de Moura, zona da mata rondoniense, homologou na manhã desta terça-feira (22/5) acordo no valor de R\$ 5 milhões em uma Ação Civil Pública - ACP ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT (RO/AC) relativa a condenação por dano moral coletivo.

Como parte das audiências agendadas pela 4ª Semana Nacional de Conciliação, ACP em face de Sanden Indústria e Montagem Eletromecânica Ltda, Norte Brasil Transmissora de Energia S/A e Construtora Integração Ltda. na qual restou ajustado o pagamento na ordem no valor de R\$ 5 milhões, a título de dano moral coletivo, sendo que os réus indicados se comprometem a promover a doação de 26 ambulâncias simples de remoção, 1 (um) ônibus com capacidade para 46 pessoas e acessibilidade plena e 1 (um) micro-ônibus com capacidade para 22 pessoas e acessibilidade plena que serão encaminhados aos municípios de Rondônia, segundo o plano executivo constante dos autos.

As ambulâncias, ônibus e micro-ônibus deverão conter adesivos com as logomarcas do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, os quais deverão ser disponibilizados ao 2º e 3º réus, pelos órgãos mencionados, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta homologação.

O prazo de entrega de todos os veículos é de 10 (dez) meses, a contar de 04.06.2018, em consonância com o cronograma de execução do plano, bem como a apresentação de relatórios trimestrais de acompanhamento, devendo a Norte Brasil Transmissora de Energia S/A reportar todo e qualquer atraso ou alteração.

O acordo foi homologado pela juíza do Trabalho Fernanda Antunes Marques Junqueira, atuando na Vara do Trabalho de Rolim de Moura, contando com a presença do MPT na audiência, representado pelo procurador Allysson Feitosa Torquato Scorsafava.

As empresas deverão comunicar ao MPT, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, do ato da entrega dos bens.

No Termo de Homologação de Acordo as rés Norte Brasil Transmissora de Energia S/A e Construtora Integração Ltda ficam isentas de responsabilidade em relação aos desdobra-

mentos processuais posteriores à homologação do presente acordo, ou seja, restando fora do alcance de quaisquer efeitos de eventual condenação da primeira ré, Sanden, em vista do prosseguimento da ação em face desta.

(Processo n. nº 0000050-50.2016.5.14.0131)

(Secom/TRT14)

Justiça do Trabalho assina termo de cooperação que visa à qualificação de jovens em situação vulnerável no Acre

05/07/18



Na quinta-feira (05/07) a Justiça do Trabalho que abrange os estados de Rondônia e Acre, juntamente com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e diversas outras instituições, assinou um termo de cooperação que tem como objetivo desenvolver ações que visem a qualificação pessoal e profissional de jovens e adolescente em situação de vulnerabilidade social no estado do Acre.

A ação propõe envolver os usuários do Sistema Socioeducativo do Estado do Acre (ISE) e da cidade de Rio Branco, bem como adolescentes e jovens vítimas de trabalho infantil análogo à escravidão.

O juiz auxiliar da Presidência e Gestor Regional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC), Vitor Leandro Yamada, desta-

cou a importância de fortalecer iniciativas como essa. “É de fundamental importância a execução de ações voltadas aos adolescentes e jovens ingressos e egressos do Sistema Socioeducativo e vítimas de trabalho escravo, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizado e futura colocação no mercado de trabalho”, ressaltou.

O Termo foi celebrado também pelo Estado do Acre, o Município de Rio Branco, Federação das Indústrias do Acre (FIEAC), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Acre (FECOMÉRCIO), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Acre (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Acre (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Acre (SENAR), Instituto Socioeducativo do Acre (ISE), Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (FEPETI/AC) e do outro lado, Procuradoria do Trabalho em Rio Branco (AC), Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Superintendência Regional do Trabalho no Acre (SRTb/AC).

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Celso Gomes)

Justiça do Trabalho em Guajará-Mirim converte multa em benefícios para entidades sociais

09/07/18



Entidades assistenciais do município de Nova Mamoré (RO) receberam, no último dia 29, benefícios, como veículos, laboratório de informática e reparo nas instalações de creches, provenientes da conversão de multas por contratação irregular de funcionários celetistas aplicadas pela Justiça do Trabalho em face do município de Nova-Mamoré e o ex-prefeito José Antenor Nogueira.

Na solenidade de entrega, o juiz do Trabalho Titular da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim (RO), Carlos Antônio Chagas Júnior, e o procurador do Trabalho, Marcos Gomes Cutrim, entregaram dois veículos, sendo um veículo Gol para o Projeto Família Acolhedora e uma Spin para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Além disso, também foram entregues um laboratório de informática e uma geladeira que se transforma em biblioteca como

parte do Projeto das Gelotecas, ambos na sede da Prefeitura Municipal. Houve, ainda, a entrega de uniformes para a Guarda Mirim e a realização de reparos nas instalações da Creche Allan Kardec e do Centro Despertar.

A multa aplicada foi de R\$ 200 mil, proveniente de um acordo com o ex-prefeito do município de Nova Mamoré por contratação irregular de funcionários celetistas durante o seu mandato, fruto do processo 00011700-07.2005.5.14.0071, ingressado pelo Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região.

De acordo com o magistrado, a ação comprova a preocupação da Justiça do Trabalho com a cidadania, que é demonstrada também em suas atividades sociais, a exemplo do programa “Justiça do Trabalho de Portas Abertas”, realizado no dia 30 de maio de 2018 em que a VT de Guajará-Mirim recebeu 60 crianças do projeto Polícia Militar Mirim da Polícia Militar do Estado de Rondônia, com idade entre 9 e 15 anos.

(Processo nº 0001700-07.2005.5.14.0071)

(Secom/TRT14 | Devanil Júnior/

Celso Gomes/Luiz Alexandre)

Indenização na Justiça do Trabalho beneficia aviação de segurança pública em Rondônia

09/07/18

No último dia 1º, o Núcleo de Operações Aéreas da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia (NOA/Sesdec) ganhou uma nova base operacional e um Centro de Treinamento Militar, Civil e Social integrado destinado a atender os profissionais da segurança pública, bem como a comunidade carente por

meio de atividades a serem implementadas pelo Projeto Voar.

A solenidade de inauguração contou com a presença do governador Daniel Pereira, autoridades militares e civis, além do juiz do Trabalho José Roberto Coelho Mendes Junior, representando o presidente do Tribunal Regional do



Trabalho da 14ª Região, desembargador Shikou Sadahiro, e da procuradora do Trabalho, Adriana Maria Silva Candeira, representando o Ministério Público do Trabalho (MPT).

As instalações são fruto de uma conciliação na Justiça do Trabalho perante a Ação Civil Pública nº 0000588-97.2011.5.14.0004, ingressada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), contra a empresa Enesa Engenharia Ltda, que atuou na construção da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira. O acordo para o pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 2,5 milhões foi conduzido na época pelo juiz do Trabalho José Roberto na 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, que hoje é titular da Vara do Trabalho de Rolim de Moura/RO.

O comandante do NOA, tenente coronel Carlos Lopes, enalteceu a obra que levou apenas sete meses para ser concluída. “É um sonho

antigo, muito antigo. O NOA existe há nove anos e a gente estava em uma estrutura bastante precária, na antiga base, e de dois anos para cá esse sonho começou a se tornar realidade. Estamos concretizando esse sonho, uma nova base, confortável, com toda a estrutura necessária para desempenhar um bom trabalho à frente da aviação de segurança pública no estado de Rondônia”, ressaltou.

Daniel Pereira agradeceu a parceria e contribuição da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho e revelou novos planos em conjunto. “Já estamos construindo uma outra agenda com a Justiça do Trabalho que é fruto de uma multa que o Estado levou em um processo antigo e nós estamos tentando transformar isso em um recurso para garantir que o próximo governador possa construir a casa de apoio às mulheres que são vítimas de violência em Porto Velho”, contou.



“Primeiro eu gostaria de destacar a importância dessa parceria. A importância de nós termos o TRT cooperando com a segurança pública, alocando esses recursos que foram muito importantes. Essa base que vai congrega agora todos os nossos serviços de aviação de segurança pública da PM, Civil, Bombeiros e vocês vão ver a importância que é essa ação integradora que o TRT participou conosco na secretaria de segurança”, declarou também o secretário da Sesdec, coronel Ronimar Jobim.

Em seu discurso, o magistrado enfatizou que a obra é produto do inconformismo, onde citou exemplos de pessoas inconformadas que buscam fazer algo diferente para promover a mudança, como o próprio tenente-coronel Carlos Lopes, que idealizou o Voar; a procuradora Adriana, que não se limitou a ser apenas membro da Procuradoria do Trabalho; e a assistente social Therezinha de Jesus Bayma Valle, fundadora das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes) na região Norte, e foi uma das homenageadas na solenidade pelos relevantes serviços prestados, junto com outras autoridades civis e militares.

A destinação também foi destacada pela representante do MPT. “Esse valor, em tese pela lei a gente poderia mandar para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou destinar diretamente para a sociedade local. Nesse caso a gente optou por beneficiar a comunidade da zona leste da capital e também a Polícia Militar por ser uma instituição sabidamente de credibilidade e que tem um retorno social”, declarou.

Construídas sob uma área de 7.500 m², as novas instalações do NOA, com 1.530 m² de área construída, atenderá de forma adequada os profissionais que ali atuam com patrulhamento e operações aéreas e possibilitando integração entre os órgãos de segurança pública e a comunidade. A infraestrutura operacional possui hangar que guarda até cinco helicópte-



ros, heliponto, além de salas de administração e operações.

O projeto apresentado pelo NOA contemplou ainda a aquisição de equipamentos e móveis.

Projeto Voar

A destinação da Justiça do Trabalho, em conjunto com o MPT, atendeu ainda a construção de um complexo esportivo onde funcionará o Projeto Social Voar, que visa atender 180 crianças e adolescentes carentes da comunidade. A indicação para agregar o projeto foi do próprio magistrado.

A estrutura integrada oferece piscina, refeitório, lavanderia, vestiários, salas de aula e treinamento, salas administrativas, campo de futebol, além de academias com tatame e de musculação/ginástica.

De acordo com o comandante do NOA, Ten Cel Lopes, a intenção é montar uma equipe multidisciplinar junto ao Governo do Estado e entidades voluntárias para que as atividades aconteçam.

Em uma segunda etapa, haverá o recebimento dos equipamentos e início de fato do Projeto Social.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)

Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho beneficia Polícia Federal em Vilhena/RO

13/11/18



Foi realizada sexta-feira (9/11), na sede da Polícia Federal de Vilhena/RO, a solenidade de entrega formal de equipamentos, obra de construção do Centro de Treinamento e reformas estruturais do prédio da Delegacia de Polícia Federal (DPF) de Vilhena, viabilizados através de multa decorrente de Ação Civil Pública (ACP) no valor de R\$ 303.944,39 impetrada pelo Ministério Público do Trabalho junto à Justiça do Trabalho de Vilhena, cone sul de Rondônia.

O delegado da PF, Bruno Zane Santos, agradeceu a Justiça do Trabalho pela destinação da multa em prol da reforma da Unidade e investimento na construção do projeto Centro de Treinamento que vai beneficiar a sociedade local, além da aquisição de drones, softwares para área de perícia e construção de um canil.

De acordo com o agente da Polícia Federal, Fábio Santana, que faz parte do Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas (GPRED), o foco do projeto é manter crianças e adolescentes longe do mundo das drogas, oferecendo a elas oportunidade da prática do esporte e realização de palestras nas escolas municipais. “Foi comprovado cientificamente que apenas ir à escola e dar palestra não surte o mesmo efeito que o contato diário com eles”, explica Santana.

Para o juiz titular da Vara do Trabalho de Vilhena, André Sousa Pereira, o recurso financeiro proveniente da ACP é destinado a instituições que contribuem para o desenvolvimento da região e uma delas foi a Polícia Federal.

“Esses recursos provêm de ações civis públicas, nada melhor que reverter essas reparações para instituições que farão perceptíveis a sociedade de Vilhena”, declarou o magistrado.

Estiveram presentes também no evento a juíza do trabalho substituta, Fernanda Antunes Marques Junqueira e o prefeito Eduardo Tsuru Japonês entre outras autoridades locais.

(Processo n. 0028900-07.2004.5.14.0141)

(Secom/TRT14|Colaboração: VTVilhena/Extra de Rondônia)

Justiça do Trabalho e MPT vão entregar Instituto de Prevenção ao Câncer do Hospital de Barretos no Acre

13/11/18

A Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho de Rondônia e Acre vão fazer a entrega do Instituto de Prevenção ao Câncer do Hospital de Barretos - Hospital de Amor e oficialmente entregar duas Carretas, equipadas com mamógrafos, na próxima terça-feira, dia 20 de novembro, às 10h, na Via Verde - rodovia BR 364, em frente ao Terminal Rodoviário Internacional da cidade de Rio Branco, capital do Acre.

As unidades estarão prontas para realizar exames durante atendimento móvel à população feminina acreana, que representa 49,8% da população estadual, constituída de mulheres nascidas no Acre, imigrantes e indígenas, de acordo com dados de 2010, do IBGE.

A construção do hospital é proveniente de destinação do Ministério Público do Trabalho, em conjunto com a Justiça do Trabalho de



Rondônia e Acre, de valor aproximado em R\$ 31 milhões, fruto de um acordo firmado em dezembro de 2016, nos autos de uma ação civil pública movida em razão de admissão irregular de trabalhadores para os quadros do Departamento de Estradas e Rodagens do Acre - DERACRE, no ano de 1988.

A Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre estará representada, na solenidade, pelos juízes Edilson Carlos de Souza Cortez, titular da 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná (RO) e Vicente Angelo Silveira Rego, da 1ª Vara do Trabalho de Rio Branco (AC).

“Em tempos de crises, retrocessos e ataques à Justiça do Trabalho e ao MPT, é uma grande oportunidade de demonstrarmos à sociedade os grandes resultados e os benefícios que a tutela coletiva trabalhista pode trazer para o povo”, declara o procurador do Trabalho Marcos G. Cutrim, responsável pelo acordo judicial que destinou os recursos para a construção do Instituto, a compra das carretas para atendimento itinerante.

Além do instituto, as duas carretas de prevenção equipadas com mamógrafos móveis, que prestarão serviços e realizarão exames às populações fixadas ao longo das BR-364 e BR 317, entre os municípios de Cruzeiro do Sul

a Rio Branco (631 Km) e de Rio Branco até a fronteira com o Estado de Rondônia (510 km), além das comunidades ribeirinhas que vivem ao longo dos municípios por onde passam essas estradas federais.

Carretas equipadas com mamógrafos vão atender aos 22 municípios do Acre até a divida com Rondônia e fronteira com os países vizinhos (Bolívia e Peru). O Instituto de Prevenção do Câncer vai atender os casos que exigirem um tratamento mais avançado.

Entenda o caso:

Em 6 de dezembro de 2018, na 4ª Vara do Trabalho de Rio Branco, o MPT no Acre firmou acordo judicial com o Estado do Acre e Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER-AC) para demissão, até 31 de dezembro de 2017, de todos os servidores irregulares que ingressaram nos quadros do DERACRE sem concurso público, a partir de 5 de outubro de 1988. Pelo menos 48 servidores foram demitidos em 2017.

No acordo, o Departamento de Estradas e Rodagens do Acre - DER-AC se comprometeu a cumprir o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado com o MPT em 26 de maio de 1999, ficando proibido de contratar servidores, a qualquer título, sem a realização de concurso públi-

co, conforme previsão no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal. Em caso de descumprimento do acordo, os gestores públicos atuais e futuros do DER-AC poderão pagar multas de R\$ 100 mil por dia, caso mantenham, a partir de 1º de janeiro de 2018, servidores sem concurso público trabalhando no órgão.

Além dessas obrigações, o MPT no Acre destinou o valor das multas aplicadas no processo judicial, no total de R\$ 65 milhões, para a construção da Unidade Avançada de Prevenção ao Câncer do Hospital de Barretos em Rio Branco (R\$ 31 milhões), investimentos em segurança pública (R\$ 18 milhões) e interiorização do Ministério Público estadual (R\$ 5 milhões), assim como R\$ 10 milhões para promoção de políticas públicas para combater o trabalho infantil, a evasão escolar e a drogadição, por meio de projetos estratégicos de inclusão de adolescentes em conflito com a lei e em outras situações de vulnerabilidade em vagas de aprendizagem e qualificação profissional para o mercado de trabalho.

O Governo do Acre se comprometeu com o MPT e a Justiça do Trabalho a doar terreno



adequado para a construção do Hospital de Câncer de Barretos em Rio Branco, cuja obra tem previsão de conclusão até junho de 2019. Os valores destinados à Segurança Pública serão liberados imediatamente para modernização tecnológica dos presídios e compra de equipamentos para as Polícias Civil e Militar do Acre, além de investimentos tecnológicos no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) do Ministério Público do Estado do Acre. Parte do valor será para a construção, reforma, adequação e ampliação de novas Promotorias de Justiça no interior do Estado do Acre, para aperfeiçoar o atendimento do MPE-AC à população.

(Secom/TRT14 | Colaboração: MPT14)

Justiça do Trabalho entrega nova Escola Tenente Melo na Vila São Lourenço em Vilhena

14/11/18

Audiência Pública Itinerante realizada na sexta-feira (9/11), em Vilhena/RO, marcou a entrega da nova Escola Tenente Melo localizada na zona rural do município, construída com recursos de indenização na Justiça do Trabalho.

Presidida pela juíza Fernanda Antunes Marques Junqueira, a audiência foi realizada nas dependências da escola, localizada na Vila São Lourenço. Na ocasião a magistrada esclareceu que a construção foi viabilizada com recursos advindos de Ação Civil Pública n.0028900-

07.2004.5.14.0141, impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, em consequência da reversão de reparação por dano moral coletivo no valor de R\$1.500,000,00 objeto do acordo entabulado na Justiça do Trabalho, destinado a instituições que contribuem com o desenvolvimento da sociedade Vilhenense.

A juíza lembrou da ocasião em que conheceu a realidade da escola, quando foi procurada pela sua diretora, Ana Laura Royer. "Tudo no cosmos começa por um ponto que vai se expandindo. Essa escola que estamos vendo



hoje começou assim, por um sonho pequeno. A Ana Laura foi nos pedir livros, um pula-pula e outras coisas simples e hoje podemos ver que desse sonho inicial temos algo muito maior”, contou a magistrada.

O diretor da Vara do Trabalho de Vilhena, Ederson Deiró, disse que a Escola Tenente Melo foi beneficiada com os recursos porque demonstrou o cuidado com o crescimento educacional dos alunos, o carinho e a dedicação da diretora.

Durante o evento os alunos prestaram homenagens à Justiça do Trabalho e à magistrada com apresentações culturais, entoaram melodias em coral, entregaram pedidos em cartas e agradeceram às autoridades pela escola em uníssono.

“Tudo muito lindo, nós só temos a agradecer, agradecer e agradecer. Estive aqui e fiz algumas fotos da realidade difícil da escola. Ver a Justiça do Trabalho fazendo uma obra tão linda me envergonha, pois era o município que

deveria ter feito isso já há muito tempo. Agora estamos assumindo o compromisso de zelar por essa escola, administrar ela com seriedade e garantir a esses alunos todas as oportunidades de um bom ensino”, assegurou o prefeito Eduardo Japonês.

A juíza encerrou o evento valorizando o papel da formação de cidadãos na escola. “É na escola que encontramos cidadania. Disse Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda”, completou.

Na cerimônia também estiveram presentes os servidores da Vara do Trabalho de Vilhena, cantores Márcia Aranda e Anísio Ruas, o ex-senador Chico Sartori (que doou o terreno para a construção da escola), o vereador Ronildo Macedo, secretários municipais, representantes do Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, Idaron, Fimca e Polícia Federal.

(Processo n. 0028900-07.2004.5.14.0141)

(Secom/TRT14 | Colaboração: VT de Vilhena/RO)

Bens adquiridos por meio de acordo na Justiça do Trabalho são entregues à Fundação de Atendimento Socioeducativo de Rondônia

23/11/18



Uma solenidade realizada na quinta-feira (22/11), no Palácio Rio Madeira em Porto Velho/RO, marcou a entrega de bens provenientes de multa na Justiça do Trabalho em benefício à Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo de Rondônia (Fease).

Foram entregues a Fease: 4 veículos, 11 microcomputadores; 6 nobreaks; 3 centrais de ar condicionado e outros bens permanentes, perfazendo o valor total de R\$ 305.371,68, relativos a reversão de multa por descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pela Eucatur - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda, em ação ajuizada por Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT14), processo n. 0001133-33.2012.5.14.0005.

A Fease elabora, coordena e executa a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional em Rondônia. Entre as diretrizes do órgão estão, além da responsabilização do adolescente, o resgate da convivência familiar, o incentivo ao estudo, inserção em atividades escolares e profissionalizantes, o fortalecimento dos vínculos e o estímulo à autonomia por meio da participação social.

Para o juiz Fernando Sukeyosi, da 5ª Vara

do Trabalho de Porto Velho, onde originou a Ação, a entrega desses bens, retrata a materialização do trabalho que a Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre vem exercendo com efetividade e cumprindo o seu papel institucional na constante busca da pacificação social e da ordem jurídica. “No caso aqui houve uma lesão a ordem jurídica coletiva pelo desrespeito a legislação trabalhista, isso atinge não só o indivíduo, mas toda coletividade e por conta dessa lesão a coletividade precisa ser reparada, e essa reparação se dá com a destinação de bens para entidade que possuem relevância social, como é o caso aqui da fase que presta atendimento socioeducativo para menores infratores”, ressalta.

O procurador do Trabalho Marcos Gomes Cutrim, destacou que o MPT14 em conjunto com a Justiça do Trabalho em Rondônia e Acre vem fazendo um trabalho voltado a devolver as multas e indenizações de ações civis, ações trabalhistas para a própria sociedade. “Aqui especificamente, houve uma ação contra uma empresa de ônibus na qual foi aplicada uma multa de 300 mil reais, esse valor foi revertido para a Fease, uma Fundação recente, que

nos solicitou recurso para uma estruturação básica. O atendimento do pedido foi possível devido a um acordo no Centro de Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - Cejusc da Justiça do Trabalho com a 5ª VT de Porto Velho e MPT14, com apoio do juizado da Infância e da Juventude da comarca de Porto Velho e do Ministério Público do Estado de Rondônia, por meio da Promotoria da Infância e da Juventude voltada ao sistema socioeducativo que colaborou para que esse momento fosse possível, beneficiando mais uma vez a sociedade”, concluiu.

A presidente do Fease, Sirlene Bastos, elogiou a atuação do MPT14 e a Justiça do Trabalho em benefício da sociedade, revertendo recursos oriundos de ações para alguma causa social. “Nesse contexto a Fundação que foi criada recentemente e que trata exclusivamente de atendimento aos menores que cometeram atos infracionais, foi beneficiada com as aquisições provenientes da multa, que vai viabilizar atender inúmeras demandas para que o adolescente seja atendido na sua plenitude”, argumenta Sirlene.

“Essa Fundação foi criada recentemente e precisa agora fazer a sua estruturação, a destinação desses bens, veio bem no momento

inicial em que ela está sendo colocada por prática. A Justiça Estadual da Infância e da Juventude fica muito agradecida a Justiça do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho por ter destinado esses recursos”, enfatizou o juiz de direito do 1º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Velho, Marcelo Tramontini.

O governador de Rondônia, Daniel Pereira, ressaltou que esse benefício que a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho trouxe à Fease, “veio em bom momento, porque ela está em instalação e não tem tudo que precisa”.

O promotor de justiça da Promotoria de Infância e da Juventude da 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Velho, Éverson Antônio Pini, falou que a ação desde seu início até a concretização, teve participação do MPE, TJ-RO, MPT, TRT, Fease. “Na verdade é uma aglomeração de instituições em prol de um bem comum, eu poderia dizer que o aspecto mais importante é a parceria, é a sensibilização de vários segmentos da sociedade”, concluiu.

Sistema socioeducativo de amparo a adolescentes infratores de Rondônia é beneficiado pela Justiça do Trabalho

(Secom/TRT14 | Alberto Alves)

Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho entregam Unidade do Hospital de Amor no Acre

26/11/18

Uma Solenidade realizada em Rio Branco/AC, na terça-feira (20/11), concretizou a entrega do Hospital de Amor (Instituto de Prevenção ao Câncer do Hospital de Barretos) à população do Estado do Acre. A construção do hospital é proveniente de destinação do Ministério Público do Trabalho em conjunto com a Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre, de valor aproximado em R\$ 31 milhões, fruto de um acordo firmado em dezembro de 2016, nos autos de uma Ação Civil

Pública (ACP) movida em razão de admissão irregular de trabalhadores para os quadros do Departamento de Estradas e Rodagens do Acre (Deracre), no ano de 1988.

Também foram entregues duas carretas, equipadas com mamógrafos, contempladas na ACP, prontas para realizar exames durante atendimento móvel à população feminina acriana, que representa 49,8% da população estadual, constituída de mulheres nascidas no



Acre, imigrantes e indígenas, de acordo com dados de 2010, do IBGE.

Atualmente, o Acre tem a terceira maior taxa de mortalidade por câncer de colo de útero no país. Dados de 2014 do Instituto Nacional do Câncer mostram que a cada 100 mil mulheres no estado, 10,9 morrem por causa da doença. A estimativa do INCA para 2018 é de pelo menos 80 casos novos de câncer de mama e 90 de câncer de colo do útero, no território acreano.

Com essas unidades será possível fazer o rastreamento, com a prevenção e detecção precoce do câncer de mama, do grupo de mulheres na faixa etária de 40 a 69 anos, e do câncer de colo de útero, entre 25 e 64 anos, em todo o estado. “A expectativa é alcançar pelo menos 70% dessas mulheres, que terão acesso à prevenção e, com o diagnóstico precoce, as chances de cura da doença podem subir até 95%. Hoje, 70% das mulheres que tem diagnóstico de câncer no estado já chegam com a doença num estágio avançado, o que diminui para 40% a 30% as possibilidades de cura”, conta o médico Raphael Luiz Hakel Júnior, do departamento de prevenção do Hospital de Amor de Barretos.

“Finalmente, as mulheres do Acre e da fronteira da Amazônia Ocidental terão acesso à prevenção e ao diagnóstico do câncer com atendimento gratuito e saúde de primeiro mundo, não sendo mais necessário que elas se deslocem aos grandes centros”, comemora o procurador do MPT no Acre, Marcos Gomes Cutrim.

De acordo com o juiz do Trabalho Edilson de Souza Cortez, atualmente titular da 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná (RO), à época do acordo em 2016, coordenador do Jasconpe do TRT14. “As instituições permanecem e os homens passam, importante ter a oportunidade e a felicidade de ter participado deste acordo, que com essa inauguração compensa todo o esforço de trabalho, saber que essa semente hoje plantada com o Hospital de Amor vai se estender a toda população acriana e países vizinhos”, concluiu o magistrado, que representou o desembargador Shikou Sadahiro, presidente do Regional no evento.

O juiz do trabalho Vicente Ingeilo Silveira Rêgo, diretor do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, também participou da solenidade pela Justiça do Trabalho.

*(Secom/TRT14 | Colaboração: MPT -
Fotos: Folha do Acre e MPT)*

LIXÃO da Vila Princesa - MPT e Justiça do Trabalho firmam acordo em ação civil pública com a empresa Marquise (ECOPORTO)

27/12/18



Empresa terá de fiscalizar e impedir acesso de crianças e adolescentes no local, manter autoridades informadas de ocorrências e equipar catadores e catadoras com EPIs - equipamentos de proteção individual. Além de impedir acesso e trabalho de crianças e adolescentes no lixão, empresa terá de construir cerca para isolar a área e comprovar cumprimento da obrigação.

PORTO VELHO, RO - Em acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT)

na terça-feira, 18 de dezembro, em audiência realizada na 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho, a Construtora Marquise S/A (ECOPORTO) assumiu obrigações de impedir totalmente, no prazo de 60 dias, fiscalizar e informar às autoridades qualquer acesso e o trabalho de crianças e adolescentes no local onde é feito o despejo do lixo urbano da capital rondoniense, conhecido como Vila Princesa, e de construir uma cerca de isolamento da área do lixão, nesse período, bem como realizar manutenção periódica da cerca de isolamento e forne-

cer equipamentos de proteção individual aos catadores e catadoras cooperados.

Na audiência realizada na Justiça do Trabalho o MPT foi representado pela Procuradora do Trabalho Marielle Cardoso, vice-procuradora chefe regional, e as partes reclamadas Construtora Marquise e Município de Porto Velho, por seus representantes, acompanhados de advogados.

A construção da cerca pela Marquise (ECO-PORTO) deverá ser comprovada nos autos do Processo (nº 0000099-86.2013.5.14.0005), mediante apresentação de relatório fotográfico, assim que concluída a obra, obrigação esta que será mantida enquanto perdurar a prestação do serviço pela empresa.

Em outra cláusula do acordo, a Marquise (ECO-PORTO) terá de afixar 5 placas nas laterais do lixão advertindo quanto à proibição do ingresso de crianças e adolescentes na área, tendo as placas os dizeres: **É TERMINANTEMENTE PROIBIDA A PRESENÇA E O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NESTA ÁREA**”. A obrigação deve ser cumprida no prazo de 15 dias, após o término da construção da cerca e comprovada mediante apresentação de relatório fotográfico juntados aos autos.

A Construtora também terá de comunicar ao Conselho Tutelar e à Secretaria de Assistência Social do Município de Porto Velho caso se constate a presença de crianças e adolescentes na área do Lixão. Essa verificação será realizada por funcionários da Construtora (Ecoporto) que exercem a função de apontadores na área da Vila Princesa.

Sobre como será feita a comunicação, ficou definido que os apontadores da Marquise/Ecoporto informam à empresa a ocorrência e esta enviará e-mails às autoridades definidas no acordo, devendo a obrigação perdurar por todo o tempo que empresa estiver prestando serviços ao Município.

Terá a Construtora Marquise que entregar à Cooperativa de Reciclagem de catadores ; CATANORTE - e comprovar nos autos do Processo, equipamentos de proteção individual (EPIs) aos catadores e catadoras vinculados à Cooperativa que, em 30 dias, deverá comprovar perante o Ministério Público do Trabalho a entrega dos equipamentos aos catadores e catadoras cooperados.

No total de 150 unidades de cada um, os EPIs a serem entregues aos catadores e catadoras são: Uniforme cor berrante, com sinalização, protegido por impermeabilizador, composto por camisa com mangas longas e calça; protetor facial acoplado a boné para proteção da face, botina, luva para coleta de lixo similar às utilizadas pelos funcionários que atuam na coleta de lixo pela Marquise; protetor solar classe água-óleo resistente; sinalizador tipo colete refletivo / colete luminoso para trabalho em turno noturno e crachás de identificação em branco a ser preenchidos pela Cooperativa.

O descumprimento de cada cláusula do acordo gera multa de R\$ 10 mil, acrescida de R\$ 1 mil por dia de atraso, até o limite de 20 dias, por cláusula. Caso permaneça o descumprimento após o prazo estabelecido, será retomada a ação de execução do título judicial original.

Quanto às suas obrigações, o Município de Porto Velho solicitou suspensão da audiência para estudo e contraproposta aos termos apresentados pelo MPT. O Juiz do trabalho Fernando Sukeyosi, da 5ª VT de Porto Velho, deferiu o requerimento do Município, para uma nova audiência na qual será continuada a tentativa de acordo entre o MPT e o Município de Porto Velho. A audiência será realizada no dia 28 de janeiro de 2019, às 10h30min.

(Secom/TRT14 | MPT14)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho Vai à Escola

Justiça do Trabalho realiza ações sociais no Vale do Jamari em Rondônia

07/05/18



A Justiça do Trabalho presente nos municípios de Ariquemes (RO) e Machadinho d'Oeste (RO), na região conhecida por Vale do Jamari, atendeu quase 500 pessoas através de seus programas de responsabilidade social.

Em Ariquemes, as unidades do Fórum Trabalhista levaram, no último dia 20, por meio do “Programa Justiça do Trabalho Vai à Escola”, informações e esclarecimentos sobre o contrato de aprendizagem a 150 alunos do Instituto Federal de Rondônia, além de outros temas relacionados ao funcionamento da Justiça do Trabalho. Além da palestra do servidor Ronaldo Ferreira, a servidora Heloísa Debowski fez uma apresentação musical com o propósito de incentivar os alunos a continuarem buscando seu aprimoramento acadêmico.

Machadinho d'Oeste

Já a Vara do Trabalho de Machadinho d'Oeste realizou nos dias 23 e 24 de abril três ações de responsabilidade social.

No dia 23, a juíza do Trabalho Titular, Andrea Alexandra Ferreira, proferiu palestra a 60 comerciantes e comerciários da Associação Comercial e Empresarial do município (Acema), por meio do Programa Justiça do Trabalho Vai à Empresa. Com o auxílio de servidores, discutiu temas relacionados ao programa “Trabalho Seguro” e

“Menor Aprendiz”, além de responder questionamentos e tirar dúvidas sobre os temas.

Na oportunidade, a presidente da Acema registrou a preocupação dos empresários quanto à contratação de menores aprendizes.

Na terça-feira (24), a unidade trabalhista recebeu a visita de aproximadamente 55 alunos, além de professores e da supervisora da Escola Professora Maria Conceição de Souza, na ação conhecida por “Justiça do Trabalho Portas Abertas”. Na ocasião, a magistrada e servidores orientaram o grupo sobre o trabalho desenvolvido pela Especializada e a importância da conciliação no processo trabalhista, onde acompanharam a realização de audiência e conheceram um pouco sobre o trâmite e fases processuais.

Já através do “Justiça do Trabalho Vai à Escola”, os representantes do Poder Judiciário Federal estiveram na parte da noite no Centro Educacional de Jovens e Adultos Paulo Freire. O trabalho infantil foi o tema da palestra proferida pela juíza aos cerca de 200 alunos e funcionários da instituição.

Participaram das ações sociais os servidores Moisés Honorato, Bruno Farias, Juliana Barbosa e Esmaldo Vitorino.

(Secom/TRT14 | Fotos: Unidades Trabalhistas de Ariquemes e Machadinho d'Oeste)



Justiça do Trabalho promove rodas de conversa com acadêmicos para discutir relação capital e trabalho

05/06/18



Em alusão aos 45 anos de atuação da Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre, acadêmicos de Direito do Centro Universitário São Lucas e da Universidade Federal de Rondônia (Unir) em Porto Velho participaram de uma roda de conversa que tratou do tema “O papel da Justiça do Trabalho na relação capital e trabalho”.

Os eventos, como parte do Programa de Responsabilidade Social do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC), Justiça do Trabalho Vai à Escola, aconteceram nos dias 1º, na São Lucas, e 4 de junho, na Unir, e contaram com a participação da juíza do Trabalho Substituta da 8ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, Elisa Augusta de Souza Tavares, do técnico judiciário da 6ª Vara do Trabalho de Porto Velho, Ramon Cujuí Freitas, como historiador, do professor de Direito Processual do Trabalho da Unir, André Bruno, e da chefe do Núcleo de Gestão Documental do TRT-RO/AC, Raimunda Pedraça.

Na conversa, a juíza falou sobre os principais desafios da magistratura, as nuances da carreira, principalmente no atual cenário regido por uma recente reforma trabalhista. Já o

servidor fez uma breve explanação do contexto histórico envolvendo as relações de trabalho na região e a atuação da Justiça Especializada na solução dos conflitos.

O debate sobre as relações de trabalho despertou também em alguns acadêmicos o sentimento de mudança, principalmente na questão legislativa. Foi o caso de Rafael Veiga, do 7º período da Unir, que avaliou como um bom aprendizado. “Vamos ter a chance em outubro de colocar novos legisladores que tragam benefícios ao trabalhador. Essa mudança depende de nós. Não adianta a gente cobrar um posicionamento somente do Judiciário, pois ele como fiscal da Constituição está somente ali para exercer a aplicação das normas e da Constituição. Cabe a nós cobrar do Legislativo a implementação e adoção de novas leis que venham trazer novos avanços e progressos ao trabalhador”, ressaltou.

Já para Beatriz Guimarães, também do 7º período da Unir, as questões históricas e sociais envolvendo o direito e a Justiça do Trabalho chamaram a sua atenção. “Percebi que o lado humano está muito presente na Justiça do Trabalho. Foi uma experiência muito boa para conhecer a carreira e entender como isso vai funcionar daqui pra frente, pois são muitas questões e mudanças que causam um pouco de medo e insegurança”, declarou.

De acordo com o professor André Bruno, foi muito proveitoso também para os alunos, primeiro porque consegue romper esse método mais clássico de ensino aprendizagem, onde o professor chega e joga um monte de conteúdo para os alunos e essa oportunidade são muito legais para mostrar aos alunos o que eles vão

encontrar fora da teoria. Muitas vezes quando se formam se surpreende com a realidade que enfrentam, esses jogos de poder na prática. A roda de conversa ajuda formar o senso crítico e tirar esse vício de ter só discurso midiático e ter a visão de quem efetivamente está fazendo a Justiça do Trabalho, concluiu o professor.

Para a juíza Elisa Tavares a experiência das rodas de conversa foi extremamente gratificante, pois esse contato direto com os alunos e levar o ideal da Justiça do Trabalho e o que ela representa para a sociedade é muito importante, ainda mais em um momento tão relevante que são os 45 anos de instalação nos estados de Rondônia e Acre concluiu a magistrada.

45 anos

Nos dias 12 e 14 de junho de 1973, as primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento es-

tavam sendo inauguradas em Porto Velho/RO e Rio Branco/AC, respectivamente. E para celebrar esses 45 anos da Justiça do Trabalho nos dois estados, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC) lançou uma programação especial que conta com a Exposição “Justiça do Trabalho: 45 anos de Trabalho, Justiça e Cidadania” e com rodas de diálogos como as que já aconteceram na capital rondoniense.

Em Porto Velho, a exposição acontece no edifício-sede do Regional, localizado na Rua Almirante Barroso, nº 600, Centro. Em Rio Branco/AC, a realizada será realizada no período de 14 a 30 de junho, no Fórum Trabalhista Oswaldo de Almeida Moura, sito à rua Benjamin Constant, nº 1121, Centro.

(Secom/TRT14 | Celso Gomes/Luiz Alexandre)

Indígenas de seis aldeias são beneficiadas por programas sociais da Justiça do Trabalho no interior do Acre

28/08/18



Os índios da aldeia Morada Nova, localizada no município de Feijó (AC), a mais de 360 km da capital Rio Branco, receberam uma equipe composta por uma juíza e servidores da Justiça do Trabalho, no dia 15 de

agosto, em uma ação social “Justiça do Trabalho Vai à Escola”, com palestra sobre acesso à Justiça e sobre direitos básicos dos trabalhadores. A pedido do cacique Carlos Shanenawá o evento foi realizado no Shihuã, sala de reuniões e eventos culturais da Aldeia.

A juíza do Trabalho substituta Joana Maria Sá de Alencar falou, a cerca de 80 pessoas, sobre acesso à Justiça do Trabalho, trabalho infantil, trabalho na condição de aprendiz, formalidades do contrato de trabalho, contrato de trabalho provisório, regimes estatutários e celetistas. E ainda receberam apostilas produzidas pelo Ministério Público do Trabalho sobre: Jovem Aprendiz, Trabalho Escravo e Orientação sobre direitos trabalhistas para adolescentes nas escolas.



E após a palestra a magistrada respondeu a diversos questionamentos da população indígena sobre seus direitos trabalhistas, acesso à justiça e outras dúvidas jurídicas.

Além dos moradores da aldeia Morada Nova, os caciques de outras 6 aldeias da região participaram do evento, como: o cacique Bainauá, da aldeia etnia Huni Kui; cacique Ulsan Shanenawá, da aldeia Paredão; cacique Antonio BanéHuniKui, da aldeia Nova Olinda; cacique Esmael Sian, da aldeia Shanekaya; cacique Inácio Shanenawá, da aldeia Shanenawá, e o cacique José Agostinho.

O cacique Calos Brandão Shanenawá ressaltou que: “é de grande importância a iniciativa da Justiça em prestar este tipo de trabalho para a comunidade escolar e para toda a comunidade indígena, em razão da carência de informação e do preconceito que o povo indígena ainda sofre”.

É no município de Feijó que se encontra a maior população indígena do Estado do Acre, com 38 aldeias espalhadas em seu territórios, destacou o cacique.

(Secom/TRT14 | Colaboração: VT de Feijó/AC)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho Vai à Empresa

“Justiça do Trabalho Vai à Empresa” fala de Reforma Trabalhista a advogados de Espigão d'Oeste e Pimenta Bueno, em Rondônia

15/06/18



A Reforma Trabalhista e sua aplicação nos procedimentos judiciais foi tema de um evento realizado, no último dia 8, pela Justiça do Trabalho junto aos advogados das subseções da Ordem dos Advogados do Brasil dos municípios de Espigão d'Oeste/RO e Pimenta Bueno/RO.

O ação, como parte do programa de responsabilidade socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Justiça do Trabalho Vai à Empresa, aconteceu inicialmente em Espigão d'Oeste no início da manhã para cerca de 20 advogados e, em seguida, reuniu em Pimenta Bueno outros 50 profissionais.

Nas ocasiões, a juíza do Trabalho Titular da Vara do Trabalho de Pimenta Bueno/RO, Consuelo Alves Vila Real, acompanhada do servidor Iwan Lima, informou sobre as alterações promovidas na legislação e seu impacto nas relações de trabalho, bem como abordou questões pertinentes aos procedimentos processuais em razão das alterações da Lei n. 13467/2017, que está em vigor desde 11 de

novembro de 2017 e gerou impactos relevantes para a atividade da advocacia.

De acordo com a magistrada foi importante abordar alterações da CLT sob o aspecto dos procedimentos processuais, como os prazos, dias úteis, justiça gratuita, prescrição entre outros pontos que foram modificados, pois ainda tem causado alguns equívocos em petições e acompanhamentos.

Sobre o Programa

O programa “Justiça do Trabalho vai à Empresa” tem a missão de aproximar a sociedade ao judiciário trabalhista, visando esclarecer as dúvidas de trabalhadores e empregadores para que a relação com a justiça seja mais eficiente, justa e célere. A juíza Consuelo, reiterou que o acesso dos advogados aos juízes e às varas trabalhistas sempre será facilitado, assim como o da OAB, cuja proximidade com a Justiça do Trabalho fortalece o objetivo em comum da busca da paz social.

(Secom/TRT14)

Assédio moral é tema de palestra de magistrada do trabalho durante Semana Interna de Prevenção de Acidentes da CPRM

21/11/18



A Justiça do Trabalho participou da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat), organizada pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), com uma palestra sobre Assédio Moral no Ambiente do Trabalho, segunda-feira (19/11), na sede da CPRM em Porto Velho.

A juíza do trabalho substituta Elisa Tavares, da 8ª Vara do Trabalho de Porto Velho, falou a cerca de 60 funcionários e técnicos que tratamentos depreciativos de forma recorrente podem configurar o assédio moral, mas alertou que muitas vezes na cobrança de metas e produtividade há pessoas que entendem como assédio, mas depende da análise do caso particular para a verificação de abuso, pois a cobrança de produtividade e um natural estresse do trabalho, por si só, não o configura, disse a magistrada.

Os participantes fizeram várias perguntas sobre o tema e de forma esclarecedora a juíza falou de situações hipotéticas e até de casos que já apreciou durante julgamentos de processos. Para ela, é fundamental que os funcionários e gestores administrativos estejam sempre atentos para que haja um tratamento respeitoso e sadio, para evitar demandas judi-

ciais e até mesmo conflitos internos nas organizações, concluiu Elisa.

A CPRM, empresa pública, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, solicitou a disponibilidade de um magistrado ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região para falar sobre o tema durante a programação da Sipat, e a presidência do Regional prontamente confirmou a participação, pela relevância do assunto.

Para Júlio Daniel Cunha, chefe de Residência da CPRM, “foi muito importante a abordagem deste tema, pois esclareceu bastante a todos nós, não apenas como gestor mas também aos funcionários, que todos possam entender as suas funções e responsabilidades. Bom para ambos os lados”, disse Cunha.

De acordo com a gerente da Diretoria de Infraestrutura Geocientífica, Máisa Martarole, foi boa a abordagem e bem esclarecedora. Às vezes a gente se perde na rotina do dia a dia, e rever isso, mesmo que a gente já tenha conhecimento, é muito importante, destacou Máisa.

(Secom/TRT14 | Celso Gomes)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho Solidária

Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre adere à Campanha 'Declare Seu Amor'

06/03/2018



O lançamento dos vídeos da campanha 'Declare Seu Amor', ocorrido na manhã, de sexta-feira (2/3), no auditório do Tribunal de Justiça de Rondônia foi marcado por emoção e solidariedade. O evento, que tem como um dos parceiros a Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre, é promovido pela Corregedoria-Geral da Justiça, apresentou à sociedade a adesão de vários artistas para sensibilizar os contribuintes a doar parte do imposto que é obrigado a pagar, para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Como explicou o corregedor, desembargador José Jorge Ribeiro da Luz, trata-se da possibilidade legal aos doadores de deduzirem suas contribuições do Imposto de Renda (IR) em até 3%, sabendo que esse recurso será, de fato, aplicado na área de infância e da juventude, por meio dos Conselhos de Direitos nos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios).

"É efetivamente um projeto de amor. É projeto de amor a ser declarado às nossas crianças que representam a nossa continuidade. É declaração de amor que se faz no sentido de que se evite a mortandade infantil. É declaração de amor que se faz à educação efetiva de nossos

infantes. É declaração de amor que fazemos a nós mesmos, na medida que estamos cuidando da nossa família", disse o corregedor.

Os vídeos gravados pelas atrizes Paolla Oliveira, Thaila Ayala e Guilhermina Guinle e o cantor Allyson Castro, foram exibidos, todos com mensagens de apelo e sensibilização para a campanha, também com informações para quem quer se informar mais sobre o projeto por meio do site www.tjro.jus.br/declareseuamor. "Poder fazer o futuro melhor, mais promissor para muitas crianças", destaca Paolla Oliveira. Chega de só ouvir que o Brasil é um país de desigualdades. Nós podemos mudar isso com solidariedade", reforça Thaila Ayala. Já Guilhermina Guinle ressalta das necessidades da infância. "Toda criança precisa de apoio para se desenvolver e se tornar um adulto realizado". O cantor Allyson Castro lembrou que "as boas ações fazem bem à alma e são necessárias, ainda mais quando direcionadas à criança e ao adolescente".

A juíza Ana Valéria Ziparro, titular da Infância e da Juventude de Ji-Paraná, idealizadora do projeto, destacou a dimensão que agora a campanha ganha em âmbito nacional com adesão de órgãos superiores do Judiciário.

Rondônia é levada a todo Brasil por meio dessa campanha de uma maneira que marcará sua história de maneira indelével, apresentando até mesmo ao mais cético que há, sim, a preocupação social ampla, com olhares que ultrapassam as divisas e fronteiras geográficas, criando uma grande unidade federativa na qual os limites são a vontade de ajudar ao próximo”, destacou.

Para o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, desembargador Shikou Sadahiro, que esteve acompanhado do desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, no ato do lançamento, essa campanha é de grande relevância pois trata de tema sensível que é o apoio às ações sociais destinadas às crianças e aos adolescentes, e todos os esfor-

ços são importantes, até mesmo com relação ao combate ao trabalho infantil a Justiça do Trabalho também tem empreendido esforços com campanhas de conscientização, destacou Sadahiro.

A Justiça do Trabalho, ao aderir a campanha, estará divulgando amplamente para seus magistrados e servidores no âmbito de Rondônia e Acre e nas mídias sociais.

O presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho de Rondônia e Acre, juiz Antonio Cesar Coelho também participou da solenidade de lançamento na sede do Tribunal de Justiça de Rondônia.

(Secom/TRT14 | Com informações da Ascom/TJ-RO)



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC)

Programa Social JT Solidária distribui chocolates em comemoração à Páscoa

02/04/18



Em celebração a Páscoa, os servidores e magistrados da 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho e edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho de Rondônia e Acre através do Programa Social - JT Solidária, levaram a cerca de 210 crianças ovos de páscoa, além de lanches nesta terça-feira (27/03) em duas escolas de Porto Velho.

Pequeno Polegar

A primeira visita aconteceu na Escola Municipal Pequeno Polegar, localizada no bairro Mocambo, zona urbana de Porto Velho. Cerca de 100 crianças de 3 a 5 anos, que estão cursando a creche e pré-escola, receberam sacolinhas com ovos de páscoa e chocolates, além de lanches. Durante a visita houve apresentações dos pequenos e muitas brincadeiras.

A professora Ivani Cavariu, que atua na escola há 6 anos, comentou sobre a atuação da Justiça do Trabalho neste momento de celebração. “A gente sempre adora quando surge esse tipo de parcerias com a escola, só temos a agradecer, porque percebemos o brilho nos olhares deles, e isso é gratificante”, comentou.

Para a gestora Paula Monaretti conquistar parcerias como está é muito importante, porque com essa união entre a instituição e a população, se torna mais fácil proporcionar um dia feliz aos pequenos. “Essas crianças precisam

desse momento especial, e com ajuda das instituições públicas, pais e comunidade é mais fácil. Vocês podem até achar pequeno e simples essa contribuição, porém essa é uma pequena sementinha que será lançada no coração deles e tenho certeza que vai se frutificar”, finalizou.

Vista Alegre

A segunda instituição a ser atendida foi a Escola Municipal Multisseriada Vista Alegre, estabelecida no bairro São Jorge, zona rural. Com apenas 3 salas para 110 crianças, sendo uma improvisada para cerca de 13 alunos que residem no bairro e não encontram escolas para estudar, a escola municipal acolhe crianças e adolescentes do ensino fundamental e anos iniciais.

Extremamente emocionada, a diretora Maria Kátia de Castro relevou sua felicidade ao receber a visita na escola. “Esse trabalho social da Justiça do Trabalho é maravilhoso, essa escola recebe crianças muito carentes e isso deixa eles bastante felizes, só tenho a agradecer, em nome de toda comunidade, muito obrigada!”.

Foram distribuídos kits com ovos de páscoa e chocolates para os alunos dos turnos matutinos e vespertinos, frutos de uma campanha interna com a colaboração de servidores e magistrados da Capital.

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Celso Gomes)

Entidade filantrópica de Ariquemes recebe doação proveniente de multa na Justiça do Trabalho durante Ação de Cidadania

19/04/18



O músico Ricardo Tavares e a servidora He-loísa Debowski fizeram uma seresta que envolveram os idosos com a escolha de músicas de vários gêneros.

A entidade que é mantida por donativos da sociedade de Ariquemes e região e acolhe idosos de ambos os sexos, foi beneficiada com a doação de R\$ 18.049,65, proveniente de multa nos autos n. 0010661-73.2013.5.14.0031, autuado na 2ª Vara do Trabalho de Ariquemes, repassada ao seu presidente, Luiz Carlos Viola.

Participaram também da ação de cidadania, os servidores: Bianca Ranow Padilha, Luzia Campos Cerqueira, Cássia Emanuela Rosset, Raquel Raenger, Sonia Hoffmann Zamarchi, Iris Picotti Cayres, Ronaldo Rodrigues Ferreira, Eduardo Moreno Frediano, Marcos Roberto Belém Lacerda.

Na sexta-feira (13/4), magistrada e servidores da 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Ariquemes (RO), realizaram visita a idosos do Lar Fraternal da Terceira Idade, entidade filantrópica sem fins lucrativos ligada ao Centro Espírita Allan Kardec do município, como parte da Ação de Responsabilidade Socioambiental Justiça do Trabalho Solidária da 14ª Região e realizaram entrega de doação proveniente de multa trabalhista.

A Ação proporcionou aos magistrados, servidores e estagiários a entrega de brindes e kits de higiene pessoal aos idosos internos da entidade. A juíza do trabalho Renata Nunes de Melo afirmou que esse contato com os internos proporcionado pela Justiça do Trabalho Solidária, foi gratificante. “A importância da realização de eventos que promovem a cidadania e responsabilidade socioambiental, são objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho”, ressaltou a juíza.

Secom/TRT14 (Colaboração: 1ª VT Ariquemes)



Refugiados venezuelanos recebem doações da Justiça do Trabalho

20/04/18



Diante da crise que a Venezuela enfrenta, cresce o número de refugiados que cruzam as fronteiras em direção ao Brasil a procura de uma vida melhor. Pensando nisso, a Justiça do Trabalho em Rio Branco (AC), através do Programa de Responsabilidade Socioambiental “Justiça do Trabalho Solidária”, adere à campanha “Ajuda Humanitária Brasil/Venezuela” e arrecada cerca de 565 quilos de alimentos, além de vestimentas aos refugiados venezuelanos que se concentram na capital de Roraima, Boa Vista.

A entrega da arrecadação aconteceu na sexta-feira (6/4) à Grande Loja Maçônica do

Estado do Acre (GLEAC), que encabeça a campanha, representada por Valmiki Francisco, que recebeu as doações no Fórum Trabalhista de Rio Branco, na presença do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) Shikou Sadahiro, magistrados e servidores.

O ato de solidariedade foi possível pela união de magistrados e servidores do Fórum, e Unidades trabalhistas de Rio Branco/AC.

Os venezuelanos que buscam refúgio em Roraima fogem da escassez de remédios, da instabilidade política, de inflação muito alta e principalmente da fome. Recentemente a prefeitura de Boa Vista divulgou que 40 mil imigrantes ocupam a cidade, o que corresponde a mais de 10% da população da capital.

A campanha “Ajuda Humanitária Brasil/Venezuela”, está recebendo doações no ponto de coleta localizado na Rua Educandos, 21 - Vila Ivonete, Rio Branco (AC).

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Alberto Alves)

Mães produtoras do setor chacareiro de Porto Velho são homenageadas pela ação “Toda Mãe é Bela” da Justiça do Trabalho

17/05/18



Programa de Responsabilidade Socioambiental Justiça do Trabalho Solidária do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), realizou na tarde de quarta-feira (9/5), ação alusiva ao Dia das Mães Solidária “Toda Mãe é Bela”, em homenagem às mães produtoras rurais do setor chacareiro em Porto Velho.

Foi uma tarde que proporcionou a interação de cerca de 50 mães da Associação dos Produtores Rurais Vale do Sol, com servidores e voluntários que participaram da ação através de brincadeiras, sorteios de brindes, lanches e cuidados com a beleza.

Esse momento proporcionado às mães de comunidades carentes, foi enfatizada pela advogada Helena Sadahiro, voluntária que participou do evento. “Um momento importante que a justiça do trabalho proporciona a essas mães, através da ação solidária ‘Toda mãe é Bela’, com realização de limpeza de pele, maquiagem e doação de alguns brindes além da interação através de brincadeiras”.

“Esse momento é bom, todas nós estamos

reunidas aqui e sermos homenageadas pela justiça do trabalho nessa tarde”, argumentou com satisfação a produtora Juliana Patricia Paixão.

“Maravilhoso, é uma coisa maravilhosa, só de vocês virem aqui e lembrarem de nós que trabalhamos no setor chacareiro, foi muito bom, muito bom mesmo”, demonstrou com alegria a produtora rural, Cleidy Amaro da Silva, pela ação desenvolvida.

A presidente da Associação dos Produtores, Zenaide Maria Barbosa de Souza, falou que a ação “Toda Mãe é Bela”, proporcionou um momento de alegria às mães do setor chacareiro. “Elas são muito carentes e ficam muito felizes quando uma ação como essa é realizada, e, é muito raro acontecer, então foi uma coisa muito boa que aconteceu aqui”, declarou Zenaide agradecida.

O evento foi realizado com participação de servidores e estagiários do Regional Trabalhista e 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho, com apoio da Comepi, que proporcionou cuidados com a beleza facial, maquiagem e distribuição de brindes.

(Secom/TRT14 | Alberto Alves)

TRT promove Bazar Solidário para fortalecer programas sociais

15/08/18



A Justiça do Trabalho, por meio da Secretaria de Comunicação Social e Eventos Institucionais (Secom), realiza de 22 a 24 agosto mais uma edição do Bazar Solidário, com vistas a arrecadar fundos para as ações sociais desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região em benefício de entidades filantrópicas. O evento acontece no Espaço Cultural, 7º andar do edifício-sede, em Porto Velho/RO.

As peças de roupas, bolsas, calçados, bijuterias, utensílios domésticos, objetos de decoração, quadros e acessórios são fruto de doação de magistrados, servidores e colaboradores que atuam na Justiça especializada. Seguindo a coordenação, os valores devem variar entre R\$ 3 a R\$150.

De acordo com a Secom, qualquer pessoa pode fazer doações de peças em bom estado de uso, as quais serão recebidas até a véspera do Bazar, no horário entre 7h30 e 14h30. Informações pelos ramais 3218-6374 ou 6475 (Secom).

O fundo a ser arrecadado será utilizado nas ações sociais cobertos pelo Programa Justiça do Trabalho Solidária, cujo público-alvo abrange crianças, idosos e demais pessoas em vulnerabilidade social.

(Secom/TRT14)

Justiça do Trabalho lança nesta sexta-feira a 3ª Edição da campanha Rapunzel Solidária em apoio a pacientes com câncer

04/10/18



A Justiça do Trabalho em Ariquemes/RO realiza nesta sexta-feira (05) a abertura oficial da 3ª Edição do “Rapunzel Solidária”, programa de responsabilidade socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que visa a assistência aos pacientes em tratamento de câncer. O evento que acontece na sede do Fórum Trabalhista de Ariquemes/RO, às 9h, contará com serviços de medição de pressão arterial e glicemia, palestra sobre prevenção e apresentação do projeto para os profissionais da imprensa local.

Em alusão ao Outubro Rosa e Novembro Azul, a iniciativa acontece em parceria com a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RO (Comissão da Mulher Advogada) OAB Mulher e visa atender a Associação de Amigos do Combate ao Câncer de Porto Velho (AACCC).

A campanha irá receber até 30 de novembro de 2018 doações de adereços para cabelo (toucas, echarpes, lenços e apliques), agasalhos masculino e feminino e kits de higiene pessoal (toalhas de rosto, sabonete em barra/sabonete líquido, escova de dentes, pente/escova de cabelo, papel higiênico, creme dental, fio dental, desodorante, absorvente, perfume, cotonete, xampu, condicionador, lenços umedecidos, talco, álcool gel, lâmina de barbear e

fraldas descartáveis adulto), além de mechas de cabelos para que sejam confeccionadas perucas, e toda arrecadação será entregue em novembro para a AACCC. As doações serão recebidas na Sede do Fórum Trabalhista, sito à avenida Juscelino Kubitschek, nº 2351 - Setor Institucional, OAB, Prime Studio Hair e Instituto de Beleza Inês Cabeleireiros.

“No ano passado mudamos um pouquinho os itens arrecadados para abranger produtos de higiene, além das mechas de cabelo e dos acessórios para cabelo que nós coletamos na 1ª Edição. Esse ano nós vamos manter esses novos itens, pois são muito utilizados pelos pacientes, tanto homens quanto mulheres que estão em tratamento durante o câncer”, disse a diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO, Bianca Padilha.

Informações sobre os cabelos a serem doados - A mecha deve ter no mínimo de 10 a 20 centímetros, dependendo de cada instituição, o cabelo doado pode ter química ou ser tingido. Na hora de cortar, amarre o cabelo com um elástico bem preso para garantir que os fios não se soltem e corte um centímetro acima do elástico. É importante que o cabelo esteja completamente seco, já que pode mofar se estiver molhado ou úmido.

“Imaginávamos que seria um projeto pequeno, mas na 1ª Edição já fomos surpreendidos. O projeto tomou proporção muito grande e isso fez com que nós tivéssemos vontade de continuar, devido à receptividade da população de Ariquemes/RO e toda a região. E agora estamos indo para a 3ª Edição muito satisfeitos. E isso faz com que a gente mantenha o projeto vivo e auxilie os pacientes que estão em tratamento do câncer, tanto em Porto Velho quanto em outras localidades. As doações são mais direcionadas para nossa região, mas quando há possibilidade de estender para as

demais regiões, nós fazemos as doações dos itens que não foram utilizados aqui. O projeto é local, mas atinge pacientes de todo o país”, concluiu a diretora.

O projeto “Rapunzel Solidária” foi criado pela Justiça do Trabalho em Ariquemes, com o apoio integral da administração do Tribunal, tendo como objetivo aumentar a autoestima e mudar o visual de mulheres diagnosticadas com algum tipo de câncer.

(Secom/TRT14 | Rayane Alexandre/Luiz Alexandre)

Crianças do Assentamento Joana D'arc recebem kits escolares da Justiça do Trabalho

09/10/18



No último dia 5, a Justiça do Trabalho entregou 300 kits escolares para o Assentamento Joana D'arc, a aproximadamente 110 km de Porto Velho/RO. A entrega foi feita pelo diretor-geral do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Lélío Lopes, e pela chefe do Setor de Programas Sociais, Renata Crozariolli. As doações são para a festa do dia das Crianças que acontecerá no próximo dia 13.

Os kits são compostos por lápis grafite, borracha, caixa de lápis de cor e caderno. Os kits

foram adquiridos com arrecadação do Bazar Solidário, realizado entre os dias 22 a 24 de agosto.

A professora da Escola Municipal José de Freitas, Poliana Teodoro de Jesus, que recebeu a doação para a referida unidade escolar situada na zona rural de Porto Velho, ressaltou a importância da parceria. “Todo ano acontece esse evento, e tudo que se fala de ‘festinha’ é muito bem-vindo, pois as crianças são muito carentes, então é muito importante”, afirmou.

São mais de 200 crianças matriculadas na escola, mas o evento é aberto a toda comunidade, abrangendo em torno de 300 ou mais crianças das cerca de 400 famílias que vivem da agricultura e pecuária.

“Ano passado o TRT doou brinquedos, e quando a Renata me falou que esse ano seriam kits escolares eu achei muito bom, porque é diferente, e pelas crianças serem carentes, ter um material escolar é uma imensa ajuda, é muito importante”, destacou Poliana.

(Secom/TRT14 | Rayane Alexandre/Luiz Alexandre)

Justiça do Trabalho participa de campanha solidária em Cacoal - RO

11/12/18



A Vara do Trabalho de Cacoal, interior de Rondônia, participou nos meses de outubro e novembro, da Campanha Solidária - Amor e Ação, que teve como objetivo arrecadar lenços, bonés, mechas de cabelos e demais adereços para suprir as necessidades da ala oncológica do Hospital São Daniel Comboni de Cacoal. A participação faz parte do programa social “Justiça do Trabalho Solidária”, do TRT de Rondônia e Acre.

Idealizada pela loja Officer Brands a campanha envolveu outras entidades filantrópicas como: Lions Club, cabeleireiros Eron Hair, Edu Vanon, SENAC, ONG Mulheres de Lenço (Rolim de Moura), associação São Daniel Comboni (ASDACO) e Comércio da cidade de Cacoal (Filtros Hopken; Jornal Tribunal Popular, O Boticário e Kumom).

No dia 02 de dezembro, no SENAC Cacoal, cabeleireiros ofereceram seus serviços gratuitos para o dia do corte, onde várias mulheres doaram seus cabelos para confecção de perucas, para serem doadas à mulheres que estão em tratamento oncológico.

No encerramento da campanha, dia 04 de dezembro, foi realizada a entrega, na Ala Oncológica São Daniel Comboni, 300 lenços, 15

bonés, maquiagens doadas pela loja Boticário de Cacoal, e em média 1.100 mechas de cabelos, sendo 250 arrecadadas durante a campanha e no dia do corte, e 850 foram doadas pela ONG Mulheres de Lenço de Rolim de Moura.

A diretora de Secretaria da VT de Cacoal, Margareth Zancan da Silva, afirma que foi muito gratificante ter participado da campanha, principalmente por ver a alegria das pessoas em tratamento oncológico tão felizes por receber os lenços, bonés, maquiagens e perucas.

Margareth destacou ainda, que embora este ciclo da campanha tenha encerrado com a entrega dos adereços, a campanha é permanente, pois sempre estamos recebendo lenços e mechas de cabelos para doação às instituições que fazem tratamento oncológico. Todos os servidores e magistrados da Vara participam da campanha doando adereços e seus trabalhos também”, ressaltou a diretora.

Os cabelos arrecadados irão para a ONG “Força na Peruca” em Ji-Paraná, para serem confeccionados e logo em seguida entregues ao Hospital Oncológico de Cacoal e Porto Velho.

(Secom/TRT14 | Colaboração: VT Cacoal)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho de Portas Abertas

Justiça do Trabalho recebe alunos do projeto 'Campeões em Ação, Violência Não' na VT de Cruzeiro do Sul

07/03/18



Alunos das escolas Rego Barros e Madre Aldegundes Becker que participam do projeto “Campeões em Ação, Violência Não” visitaram na terça-feira (27/02) as instalações da Vara do Trabalho de Cruzeiro do Sul/AC acompanhadas pelo Centro de Treinamentos Nauas Combat e coordenado pelo professor e presidente do CT Márcio Morais.

No total foram 15 crianças e adolescentes que puderam acompanhar de perto as atividades desenvolvidas na Vara do Trabalho pela juíza titular Jamille Carvalho Ribeiro Pires e servidores, como parte da programação da ação social “Justiça do Trabalho de Portas Abertas” do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

Conduzidos pela servidora Ana Cecília Carneiro, os alunos tiveram uma apresentação sobre aspectos da Justiça do Trabalho, bem como, a missão, valores e função social, a atribuição de cada servidor e instalações físicas da unidade, além de assistir uma audiência, que na oportunidade foi resolvida por meio de conciliação entre as partes.

Das atividades participaram os servidores Samuel de Figueirêdo Silva, José Augusto Oliveira Medeiros, Eldenir de Souza Rocha, José Delmar Santiago, Afonso Luiz de Lima Melo e Ana Cecília.

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Celso Gomes - Colaboração: VT Cruzeiro do Sul)



Justiça do Trabalho recebe visita de estudantes na cidade de Buritis, interior de Rondônia

30/05/18



Os alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Elvandas Maria de Siqueira visitaram a Justiça do Trabalho por meio do programa JT de Portas Abertas na Vara do Trabalho de Buritis, interior de Rondônia na terça-feira (29/05). No total foram 70 alunos que puderam acompanhar de perto as instalações e funcionamento da Vara.

A visita foi autorizada pela Portaria GP nº0938 e envolveu os servidores Adriany Moraes Melo, Rafael Vicente Martins dos Reis, Edivan Araújo dos Reis Filho, Valdomiro Barbosa da Silva e Maria Tereza da Silva Correa, além do juiz titular da unidade, Eudes Landes Rinaldi.

Na oportunidade os alunos tiveram uma apresentação da Vara do Trabalho, sobre as funções que ela exerce junto ao jurisdicionado, de como é a dinâmica de uma audiência trabalhista, sentença, recursos, fases processuais e tramitação dos processos.

Para aprimorar a aproximação com a sociedade e despertar maior conhecimento sobre as atividades a Justiça do Trabalho, através dos Programas Sociais, atende um calendário anual, em que são realizadas visitas pré agendadas às unidades de primeiro grau em Rondônia e Acre e também na sede do TRT em Porto Velho, denominadas de JT de Portas Abertas.

O mesmo acontece com outros programas como o JTVai à Escola, JT solidária, JTVai à Empresa que servem para estreitar os relacionamentos institucionais e despertar maior conhecimento sobre o papel social da Justiça do Trabalho.

(Secom/TRT14)

Alunos da Escola Rio Branco de Porto Velho visitam a exposição dos 45 anos de atuação da Justiça do Trabalho

14/06/18



Na terça-feira (12/6) cerca de 25 alunos do 3º ano da Escola Rio Branco de Porto Velho, conheceram a trajetória da Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre, através de visita a exposição alusiva aos 45 anos, realizada no espaço memorial do edifício-sede do Tribunal em Porto Velho. A visita foi proporcionada pelo programa de Responsabilidade Social Justiça do Trabalho de Portas Abertas do Regional.

Acompanhados pela professora Denise Martins Azevedo, foram recepcionados pela chefe de Setor de Memória Institucional do Tribunal, Lidia Maria de Souza Barbosa, que fez uma breve explanação sobre a atuação da Justiça do Trabalho.

O secretário de Comunicação Social, Celso Gomes, falou aos alunos sobre a estrutura do Tribunal, Programas Sociais, acesso do cidadão a Justiça do Trabalho e sobre a evolução da tecnologia nos serviços no judiciário trabalhista ao longo dos 45 anos de atuação nos dois estados.

O servidor Saulo Rodrigues Leles Costa, explicou sobre as modalidades de estágio que o Regional oferece e destacou sobre a possibilidade dos estudantes prestarem concurso em órgãos públicos.

No Fórum Trabalhista, foram recebidos pelo juiz Luiz José Alves dos Santos Junior coordenador do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejudsc), que explanou aos estudantes sobre a criação e funcionamento da Unidade e destacou o índice de conciliação nas audiências realizadas em 2018, que superou R\$10 milhões, durante a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista.

Encerraram a visita na 1ª Vara do Trabalho, na data que a unidade trabalhista comemorou 45 anos de instalação. Na ocasião participaram de uma aula de cidadania ministrada na sala de audiências, pela juíza titular, Silmara Negrett.

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Alberto Alves)

Alunos do ensino médio de Jaru acompanharam de perto a rotina da Justiça do Trabalho

04/09/18



A Vara do Trabalho de Jaru/RO, por meio do programa social “Justiça do Trabalho de Portas Abertas” recebeu na terça-feira (28/08) cerca de 70 alunos da Escola Estadual Plácido de Castro em suas instalações, na oportunidade os estudantes conheceram os serviços prestados à sociedade.

Os estudantes do ensino médio, acompanhados pela professoras Verônica Ribeiro Bastos e

Genilza Fardin e Silva, tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento da VT de Jaru, bem como as suas rotinas, andamentos do Processo Judicial Eletrônico - PJE, Sala de Audiência e assistiram ao Vídeo Institucional dos 30 anos da Justiça do Trabalho em Rondônia e Acre e receberam cartilhas e Guia Jovem Aprendiz.

O juiz do trabalho titular da Unidade, Ricardo César Lima de Carvalho Sousa, explicou como funciona uma audiência e depois abriu espaço para que os estudantes tirem suas dúvidas. Os servidores e magistrado serviram um lanche como forma de agradecer a visita, que foi previamente agendada.

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Celso Gomes - Colaboração: VT de Jaru)

Grupo de jovens aprendizes visita unidades da Justiça do Trabalho em Ariquemes

16/11/18



As unidades de Ariquemes (Fórum, 1ª e 2ª Varas do Trabalho), a 200km de Porto Velho (RO), no dia 8 de novembro, receberam cerca de 50 jovens aprendizes do Grupo de Voluntários de Ariquemes e Região, que por meio de visitas agendadas do programa social “Justiça do Trabalho de Portas Abertas”, na oportunidade conheceram o funcionamento das Varas do Trabalho e das audiências, bem como as funções desempenhadas por cada um dos servidores.

Durante toda a visita os jovens foram acompanhados pelos servidores Raul Rodrigues Alves (1ª Vara do Trabalho) e Fernando Pinto (2ª Vara do Trabalho), assistentes dos Diretores de Secretaria. Devido a quantidade de visitantes, os demais servidores também colaboraram explicando suas funções, assim como os Diretores, Reginaldo Ribeiro Lestenski (1ª Vara) e

Marcos Roberto Belém Lacerda (2ª Vara), respectivamente.

A audiência que estava sendo realizada pelo juiz José Carlos Hadad de Lima, titular da 1ª VT de Ariquemes também foi acompanhada pelos visitantes.

A atividade, que durou cerca de duas horas, faz parte das ações sociais do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no âmbito de Rondônia e Acre, e é uma forma de promover maior interação com a sociedade e prestar informações sobre os direitos e deveres do cidadão, além de gerar mais interação e conhecimento sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho, destacou Lestenski, da 1ª VT.

(Secom/TRT14 | Colaboração: VTs de Ariquemes)

Alunos do Instituto Federal do Amazonas - IFAM visitam Núcleo de Gestão Documental e sede do TRT em Porto Velho

26/11/18



Os alunos do curso técnico em administração do Instituto Federal do Amazonas - Campus Humaitá - (IFAM), visitaram o Núcleo de Gestão Documental e Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT 14) na última sexta-feira (23/11) em atividade do Programa de Responsabilidade Social, “Justiça do Trabalho Portas Abertas”, que também faz parte da programação histórica dos 32 anos de instalação do TRT em Rondônia e Acre que será comemorado no próximo dia 28 de novembro.

Mais de 30 alunos conheceram na prática a rotina e controle de documentação técnica e puderam tirar dúvidas sobre temporalidade, arquivamentos e eliminação de processos e documentos, além de outras informações acerca da estrutura da Justiça do Trabalho e da importância da preservação da memória documental.

Para o professor de contabilidade Clenio Ferreira de Farias, a visita ajudou na conciliação dos conteúdos teóricos em sala de aula com a vivência prática das rotinas administrativas. “Nossa visita aqui ela tem uma importância muito grande, visto que na sala de aula a gente observa apenas os conceitos teóricos e as definições. A gente faz exposição de algumas metodologias, algumas ferramentas pedagógicas para fazer com que essa contenção

seja mais ampla. Mas nada substitui a prática, a observação do espaço físico, como tudo isso é processado”, explicou o professor.

De acordo com o professor de arqueologia básica, Reinaldo Ferreira Ramiro, que também acompanhou a visita, essa oportunidade ajudou os alunos a materializar o conhecimento teórico com a prática, fazendo com que presenciem a prática administrativa, a preocupação e também as peculiaridades de um órgão pertencente ao poder judiciário. “Existe uma indiferença, por exemplo, na tabela de temporalidade utilizada no ambiente de poder executivo do IFAM, é diferente da tabela de temporalidade utilizada no poder judiciário, então, eles sabendo que existe essa diferença, mas com conceito solidificado em sala de aula, eles conseguem se adequar ao poder judiciário”, concluiu Reinaldo.

Além de visitarem e aprenderem sobre arquivos, os estudantes puderam conhecer ainda, o memorial e ouvir um pouco da história do TRT14. “A gente pôde ver a sala de memorial do Tribunal e perceber a preservação, cuidados que eles têm com relação aos documentos, aos diplomas, convites, tudo que é de suma importância. E fomos recebidos maravilhosamente bem, pessoas de fácil comunica-



ção e que nos ajudaram com mais conhecimento”, disse o aluno Edilon Ferraz da Silva.

Exposição: 32 anos de instalação do TRT14

A visita é parte da programação especial pelos 32 de instalação do Tribunal Regional do Trabalho em Rondônia e Acre. O Núcleo de Gestão Documental e Arquivo organizou uma exposição que conta a história da Justiça do Trabalho e também resgata a memória de servidores que muito honraram seus ofícios desde o início de tudo em 1986, especialmente os servidores artífices, agentes de segurança, motoristas entre outros.

Na sede do Tribunal os alunos foram recebidos pela equipe do Núcleo de Gestão Documental, oportunidade em que a servidora Lídia Barbosa, explicou sobre a história da Justiça do Trabalho que vai completar 32 anos de instalação neste dia 28 de novembro, um dos motivos das visitas e também de uma exposição. Na exposição foi destacado em fotos e textos a história dos servidores que ao longo dos anos prestaram relevantes serviços no apoio logístico desde as instalações físicas das unidades, que quase sempre não aparecem, mas são fundamentais para o Tribunal, destacou Lídia.

Guia do Jovem Aprendiz

No espaço do Memorial os alunos receberam uma revista - Guia do Jovem Aprendiz que traz informações acerca da Lei n. 10.097/2000 que instituiu a aprendizagem para as empresas de médio e grande porte que passaram a ter o dever de contratar aprendizes dentro de 5 a 15% do quadro funcional, dentre outras informações úteis para os alunos.

Mini palestra - Papel do Administrador no Serviço Público - experiência no TRT

O Secretário de Gestão de Pessoas, Frank Luz de Freitas, recepcionou os alunos e pro-

fessores no Plenarinho do Regional, na oportunidade falou sobre a relevância do administrador público na geração de bons resultados para a instituição. Destacou exemplos bem sucedidos da Justiça do Trabalho nos Estados de Rondônia e Acre, como a implantação de gestão por competência e ainda a importância da informatização para melhor fluir os trabalhos administrativos no mundo moderno, entre outros exemplos.

De acordo com a chefe do Núcleo de Gestão Documental e Arquivo, Raimunda Brito Pedraça, “compartilhar as experiências e aprendizados adquiridos ao longo dos anos seja na metodologia de arquivamento, uso das tabelas de temporalidade, avaliação documental, guarda permanente, descartes, é muito importante.

Raimunda destacou ainda que além Tratamento de documentação e objetos históricos, nós aproveitamos a oportunidade para fazer a divulgação da Memória Institucional do Tribunal, da importância da preservação para a História das relações de trabalho nos Estados de Rondônia e Acre.

O apoio de setores intervenientes foi fundamental para o êxito da ação, como: da Coordenadoria de Infraestrutura Logística e Segurança, SECOM, Núcleo de Material e Patrimônio - NMP e da Gestão de Pessoas e a equipe do Núcleo de Gestão Documental e Arquivo, servidores e estagiárias, afirmou Raimunda Pedraça.

(Secom/TRT14 | Rayane Alexandre/Celso Gomes)





TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem

Campanha de combate ao trabalho infantil rural será difundida pela Justiça do Trabalho na 7ª Rondônia Rural Show

22/05/18



A Justiça do Trabalho através do Fórum e Varas do Trabalho de Ji-Paraná, participará da 7ª Edição da Rondônia Rural Show, maior feira de agronegócios da região norte, que inicia nesta quarta-feira (23/5) e encerra no sábado, com campanha de conscientização de combate ao trabalho infantil rural.

Uma equipe composta por servidores e juizes, estará presente no evento com objetivo

de esclarecer sobre as condições de vulnerabilidade dos meninos e meninas e dos agentes agressivos que atingem essas crianças no campo que são: vida precária, com alimentação e moradia inadequadas, e situações de riscos psicológicos, sociais, físicos, químicos e biológicos.

Serão distribuídas cartilhas pedagógicas que questiona sobre o trabalho infantil rural com dados de Rondônia, esclarecendo os riscos que ele traz para a saúde e desenvolvimento da criança e do adolescente.

Trabalho infantil rural

O trabalho infantil rural, assim como os outros tipos de trabalho infantil, rouba das crianças sonhos e a oportunidade de um futuro melhor. São filhos e filhas de pequenos produtores rurais que, por falta de dinheiro, são empregados em locais perigosos e insalubres, ganhando salários baixíssimos para subsistência.

Muitos pais que são produtores rurais ensinam seus filhos desde pequenos a trabalhar na lavoura, porém, isso também configura trabalho infantil de risco, já que não há equipamento de segurança necessário e muitas vezes, não há formação metodológica e/ou proteção de acidentes de trabalho.

O menor de idade só pode trabalhar na lavoura na condição de aprendiz, seguindo os parâmetros do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da Constituição: maior de 14 anos, matriculado e frequentando a escola.

(Secom/TRT14)

Justiça do Trabalho promove sensibilização contra trabalho infantil rural na 7ª edição da Rondônia Rural Show

05/06/18



A Justiça do Trabalho que abrange os estados de Rondônia e Acre recebeu cerca de 4 mil pessoas no stand dedicado ao combate ao trabalho infantil rural, durante a Feira Agropecuária '7ª Rondônia Rural Show' realizada entre os dias 23 a 26 de maio no município de Ji-Paraná, região central do estado.

Nesta edição o Comitê Gestor de Combate ao Trabalho Infantil do Estado de Rondônia trouxe o tema "Agricultor inteligente mantém a criança na escola" como forma de conscientização ao público sobre a importância de combater a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes no campo. A ação também prevê maior aproximação entre a Justiça do Trabalho e demais órgãos que compõem o Comitê Estadual e as famílias rurais, no intuito de orientar sobre os direitos e deveres dos trabalhadores.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª edição (TRT14) esteve representado no stand, pelos magistrados e servidores do Fórum e Va-

ras do Trabalho de Ji-Paraná, juntamente com outros parceiros como: Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Emater, Secretaria de Ação Social do Estado e Banco da Amazônia, salientando a importância de esclarecer o quanto é prejudicial para a saúde e desenvolvimento da criança e do adolescente tal prática prematura. Foram distribuídos panfletos, cartilhas e informativos a comunidade.

Os juízes do trabalho Edilson Carlos de Souza Cortez e Everaldo dos Santos do Nascimento Filho, além dos servidores Ivone Maria Teixeira Nunes, Valter Sebastião dos Santos, Adeval Lira Lopes participaram na organização do evento, prestando orientações e distribuindo Cartilhas elaboradas exclusivamente para o público da Feira, pois é dirigida aos produtores e famílias da área rural.

O juiz Everaldo dos Santos comentou sobre a relevância da Justiça do Trabalho estar participando de eventos como este. "Agradeço o

convite para participar do evento Rondônia Rural Show e destacou a importância e necessidade do diálogo entre a Justiça do Trabalho, sociedade e outros órgãos, como Ministério Público, do Trabalho e Estadual, e Emater, quanto ao trabalho infantil na zona rural e desenvolvimento e formação educacional, moral, física, psíquica e social do menor”.

Ações contra o trabalho infantil precisam ser desenvolvidas mais efetiva, é o que aponta o magistrado Edilson Carlos de Souza Cortez, titular da 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/RO. “O mais importante a ser destacado é o comprometimento assumido por todos os integrantes do comitê, a trazer à realidade de que não vale apenas ter boa intenção ao combate ao trabalho infantil, mas sim de ações efetivas que sensibilizem os atores sociais envolvidos, em especial aos tomadores de serviço e aos pais,

em união de ações entre o Estado, a família e a sociedade, em promoção de qualidade de vida à infância e juventude, concluiu Cortez.

CAMPANHAS

Lançado em 2017 em Rondônia, o Comitê Gestor de Combate ao Trabalho Infantil do Estado de Rondônia é formado pelos órgãos de justiça do estado de Rondônia e todos os órgãos ligados à agricultura familiar. A primeira abordagem procurou mostrar que “Trabalho Infantil não é brinquedo”, levando a campanha a todos os segmentos de risco. Agora com uma versão direcionada para a família rural, mostra que o “agricultor inteligente mantém a criança na escola”, numa perspectiva de preservar a infância e garantir seu direito de estudar.

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Celso Gomes)

Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil é lembrado com palestra em Faculdade de Jaru (RO)

12/06/18



A Justiça do Trabalho da 14ª Região (TRT14) que abrange os estados de Rondônia e Acre, adere a Campanha “Não leve na brincadeira. Trabalho infantil é ilegal. Denuncie!”, e realiza palestra nesta terça-feira (12), às 19h, na Faculdade Fimca/Unicentro do município de Jaru, interior de Rondônia.

A palestra será ministrada pelo gestor do Programa Regional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do TRT14, juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná, Edilson de Souza Cortez, com objetivo de esclarecer sobre a erradicação do trabalho exercido por crianças e adolescentes e o estímulo à aprendizagem.

A Campanha “Não leve na brincadeira. Trabalho infantil é ilegal. Denuncie!”, foi idealizada

pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e nacionalizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Ministério Público do Trabalho (MPT), teve início nesta terça-feira (12), Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

A iniciativa coincide com os objetivos gerais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho. Entre eles, está o de consolidar e ampliar o vínculo institucional da Justiça do Trabalho com a erradicação do trabalho exercido por crianças e adolescentes.

O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil - foi instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2002, para sensibilizar a sociedade, os trabalhadores, os empregadores e os governos do mundo todo a se mobilizarem contra o trabalho infantil. No Brasil, a data

foi instituída como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, pela Lei 11.542/2007.

No Brasil, cerca de 2,7 milhões de crianças entre cinco e 17 anos se encontram em situação de trabalho irregular, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estudo da Fundação Abrinq, de 2017, indicou aumento de 8,5 mil crianças de 5 a 9 anos submetidas ao trabalho precoce.

Os Tribunais Regionais do Trabalho estão se mobilizando para potencializar a veiculação da campanha nos diversos canais de comunicação. As peças: banners, cartazes, faixas, anúncios para jornais e revistas, outdoors, spots e vídeos de 15" e 30", estão disponíveis para download no site www.naolevenabrincadeira.com.br.

(Secom/TRT14 | Com informações do CSJT)

Justiça do Trabalho participou da campanha "#Chega de Trabalho Infantil" na Vila Princesa em Porto Velho

08/11/18

A Justiça do Trabalho da 14ª Região participou no dia 30 de outubro da campanha "#Chega de Trabalho Infantil", na Escola Municipal João Afro Vieira, localizada na Vila Princesa, próximo ao Lixão Municipal, em Porto Velho/RO. A campanha beneficiou 120 pessoas da comunidade. O local é conhecido por abrigar cerca de 400 famílias que vivem da coleta de lixo da capital.

A Ação foi coordenada pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fepeti/RO) e contou com a participação de entidades públicas e privadas. "#Chega de Trabalho Infantil", é um movimento de conscientização promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) para dar um basta no trabalho infantil.



Durante o evento a Justiça do Trabalho distribuiu revistas em formato de gibis da Turma da Mônica que alertam, de forma didática, sobre o perigo do trabalho infantil, além de kits composto por caderno, quebra-cabeça, jogo de memória e cartilhas.



A representante do Fepeti/RO, Carmelita Domingues, ressaltou a importância de se discutir o trabalho infantil na comunidade. “Essa é uma realidade muito presente aqui na Vila Princesa, por isso que estamos fazendo um esforço para tirar os adolescentes do trabalho, através da aplicação da Lei Aprendiz Legal”.

A evasão das crianças das escolas é uma realidade local, afirmou a diretora da Escola, Jaqueline Costa. “99% dos alunos trabalham, alguns abandonam a escola e outros trabalham de madrugada no lixão, vindo para a escola sem nenhuma capacidade de rendimento”, explicou.

“Uma criança quase foi morta um dia desses por causa de um trator que não a viu. Não há nenhuma segurança nesse trabalho, e isso

cria um ciclo, em que as crianças estudam apenas até o quinto ano do ensino fundamental e depois precisam escolher se vão para Porto Velho continuar os estudos ou se trabalham com os pais”, ressaltou a diretora.

Além da Justiça do Trabalho e do Fepeti, participaram das atividades a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), Secretaria de Estado da Educação (Seduc), MPT, Comitê de Adolescentes e Jovens pela Erradicação do Trabalho Infantil/RO (Ceapeti), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), IV Conselho Tutelar, Instituto Chance, Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) e a Universidade Federal de Rondônia (Unir).

(Secom/TRT14 | Devanil Junior/Alberto Alves)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Trabalho Seguro

Justiça do Trabalho em RO e AC adere ao Movimento Abril Verde com foco na redução de acidentes de trabalho

20/04/18



Em Porto Velho (RO), o verde está iluminando a sede da Justiça do Trabalho da 14ª Região, que abrange os estados de Rondônia e Acre, em alusão ao Movimento Abril Verde, uma iniciativa que chama a atenção para a importância da prevenção de acidentes de trabalho.

Dessa forma, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) contará com uma programação especial que inicia no próximo dia 24, com uma entrevista no Programa Tema da Hora da Web Rádio 14, onde o médico e analista judiciário do TRT, Roberto Melo de Mesquita, falará sobre a Campanha. A Web Rádio 14 atende somente o público interno do Regional, por enquanto.

O Regional irá promover também palestra no dia 26, às 9h, no auditório do edifício sede do TRT14, com o tema “Saúde mental no trabalho para estagiários”, a ser ministrado pelo psicólogo e analista judiciário, Luiz Augusto Freitas Guimarães.

Para fechar a programação, servidores farão na sexta-feira (27) um Pit Stop com panfletagem na Av. Sete de Setembro, com o intuito de alertar o público em geral sobre o conteúdo do movimento Abril Verde.

Acidentes de Trabalho no Brasil

Segundo dados extraídos do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, entre os anos 2012 e 2017, a Previdência Social gastou mais de 26 bilhões de reais com benefícios acidentários. Além disso, foram perdidos 305.299.902 dias de trabalho com afastamentos previdenciários. No mesmo período, houve o registro de cerca de quatro milhões de acidentes notificados, dos quais apenas 646 mil em média por ano envolvem trabalhadores da economia formal. Os prejuízos são ainda maiores, porém a subnotificação é muito expressiva.

A maior parte dos acidentes e mortes no trabalho ocorre com homens na faixa etária de 18 a 24 anos e exercem atividades de baixa remuneração. O levantamento também revela que, no decorrer desses últimos cinco anos, o número de acidentes fatais com máquinas e equipamentos (677) é três vezes maior do que a média das outras causas (1897); e as amputações (1471) são 15 vezes mais frequentes com exposição a riscos derivados do contato com esses agentes causadores do que a média geral (22899).

Abril Verde

O mês de abril foi escolhido em razão de duas datas importantes: 7/4, Dia Mundial da Saúde, e 28/4, Dia Mundial em Memórias das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

O dia 28 de abril foi instituído por iniciativas de sindicatos canadenses e escolhido em razão de um acidente que matou 78 trabalhadores em uma mina no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, em 1969. No Brasil, em maio de

2005, foi promulgada a Lei n. 11.121, criando o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

O dia Mundial da Saúde, por sua vez, foi criado em 1948. A data tem como objetivo cons-

cientizar a população a respeito da qualidade de vida e dos diferentes fatores que afetam a saúde populacional.

(Secom/TRT14 | Colaboração: Seção de Sustentabilidade e Programas Ambientais)

“Pit stop” encerra campanha Abril Verde na Justiça do Trabalho em Rondônia

08/05/18



O movimento Abril Verde é realizado em todo país por instituições públicas e privadas durante o mês de abril, com objetivo de conscientizar a população sobre a prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) aderiu à campanha iluminando a fachada do edifício-sede de verde, iniciativa que teve como objetivo chamar atenção para a importância da conscientização de prevenção de acidentes do trabalho, além de realizar uma programação alusiva ao Abril Verde.

A programação consistiu de entrevista ao programa Tema da Hora, da web rádio 14, dia 24 de abril, com o chefe da Seção de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho do TRT14, Roberto Melo de Mesquita, que falou sobre a campanha. “A campanha Abril verde foi instituída no Brasil, no sentido de conscientizar não só os trabalhadores, mas também os empresários, os empregados,

sejam eles do setor público ou privado, no sentido de ter uma atenção maior na questão da prevenção dos acidentes no ambiente laboral”, enfatizou Mesquita na entrevista.

Uma palestra realizada no auditório do Tribunal na quinta-feira (26/4), com o tema “Saúde Mental do Trabalhador”, aos estagiários do Tribunal, foi ministrada pelo chefe da Seção de Psicologia do TRT14, Luiz Augusto de Freitas Guimarães. “Os estagiários ficaram sabendo dos fatores de risco que afetam a saúde mental do trabalhador e interferem no quadro de adoecimento”, esclareceu Guimarães sobre o assunto.

O encerramento da campanha Abril Verde ficou marcada com a realização de um “pit stop”, na sexta-feira (27/4) em uma via central de Porto Velho, com distribuição de panfletos com objetivo de conscientizar a população sobre a importância da prevenção de acidentes do trabalho.

(Secom/TRT14)

Ato Público sobre Violência no Trabalho - enfrentamento e superação é realizado em Porto Velho

27/08/18



A Justiça do Trabalho da 14ª Região, com jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre, realizou na sexta-feira (24/8) o primeiro Ato Público com o tema “Violências no Trabalho - enfrentamento e superação”, no auditório do Ministério Público do Trabalho em Porto Velho. O evento teve o apoio e participação de diversas entidades que representam empregados e empregadores. O segundo será realizado na próxima sexta-feira (31), às 8h30, no Fórum Trabalhista de Rio Branco, capital do Acre.

Ao abrir o evento o juiz do trabalho Vitor Leandro Yamada destacou que este é apenas o primeiro de outros encontros que serão promovidos pela Justiça do Trabalho para debater temáticas relacionadas a violências sofridas no ambiente de trabalho como: assédio moral, assédio sexual, acidente de trabalho, trabalho escravo, trabalho infantil, discriminação (por doença, gênero, idade, raça, deficiência e outros).

Yamada ressaltou que na própria Justiça do Trabalho teve casos de suicídios, o que significa que todos estão sujeitos ao problema, por isso é fundamental debater os impactos psicológicos causados pelas violências no Traba-

lho. “Muitas vezes falam que é “mimimi” que é “frescura”, olhe ao redor e vejam que isso acontece muito próximo da gente, às vezes até nós mesmos temos que fazer essa autocrítica”, disse o magistrado.

Para o procurador do trabalho Élcio de Sousa Araújo, o MPT14 tem como uma de suas metas prioritárias o combate a irregularidades no ambiente de trabalho. “Nós estamos falando de vidas, de evitar doenças, promover a longevidade dos trabalhadores, depois temos que pensar em números e em dinheiro”, concluiu Araújo.

O presidente da Amatra14, juiz Antônio César Medeiros, destacou o enfoque dado ao Ato Público. “Pois se não for o ser humano como foco a gente perdeu toda nossa linha de raciocínio e evolução humanitária, por isso precisamos unir forças para podermos ter ambiente harmônico, produtivo e saudável”, registrou.

Segundo a gerente do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Rondônia (Cerest/RO), Ana Flora Gerhardt, a doença causada por assédio no ambiente de trabalho, não

fica apenas ali, se estende também ao ambiente familiar, na sociedade e o cidadão começa a ser uma pessoa alijando do ambiente social.

Para o representante do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal nos Estados de Rondônia e Acre (Sindijufe), Antonio Batista de Souza, é louvável que a Justiça do Trabalho brasileira e no âmbito da 14ª Região promova o debate por meio de Atos Públicos, é importante tratar sobre o assediador. “A realidade quem mais conhece é a classe trabalhadora. Existem casos específicos a servidores da própria Justiça do Trabalho, a realidade precisa ser enfrentada. Um prédio bonito não resolve, é importante chamar a atenção para as relações humanas no ambiente do trabalho. A depressão, por exemplo, não acomete apenas servidores, mas também os próprios magistrados, por isso é fundamental essa pauta de debate, finalizou Souza.

O médico do trabalho Luiz Carlos Fadel, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, destacou que o ambiente do trabalho é o que mais tem adoecido as pessoas, e segundo ele, os trabalhadores estão sendo expostos, sendo necessário ações integradas envolvendo inclusive o Sistema Único de Saúde (SUS), obtendo, assim, resultados mais promissores e eficazes com relação à saúde do trabalhador.

Ao final o juiz do trabalho Vitor Yamada agradeceu as entidades e representações presentes e ressaltou que “juntos será possível promover ações concretas”. Yamada ressaltou a fala do professor e pesquisador, para não ficar apenas vendo números, “precisamos atacar a causa para então acabar com as consequências. O trabalhador é uma parte da engrenagem, a outra é o próprio empregador, pois isso é fundamental a sensibilização de todos”.

O evento contou com a participação do Ministério Público do Trabalho de Rondônia e Acre - MPT14, Ordem dos Advogados do Brasil,

seccional Rondônia - OAB/RO, Associação Rondoniense da Advocacia Rondoniense - Aronatra; Associação dos Magistrados do Trabalho da 14ª Região - Amatra14; Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST/RO; Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal de Rondônia e Acre - Sindijufe; Federação do Comércio do Estado de Rondônia - FECOMÉRCIO; Sindicato dos Bancários de Rondônia - SEEB/RO, além de representante do Sindicato dos Empregadores no Comércio e Bens de Porto Velho - SINDECOM.

O Ato Público teve transmissão ao vivo pelo Instagram @trtroac. Na sequência foi realizado o Seminário de Encerramento do Curso de Multiplicadores em Vigilância em Saúde do Trabalhador de Rondônia e Acre promovido pelo Cerest/RO. Na oportunidade os alunos apresentaram resultados de atividades realizadas durante o curso realizado.

Na próxima sexta-feira (31/8), às 8h30min, será realizado o Ato Público sobre o mesmo tema, no Fórum Trabalhista juiz Oswaldo de Almeida Moura, na cidade de Rio Branco, Capital do estado do Acre e terá a participação de diversas entidades governamentais e não governamentais presentes, além da sociedade civil organizada.

(Secom/TRT14 | Celso Gomes - Fotos: Rayane Medeiros)

Ato Público realizado no Acre discute violências no trabalho - enfrentamento e superação

03/09/18



A Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre realizou na manhã de sexta (31/8), em Rio Branco (AC), o segundo Ato Público com o tema “Violências no trabalho: enfrentamento e superação”, uma das ações alusivas ao Programa Trabalho Seguro do CSJT. Um dos pontos mais enfatizados pelos participantes foi a necessidade de que a temática deve ser debatida por todos os setores da sociedade.

Participaram do evento representantes do Ministério Público do Trabalho - MPT14, procurador Anderson Luiz Correa da Silva; pela OAB/AC, o presidente da comissão dos Advogados Trabalhistas Márcio Chaves; pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre - Amatra14, a juíza Renata Palcoski; pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Mte no Acre, o superintendente Regional, Taumaturgo Lima Cordeiro; coordenadora do Centro de Referência em Saúde do trabalhador no Acre - CEREST/AC, Rossy da Silva Ramos; representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Rondônia e Acre - SINDIJUFE, o servidor Orlando Sales; a Federação do Comércio do Estado do Acre - FECOMERCIO foi representada pelo secre-

tário especial Egídio Daró; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Acre, o presidente Eudo Rafael Lima da Silva, e ainda, magistrados, servidores e estagiários da Justiça do Trabalho das Varas e Fórum de Rio Branco.

Na abertura dos trabalhos, o juiz auxiliar da Presidência do TRT14 e Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro nos Estados de Rondônia e Acre, Vitor Leandro Yamada, ressaltou a importância desta temática eleita pelo Comitê Gestor Nacional e abraçada pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho - TST, ministro Brito Pereira.

Yamada destacou, ainda, que as violências psicológicas no trabalho precisam ser enfrentadas, do contrário teremos cada vez mais adoecimentos no trabalho, o que já ocasionou, inclusive, alguns casos de suicídio. Lembrou o magistrado que esse tipo de violência também está presente não apenas nos processos que chegam à Justiça do Trabalho para serem julgados, mas também dentro da própria estrutura do Judiciário, e por isso é fundamental que todos olhemos para nosso ambiente de trabalho.

O procurador do trabalho, Anderson Luiz Correa da Silva, parabenizou o TRT pela iniciativa e enfatizou que uma das metas prioritárias do MPT de Rondônia e Acre é combater qualquer tipo de discriminação no ambiente de trabalho. “Quase que diariamente temos contato com essa temática e o MPT tem sido firme em suas ações”. Lembra que o mal empregador se acha no direito de continuar a cometer assédios, mas as portas da procuradoria do trabalho estão sempre abertas a toda a sociedade, para receber denúncias, concluiu.

Para a representante da Amatra14, juíza Renata Palcoski, ainda existem embates entre homem e a máquina, por outro lado também existe o embate entre o homem e o homem no ambiente do trabalho. No próprio imaginário popular existem dois lados capital x trabalho, quando de verdade é importante que essa relação se desenvolva de forma pacífica. Importante destacar virtudes e valores, pois as relações devem ser pautadas pela serenidade, respeito, humanidade etc, para isso precisa-se internalizar esses valores como forma de se conseguir um ambiente virtuoso, apontou a magistrada.

O representante da OAB/AC, advogado Márcio Chaves, disse que ao receber o honroso convite do TRT da 14ª Região a entidade promoveu uma reunião com todas as comissões da OAB que resultou em um concentrado documento com várias reflexões acerca do tema deste Ato Público. De acordo com o advogado, grande parte das pessoas vítimas de violências no trabalho não denunciam por medo de perder o emprego, essa é uma realidade. As empresas e gestores complacentes com o assédio no ambiente do trabalho vão aos poucos adoecendo seus empregados e ao mesmo tempo maculando a imagem da própria empresa perante a sociedade.

“A nossa vontade de combater é grande, mas os problemas são muito maiores, muitas

vezes são problemas pequenos detectados, mas que trazem reflexos negativos não apenas para o assediado, mas também para sua própria família”, destacou o Superintendente Regional do Trabalho no Acre, Taumaturgo Lima Cordeiro. Disse ainda, que as violências não são apenas com relação ao acidente do trabalho, mas um equipamento, móveis, espaço de trabalho pode causar as lesões, tanto no serviço público quando na iniciativa privada.

O representante do Sindicato dos Servidores Federais de Rondônia e Acre - SINDIJUFE, servidor Orlando Sales, ressaltou a relevância do debate trazido pelo TRT e TST, e lembrou de alguns casos de colegas servidores da própria Justiça do Trabalho que adoeceram, com depressão, em decorrência de assédio moral. Embora tenham sido registrados alguns casos no passado, atualmente a situação vem melhorando no ambiente de trabalho, concluiu Sales.

“A reforma trabalhista e a terceirização total corroboram e muito para o adoecimento dos trabalhadores, em muitos casos o superior hierárquico é o próprio assediador e que isso precisa ter uma atenção maior de todos” é o que enfatizou o presidente do Sindicato dos Bancários do Acre, Eudo Rafael Lima da Silva.

O juiz do trabalho Vitor Yamada, ao encerrar o evento, agradeceu a presença e o apoio de todas as entidades participantes, inclusive da imprensa local, e destacou que a intolerância das pessoas ainda é um dos maiores causadores de conflitos. Informou, por fim, que o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região agendará outros eventos e ações, a exemplo de dois Seminários, um em Porto Velho e outro em Rio Branco, para debater o tema.

(Secom/TRT14 | Celso Gomes)

Justiça do Trabalho participa de Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho na Termonorte em Porto Velho

13/11/18



Com o tema “O Trabalho Seguro e o Futuro do Trabalho: Um compromisso de todos”, a Justiça do Trabalho da 14ª Região, que abrange os estados de Rondônia e Acre, levou no último dia 23, informações úteis sobre prevenção de acidentes de trabalho aos empregados da Termonorte, empresa concessionária de energia elétrica que opera duas usinas termelétricas em Porto Velho/RO.

Como parte da programação da XVII Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho, organizada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), o juiz do Trabalho Titular da 8ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO e presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 14ª Região (Amatra 14), Antonio César Coelho, apresentou dados extraídos do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho com números sobre tipo de acidentes, mortes registradas e gastos da Previdência Social.

“A gente só pode se defender daquilo que a gente conhece, por isso é importante respeitar o ambiente de trabalho e conhecer todos os riscos que envolvem a atividade”, evidenciou o magistrado que também exibiu vídeos informativos do Programa Trabalho Seguro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Antonio César também falou aos trabalhadores sobre as transformações nas relações de trabalho promovidas pelas plataformas digitais. “É outra realidade que a gente tem que dar conta disso e a Justiça do Trabalho está atenta a essas mudanças”, declarou.

O presidente da Cipa e supervisor de Operações, Sidnei Sales, ressaltou a participação da Justiça do Trabalho na XVII Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho. “Ficamos muito felizes porque são tratativas dadas para agregar à nossa política de prevenção de acidentes”, afirmou.

A Termonorte, empresa concessionária de energia elétrica, foi criada no Estado de Rondônia e vem desempenhando suas atividades no decorrer de seus anos de criação. Construiu e opera duas usinas termelétricas. A usina TermoNorte I tem uma capacidade total de 64 MW, gerados através de 4 moto-geradores Diesel Wärtsilä, de 16 MW cada um. A usina TermoNorte II, com uma capacidade de 340 MW, é a única usina de ciclo combinado no norte do país.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)





TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Sustentabilidade

Justiça do Trabalho doa 2,14 toneladas de metal à associação de catadores

10/05/18



Mais de duas toneladas de metal (2,145t) foram doadas na última quinta-feira (03/05) pela Justiça do Trabalho para a Associação de Catadores Cooperativa de Materiais Recicláveis de Rua de Porto Velho (ASPROVEL). A ação faz parte da política de responsabilidade socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, que abrange os estados de Rondônia e Acre, por meio do Programa Amanajé.

O material é proveniente da reforma no edifício-sede do Regional, em Porto Velho, onde está sendo trocado o material que reveste o teto (forro) do 5º e 6º pavimento.

A doação faz parte de uma das metas previstas no Plano de Logística Sustentável do TRT14, o qual visa aumentar a quantidade de material reciclável destinado às associações e cooperativas, gerenciado pela Secretaria Administrativa, através da Seção de Sustentabilidade e Programas Ambientais, criada por meio da Resolução Administrativa n. 104/2017.

De acordo com o chefe da Seção, Ariel Rodrigues dos Santos, a ação faz parte de um projeto de extremo alcance social e ambiental. “Além de colaborar com a geração de renda aos cooperados, traz inúmeros benefícios ecológicos para toda a sociedade.

A catadora, Daiana Mara, comentou sobre como esse tipo de doação contribui para a renda familiar. “Eu trabalho como catadora há 6 anos e tiro meu sustento e da minha família daqui. O Tribunal do Trabalho está sempre nos ajudando com as doações de plásticos, pet, papelão entre outras coisas”, citou.

O fundador e presidente da Asprovel, Geraldo Gonzaga de Lima, relatou a importância da parceria entre os órgãos públicos para com a associação. “Nós trabalhamos desde 2005 na inclusão social desses trabalhadores e fazemos parceria com o Poder Público, pois toda a ajuda é bem vinda, porque não é uma luta de uma só pessoa mas sim de um grupo”, comentou.

Geraldo ressaltou ainda que a associação oferece destino correto para cada tipo de material reciclável, e que toda a rentabilidade é dividida entre os trabalhadores associados.

O Regional realiza, ainda, a gestão de outros resíduos, a exemplo do papel. Está previsto para este ano a doação de cerca de 16t de papel sem função administrativa e histórica, que se transformará em renda para famílias carentes.

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Luiz Alexandre)

Dia Mundial do Meio ambiente - Novos parceiros aderem à Ecoliga

05/06/18



Em mais uma ação para marcar o Dia Mundial do Meio Ambiente, o Tribunal de Justiça de Rondônia sediou neste dia 5 de junho, a cerimônia de adesão de mais quatro instituições parceiras do Poder Judiciário na Ecoliga, que consiste na cooperação de instituições públicas para desenvolver, em conjunto, ações socioambientais.

Representantes do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas e Defensoria Pública da União assinaram um acordo de cooperação técnica que estabelece entre outros aspectos e intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas, a fim de complementar as ações desenvolvidas e, sobretudo, a troca de experiências.

A ideia é promover a mútua cooperação por meio de suas unidades, comissões ou núcleos socioambientais visando compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental. Tudo pelo fortalecimento da cultura sustentável.

“Os novos parceiros são muito bem-vindos, porque, certamente, dividirão suas experiências e, assim, vamos aperfeiçoando as ações na busca por economicidade. Temos de ter sempre em mente que os recursos naturais são limitados e, por isso, devemos sempre tentar diminuir o uso, a exemplo dos cartuchos de toner, material altamente tóxico, que não temos o destino adequado. Podemos, juntos, encontrar soluções, assim como é feito com as pilhas recolhidas e enviadas para os fabricantes”, sugeriu o presidente do TJRO, desembargador Walter Waltenberg.

Já faziam parte da Ecoliga, além do Tribunal de Justiça, o Tribunal Regional do Trabalho, a Justiça Federal e o Tribunal Regional Eleitoral. O acordo torna possível a execução de ações concretas como: a racionalização e redução de custos e consumo consciente de materiais e serviços; logística integrada de veículos; capacitação e produção científica; gestão e destinação adequada de resíduos; compras sustentáveis e compartilhadas; ações voltadas para a conscientização da sociedade, além de outras

medidas que tenham como foco o desenvolvimento sustentável.

Representantes da Unir - Universidade Federal de Rondônia - também participaram da solenidade, como observadores e futuros integrantes da Ecoliga.

Com a Ecoliga, os órgãos do Judiciário rondoniense se comprometem a gerir de forma cada vez mais eficiente, econômica e sustentável os recursos disponíveis, a reduzir o consumo de materiais de expediente, a contribuir com a reciclagem de matéria-prima e a diminuir progressivamente os impactos sobre o meio ambiente.

No ato a Justiça do Trabalho foi representada pelo desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, que ressaltou como fundamental o envolvimento de todos na preservação do meio ambiente, para isso o TRT da 14ª Região já implementou o PLSJud - Plano de Logística

Sustentável, para que o Tribunal do Trabalho em Rondônia e Acre possa acompanhar e gerir a cada dia melhor os seus recursos e bens de consumo.

Na semana passada o TJRO promoveu uma ação de mobilização de servidores e magistrados para contribuir com a consciência sustentável. Distribuiu na capital 1.300 mudas de espécies frutíferas e ornamentais como forma de sensibilizar para a importância do uso racional dos recursos renováveis, medida que teve ótima repercussão nas três unidades do Judiciário onde as plantas foram distribuídas.

O Judiciário rondoniense tem um Plano de Sustentabilidade que prioriza melhorias ao meio ambiente e a conscientização das pessoas sobre a necessidade de preservar e economizar recursos. O consumo consciente de energia elétrica, papéis, impressões, copos descartáveis e água é priorizado pelo plano.

(Secom/TRT14 | Fonte: TJ/RO)

Vara do Trabalho de Plácido de Castro/AC é destaque como a segunda do Brasil que mais julgou processos em 2017 e por práticas socioambientais

06/06/18

A Vara do Trabalho de Plácido de Castro/AC, que pertence à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC), está entre as 10 varas do trabalho que em 2017 mais julgaram processos proporcionalmente aos recebidos no Brasil, na fase de conhecimento.

A Unidade Judiciária, situada na fronteira amazônica do Brasil com a Bolívia, ficou em 2º lugar entre todas as varas do trabalho brasileiras, conforme dados recentemente divulgados pela Corregedoria-Geral do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

No indicador denominado “10 Varas com os maiores percentuais de julgados em rela-



ção aos recebidos”, a Vara alcançou o elevado percentual de 186,1%, conforme consta no Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (E-Gestão).

Para a juíza do Trabalho Titular da VT, Christiana D’arc Damasceno, a notícia é motivo de alegria e reconhecimento da dedicação do magistrado em seu ofício. “É importante ressaltar, igualmente, a dedicada colaboração dos servidores que são partícipes no processo, como também da administração do Regional que tem manifestado apoio, mediante esforços de estruturação organizacional, para que resultados como esses possam ser alcançados”, completou.

Conforme dados regionais, a unidade trabalhista em Plácido de Castro possui a maior média de processos novos recebidos nos últimos três anos entre as unidades incluídas no grupo A, II, do artigo 1º da Portaria GP n. 0176/2018, de que fazem parte as Varas do Trabalho de Jaru/RO, Colorado d’Oeste/RO, Ouro Preto d’Oeste/RO, São Miguel do Guaporé/RO, Guajará-Mirim/RO, Buritís/RO e Machadinho d’Oeste/RO, dentre outras.

Ainda segundo a magistrada, o resultado representa uma conquista para o TRT, alinhando-se com a missão institucional de “realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania”, além da visão de futuro de “consolidar-se perante a sociedade como referência de credibilidade na prestação jurisdicional.”

Responsabilidade Socioambiental

Além da prestação jurisdicional, a Vara do Trabalho de Plácido de Castro vem se destacando com um trabalho de responsabilidade socioambiental junto a estudantes dos turnos matutino e vespertino da Escola Municipal de Ensino Fundamental Elias Mansour Simão.

Trata-se de um projeto para coleta de garrafas pets, com a entrega de kits educacionais

aos estudantes. Já foram distribuídos 41 kits e recebidas 490 garrafas, as quais foram pintadas e transformadas pela equipe da Vara em vasos para a construção de jardins suspensos na sede da Unidade.

“Esse projeto de reciclagem e educação na Justiça do Trabalho vem propiciando conscientização ambiental, reaproveitamento de recursos e melhoria do ambiente institucional”, destacou o diretor de Secretaria da Vara, Washington Vilela.

Ainda como parte do Programa de Responsabilidade Socioambiental do Regional, “Justiça do Trabalho Vai à Escola”, a Vara programou uma palestra na mesma Escola para o próximo dia 13, na semana em que se celebra o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

Por ocasião da Correição Ordinária realizada pelo Tribunal na Unidade, no último dia 21, a vice-presidente do Regional, desembargadora Socorro Guimarães, destacou os projetos socioambientais desenvolvidos. “Parabenizo a juíza titular e servidores atuantes pelas iniciativas implementadas”, registrou na ata.

A Vara do Trabalho de Plácido de Castro disponibiliza ainda um “Espaço Kids”, com tate, estante com literatura infantojuvenil (com obras inclusive em braile), brinquedos educativos, mesa e cadeira para escrita e desenho, assim como bebê conforto, para maior comodidade dos pais atendidos, e de bebês e crianças. A Vara iniciou o projeto “Lendo na Justiça: invista no seu tempo. Leia e vá mais longe. Evite o descarte e amplie os horizontes de alguém”. Na estante localizada no átrio da Secretaria, são disponibilizados clássicos da literatura destinados aos públicos jovem e adulto para leitura enquanto as partes e os advogados aguardam audiências e atendimento no balcão”. A Vara também cultiva uma horta compartilhada de legumes e hortaliças, onde os cuidados são prestados em horário não coincidente com o do expediente da Unidade.

(Secom/TRT14 | Colaboração: VT de Plácido de Castro)

SUSTENTABILIDADE - TRT14 investe em lâmpadas mais ecológicas e econômicas

29/06/18



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC) está realizando a troca gradual do modelo de lâmpadas utilizadas na iluminação de seus edifícios. A última edificação beneficiada foi a Sede do Regional, localizada em Porto Velho (RO). Desde o ano passado, o tribunal vem instalando o novo modelo de LED (abreviatura em inglês de diodo emissor de luz), abandonando o antigo modelo de fluorescentes. O Fórum Trabalhista de Porto Velho, onde funciona mais da metade das Varas de Trabalho da Capital Porto Velho, já funciona 100% com o novo modelo de lâmpadas econômicas.

O projeto é parte das ações relacionadas à área da sustentabilidade TRT14, que visa a dis-

seminar e valorizar as práticas menos poluentes à natureza e menos agressivas à saúde.

De acordo com a Seção de Sustentabilidade e Programas Ambientais do Regional, o uso do modelo de lâmpadas LED é vantajoso por oferecer menor risco de contaminação do ambiente e emissão de raios ultravioleta, economia de recursos e de energia elétrica, bem como maior durabilidade.

Combinado a isso, a Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre já implementou outras medidas para reduzir o consumo de energia elétrica, a exemplo da instituição de horário de funcionamento reduzido, das 7h30min às 14h30min, definição dos horários de acionamento e desligamento da iluminação do Tribunal e das demais unidades, definição dos horários de funcionamento do ar-condicionado, instalação de sensor de presença nas áreas comuns, entre outros, o que possibilitou a economia de pouco mais de R\$ 500 mil nos últimos dois anos.

(Secom/TRT14)

Justiça do Trabalho lança campanha "TRT14 Sustentável" nesta quarta-feira, dia 18

18/07/18



A Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre inicia nesta quarta-feira (18/7) campanha de sustentabilidade que tem como objetivo a sensibilização quanto a necessidade de promover a racionalização do uso e consumo de energia elétrica, água, telefonia, papel e demais materiais de consumo.

Coordenada pela Seção de Sustentabilidade e Programas Ambientais (SDSEPA) do Tribunal

Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), a campanha “TRT14 Sustentável” faz parte da política de responsabilidade socioambiental do Regional e tem como principal objetivo sensibilizar magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviços, bem como a sociedade em geral, para as questões relacionadas à sustentabilidade, suas perspectivas ambiental, social e econômica e a relação destes aspectos com as ações e decisões institucionais.

A campanha está em consonância com a Resolução nº 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com o Ato Conjunto do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Conselho Nacional de Justiça (CSJT) nº 24/2014, que institui a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, além de estar alinhada ao Planejamento Estratégico Participativo 2015-2020, Plano de Logística Sustentável do TRT14 (PLS-Jud/TRT14) e desdobramento da Estratégia de Gestão de Pessoas, no tocante aos objetivos relacionados

à qualidade de vida e consiste em “manter as práticas socioambientais sustentáveis”.

Para realização da campanha foram desenvolvidas peças publicitárias que serão postadas eletrônica e paulatinamente, nos meios de comunicação do TRT14.

Com relação ao uso de telefone, a ação ressalta a importância de se utilizar os meios eletrônicos disponíveis e eficazes, com isso otimiza-se tempo, custo e a comunicação fica mais objetiva e segura. Quanto aos copos plásticos descartáveis, de acordo com estudos, leva em média 200 anos para se decompor, por isso o tribunal promoverá internamente a substituição por copos sustentáveis.

“São ações simples, porém que trazem grandes resultados com a participação prática e efetiva de cada pessoa”, ressaltou o chefe da SDSEPA, Ariel dos Santos.

(Secom/TRT14)

TRT-RO/AC inicia campanha de recolhimento de óleo de cozinha

09/10/18

O descarte inadequado do óleo de cozinha representa um grave risco ao meio ambiente e à saúde das pessoas. Pensando nisso, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC), por meio da Seção de Sustentabilidade e Programas Ambientais (SçSePA), iniciou nesta terça-feira (09/10) uma campanha de recolhimento de óleo de cozinha.

A ação está em consonância com as determinações do Ato Conjunto CSJT.TST.GP n. 24/2014 e Resolução n. 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), normativos que fomentam uma ação administrativa conectada com a responsabilidade socioambiental, bem como à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010), e tem o objetivo de sen-

sibilizar magistrados, servidores, jurisdicionados, prestadores de serviço, bem como a população em geral, da necessidade de praticar um descarte adequado dos resíduos produzidos dentro e fora do ambiente de trabalho.

Dessa forma, foi instalado “Ecoponto” de coleta de óleo de cozinha no subsolo do edifício-sede do Regional. As unidades localizadas fora do município de Porto Velho/RO poderão encaminhar seu óleo, devidamente acondicionado, à SçSePA, no 3º andar do edifício-sede do Regional, na Secretaria Administrativa.

As unidades do interior de Rondônia e Acre poderão, ainda, aproveitar a designação de servidores para participação em cursos e

eventos na capital, bem como a ida dos veículos da capital para o interior, para encaminhar o óleo de cozinha para o ponto de coleta na sede do Tribunal.

Risco à saúde - óleo de cozinha

Descartar corretamente ou promover a reciclagem de óleo de cozinha evita a contaminação de milhares de litros de água.

Ao contrário do que muitos pensam, óleos e gorduras em geral não podem ter como destino pias, bueiros, ralos ou guias da calçada porque impactam negativamente o encanamento das casas e também poluem a água, além de contribuírem para a morte de seres vivos.

O descarte incorreto na pia do óleo de cozinha usado provoca o entupimento dos encanamentos e acúmulo de gordura na caixa de gordura, gerando um processo de limpeza trabalhoso e caro, além de realizar o mesmo processo no encanamento.

E o que acontece com a outra parte do óleo descartado que passou pelos encanamentos e não ficou retido na caixa de gordura? É possível que o óleo siga por dois caminhos distintos: para uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), para um rio ou mesmo o mar. Para chegar a uma ETE, é preciso que o óleo misturado com água e outros resíduos passe por uma rede coletora - nesta passagem é que o óleo obstrui o fluxo de esgoto que iria para a ETE. Assim, descartando o óleo indevidamente, você não só prejudica a estrutura do seu encanamento como também pode causar o refluxo do esgoto para outras residências.

Quando o esgoto sem tratamento chega a um rio, o óleo de cozinha misturado ao esgoto irá poluir esse corpo hídrico. Segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece limites para lançamento de óleos vegetais e gorduras animais em corpos

hídricos, o lançamento de quantidades acima de 50 miligramas por litro de óleo de cozinha polui mais 25 mil litros de água, o que já é um valor bem alto.

Agora que você já sabe o quão é perigoso descartar resíduos de modo inadequado, aceite o convite para ajudar o meio ambiente e o bem-estar de todos descartando esses itens no “Ecopontos” de coleta instalado no TRT14.

(Secom/TRT14 | SçSePA)



Em 2018, Justiça do Trabalho de RO e AC destina quase oito toneladas de resíduos para reciclagem

03/12/18

A Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre destinou neste ano cerca de 4,2 toneladas de papel e 3,5 toneladas de metal para reciclagem. O descarte de processos judiciais antigos, após a avaliação documental, foi feito à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Velho/RO (Asprovel), parceira do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região no Programa TRT Recicla. Já os metais são provenientes da troca do forro do edifício-sede.

O material é oriundo, principalmente, da 1ª e 5ª Varas do Trabalho de Porto Velho/RO e das unidades administrativas do Regional. Além do papel e metal, foram doados para reciclagem até o presente momento 240kg de plásticos. O TRT foi o responsável por triturar e transportar o material até a Associação beneficiada.

“O descarte dos processos é um importante instrumento da Gestão Documental, promovendo a racionalização do uso dos escassos espaços, os quais podem ser destinados à guarda permanente dos documentos que possuam grande relevância jurídica, histórica e social”, comentou o chefe da Seção de Sustentabilidade e Programas Ambientais, Ariel Rodrigues dos Santos.

O Programa “TRT Recicla” foi instituído por meio do Planejamento Orientado a Projetos (POP) - gestão 2017/018, e visa eliminar de maneira responsável, os resíduos gerados com as atividades do Regional.

(Secom/TRT14)





TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Ações Sociais Simultâneas

Ações sociais são realizadas pela Justiça do Trabalho em Colorado do Oeste (RO)

10/07/18



A Justiça do Trabalho em Colorado do Oeste (RO) realizou entre os dias 28 de junho e 5 de julho quatro ações como parte dos programas de responsabilidade social do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

No último dia 28, por meio do “Justiça do Trabalho Vai à Escola”, cerca de 50 estudantes da 2ª e 3ª série do ensino médio da Escola Estadual Manuel Bandeira participaram de uma palestra sobre Trabalho Infantil proferida pela juíza do Trabalho Titular da Vara do Trabalho de Colorado do Oeste (RO), Monica Harumi Ueda. Na ocasião, a diretora de Secretaria da Vara, Neusa Maria Lermen Ansiliero, também falou sobre os projetos sociais do Regional e ajudou a distribuir cartilhas educativas aos alunos.

Já no dia 3 de julho, pouco mais de 50 alunos da mesma escola visitaram as dependências da unidade trabalhista no município como parte do Programa “Justiça do Trabalho Portas Abertas”. Na oportunidade, a equipe da Vara recebeu os visitantes que conheceram no painel de entrada um pouco da história da JT na região. Em seguida, os alunos estiveram na sala de audiência, onde a juíza Mônica explicou todos os atos que realizava, sendo inquirida pelos adolescentes.

Eles ainda visitaram a Secretaria, onde aprenderam as funções e tarefas que os servidores executam, inclusive mostrando como funciona o Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Após assistirem o vídeo institucional, foram servidos com um lanche, fornecido pelos servidores da Vara.

Agora pelo “Justiça do Trabalho Vai à Empresa”, no último dia 5, a magistrada e servidores estiveram na fábrica de tijolos, Cerâmica Santa Rita. Os empresários Davi Orneles e James Orneles conduziram a equipe da Justiça por todos os setores da empresa, mostrando desde o estoque da matéria-prima até o produto final.



A empresa, que funciona em Colorado do Oeste há 32 anos, está se modernizando e produz 60 tijolos por minutos. Foi constatado que a empresa cumpre as normas de segurança trabalhista com os trabalhadores utilizando o Equipamento de Proteção Individual e que também há preocupação socioambiental, já que a empresa cria tanques de produção de peixes nos locais onde se retiram a matéria-prima.

Monica Harumi enfatizou a importância dos programas sociais do TRT. “Eles possibilitam a

interação e o estreitamento dos laços com a sociedade, além de prestar importantes esclarecimentos sobre direito do trabalho”, afirmou.

Por último, no mesmo dia, foi a vez do Abrigo Municipal receber o “Justiça do Trabalho Solidária”, onde os representantes da Justiça do Trabalho doaram alguns brinquedos, sapatos e doces. A entidade abriga atualmente três crianças, que são irmãs, devido a mãe não ter condições de saúde para criá-las. No entanto, já há decisão do Juízo da Criança e do Adolescente para entregá-las sob a guarda de outros membros da família.

*(Secom/TRT14 | Devanil Júnior/Luiz Alexandre -
Colaboração: VT de Colorado do Oeste)*



Justiça do Trabalho realiza ações sociais com alunos de escola pública em São Miguel do Guaporé (RO)

16/08/18



A Justiça do Trabalho em São Miguel do Guaporé (RO) realizou entre os dias 8 e 14 de agosto quatro ações sociais com alunos da Escola Municipal Deonildo Caragnatto, como parte dos programas de responsabilidade social do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

No dia 8 de agosto, por meio do “Justiça do Trabalho de Portas Abertas”, cerca de 30 estu-

dantes do 8º e 9º ano e professores participaram de uma visita às instalações da Vara do Trabalho local. Acompanhados pela professora Jane Araújo, foram recepcionados por servidores e pelo diretor da unidade trabalhista, Cláudio Pereira, ocasião em que conheceram as instalações, funcionamento e os trabalhos desenvolvidos.

A professora Jane ressaltou a importância das atividades. “Foi de grande proveito para os alunos que já estão trabalhando, porque puderam aprender sobre seus direitos trabalhistas. Os alunos formaram grupos de debates sobre os temas e apresentaram em sala de aula”.

Já no último dia 9, cerca de 70 alunos receberam informações, cartilhas e gibis sobre o Jovem Aprendiz e o Trabalho Infantil no programa “Justiça do Trabalho Vai à Escola”. Nesta ação, o tema Jovem Aprendiz foi apresentado pelos servidores da Vara, Cláudio Pereira e Joaquim Camelo Júnior.

A aluna Ellen da Silva Correia disse que achou a palestra interessante. “Despertou em mim, podemos dizer, um “ar de jovem aprendi-”

ziz”; agora sei meus direitos, posso começar minha carreira em segurança e confiança”, revelou.

Por último, a unidade da Justiça do Trabalho em São Miguel do Guaporé realizou no dia 14 de agosto mais duas atividades com mais de 70 alunos da mesma escola, em que os servidores e o juiz Wlader Ferreira visitaram a escola para ministrar uma palestra sobre a história do Direito do Trabalho e diversos outros assuntos relacionados a direitos trabalhistas. O dia finalizou com a visita de uma turma de 30 alunos do 8º e 9º ano às instalações da Vara, ocasião onde presenciaram a realização de audiências e conheceram o funcionamento da Justiça Especializada.

(Secom/TRT14 | Devanil Júnior - Colaboração: VT de São Miguel do Guaporé)

Justiça do Trabalho realiza ações sociais em Eitaciolândia, interior do Acre

05/09/18



A Vara do Trabalho de Eitaciolândia, a cerca de 230 km da capital Rio Branco (AC), realizou as ações sociais “Justiça do Trabalho de Portas Abertas” e “Justiça do Trabalho vai à Escola” nos dias 07 e 08 de agosto. As atividades que envolveram cerca de 130 pessoas foram relacionadas à informa-

ções sobre direitos e deveres do trabalhador, além de ressaltar importância de se combater o trabalho infantil e promoção do incentivo à aprendizagem.

Justiça do Trabalho de Portas Abertas

Adolescentes de 11 a 17 anos da União de Adolescentes da Igreja Assembleia de Deus em Brasileia (UAADEB) conheceram na terça-feira (07/08) a sede da Vara do Trabalho de Eitaciolândia, Acre.

Recepcionados pelo juiz do trabalho, Celso Antonio Botão Carvalho Júnior, os jovens participaram da audiência UNA onde o magistrado explicou sobre os direitos e deveres do trabalhador, procedimentos processuais, contrato de trabalho, sobre a instituição e importância das garantias quanto às anotações na Carteira de Trabalho.

Na oportunidade foram distribuídas cartilhas sobre o Guia do Jovem Aprendiz e Combate ao Trabalho Infantil.

Justiça do Trabalho vai à escola

Na quarta-feira (08/08) o magistrado e servidores foram até a Escola Estadual de Ensino Médio Kairala José Kairala, para falar sobre a importância dos jovens estarem focados no estudo e aprendizagem, como forma de ficarem longe do trabalho infantil

Na ocasião o juiz Celso Antonio Botão Carvalho Júnior, destacou que o termo trabalho infantil compreende a realização, por crianças e adolescentes com idade inferior ao limite previsto na Constituição e nas leis, e que essa prática deve ser combatida pela sociedade. Enfatizou a existência de campanha nacional sobre o tema e a Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre também tem esse papel de difundir as informações e promover o incentivo à aprendizagem dos jovens.



Os alunos além de receberem informações, levaram para casa cartilha em formato de "gibi", com historinhas e esclarecimento sobre o tema.

Estiveram envolvidos na atividade os servidores Edinaldo Oliveira da Silva, diretor de Secretaria; Adeyse de Lima Dantas Fernandes, Assistente de Diretor; Ivoneide Pereira da Costa Silva, Chefe da Execução, Edigar Soares Pacheco, Calculista; Wesley Victor Machado Viana Gomes, Secretário de Audiências e José Carlos Gama Pereira, oficial de Justiça.

(Secom/TRT14 | Rayane Medeiros/Celso Gomes - Colaboração: VT de Eptaciolândia)

Justiça do Trabalho distribui 540 kits escolares e incentivo à aprendizagem no Dia das Crianças

17/10/18



Crianças das Escolas públicas de Porto Velho foram beneficiadas, com cerca de 540 kits escolares e incentivo à aprendizagem no Dia das Crianças, com a realização das Ações Sociais Justiça do Tra-

balho Solidária e Justiça do Trabalho Vai à Escola do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC).

Na Escola Estadual Franklin Roosevelt, bairro Triângulo, as atividades foram realizadas na quarta-feira (10/10), com distribuição de 240 kits escolares pela equipe composta por uma juíza e servidores voluntários do Tribunal. Os kits escolares contém lápis grafite, borracha, garrafinha de água, gibi da Mônica e caderno, com a temática de combate ao trabalho infantil e incentivo à aprendizagem.

A juíza do Trabalho Silmara Negrett acompanhou a ação e conversou com as crianças



sobre trabalho infantil. Explicou o assunto de forma simples e descontraída, além de incentivar e conscientizá-las sobre a importância dos estudos e o respeito com os colegas. Despertou nelas a curiosidade sobre a profissão de juiz, o que proporcionou a elas fazerem perguntas sobre a profissão e outros assuntos.

A atividade também faz parte da campanha nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Incentivo à Aprendizagem, coordenada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e reproduzida pelos Tribunais Regionais do Trabalho de todo o país.

A diretora da escola, Gracimeire Lima Martins, disse que foi um aprendizado muito enriquecedor, agradeceu pela presença de todos e falou da importância da ação, “é muito importante para as crianças, para conviverem com uma equipe do Judiciário, na presença de uma juíza. Isso para eles vai ser um momento inesquecível e isso é muito importante”.

Assentamento Joana Darc

No assentamento Joana Darc, zona rural, as atividades foram realizadas no sábado (13/10),

com alunos das escolas municipais José de Freitas e Nova Vista e envolveu cerca de 300 crianças, que receberam kits escolares composto por lápis grafite, borracha, caixa de lápis de cor e caderno.

Na ocasião vivenciaram momento descontraído com brincadeiras de dança das cadeiras e corrida do saco, além de serem servidos com lanches.

A professora da Escola Municipal José de Freitas, Poliana Teodoro de Jesus, disse que a ideia inicial seria duas festas no mesmo dia, onde o diretor da escola tinha prometido o transporte que levaria as crianças da escola para participar do evento da linha 15. “Então juntos pensamos, e em vez de ser 2 festas, nos reunimos e fizemos uma bem grande, com todas as crianças de 2 escolas”, afirmou.

Os kits escolares foram adquiridos com arrecadação do Bazar Solidário, realizado entre os dias 22 a 24 de agosto, com apoio de magistrados, servidores e estagiários do Tribunal.

(Secom/TRT14 | Rayane Alexandre/Alberto Alves)

Vara do Trabalho de Rolim de Moura integra Ações de Cidadania na Semana Nacional da Conciliação

13/11/18



A Vara do Trabalho de Rolim de Moura integrou, durante a XIII Semana de Conciliação, de 5 a 9 de novembro, ações de cidadania com os programas de responsabilidade social “Justiça do Trabalho de Portas Abertas” e “Justiça do Trabalho Solidária”. As ações tiveram a participação de acadêmicos de direito da Faculdade de Rolim de Moura e da Secretaria Municipal de Saúde de Rolim de Moura.

A Semana Nacional de Conciliação, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça em esforço concentrado com todos os Tribunais do país, tem como objetivo a resolução do maior número de processos possíveis pela via da conciliação e mediação.

Em Rolim de Moura, a Vara do Trabalho que tem jurisdição também nos municípios de Nova Brasilândia d’Oeste; Novo Horizonte do Oeste; Santa Luzia d’Oeste, Alto Alegre dos Parecis e Alta Floresta d’Oeste, conseguiu realizar mais de 48% de conciliação nos processos incluídos na pauta de audiência, alcançando um

valor de R\$ 292.352,59. Desses processos, na fase conhecimento a conciliação foi de 46,41% e na execução de 66,67%.

Ações de Cidadania

A Vara do Trabalho, ainda no decorrer da Semana Nacional de Conciliação, sob a coordenação do Juiz do Trabalho José Roberto Coelho Mendes Junior, titular da unidade, desenvolveu os programas de responsabilidade social “Justiça do Trabalho de Portas Abertas” e “Justiça do Trabalho Solidária”. Destacando a importância dos programas sociais desenvolvidos que integram o projeto estratégico TRT 14 Cidadania, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, o magistrado enfatizou a possibilidade de maior interação e estreitamento de laços com a sociedade.

No programa “Justiça do Trabalho de Portas Abertas” quatro turmas de acadêmicos de direito da Faculdade Rolim de Moura - FAROL visitaram a Vara do Trabalho, onde receberam



orientações sobre processo e direito do trabalho. Além dos servidores da secretaria que falaram sobre os trabalhos desenvolvidos desde o ajuizamento da ação até a decisão final de mérito, ainda tiveram orientações sobre o trabalho pericial técnico, apresentada pelo perito Adalberto Braga de Carvalho.

Na sala de audiências o juiz José Roberto falou aos acadêmicos sobre a solenidade e tirou dúvidas dos estudantes sobre questões relacionados ao processo do trabalho. O programa teve a participação dos servidores Jorge Batista dos Santos, George Gomes da Silva Junior, Sady Cardoso Pinto, José Vieira de Araújo Filho, Ana Gabrielle Ladislau de Sena, Joaquim Camelo Junior e as estagiárias Monalisa de Witt Ardenghy e Larissa Catrinck Campos.

O “Justiça do Trabalho Solidária” foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Rolim de Moura em ações. A primeira para atender o Hospital Municipal João Amélio da Silva, que recebeu doação de vinte colchões hospitalares para garantir o funcionamento de leitos que estavam sem utilização pela unidade de saúde. A segunda, com destinação de recursos oriundos de conta centralizadora de condenações, para atender a Campanha Novembro Azul, de prevenção e



combate ao câncer de próstata, desenvolvida nas unidades de saúde Centro Norte, Cidade Alta, Jardim Tropical, Nova Estrela, Albert Sabin e Planalto, de Rolim de Moura.

(Secom/TRT14 | Colaboração: Jorge Batista/
VT Rolim de Moura)



Ações Sociais em
2019



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

TRT Comunidade - A Justiça do Trabalho mais Próxima de Você

Mais de 2.700 atendimentos são realizados na Zona Leste de Porto Velho durante a 17ª Ação Social TRT14 Comunidade

09/04/19



A Justiça do Trabalho registrou mais de 2.700 atendimentos na 17ª edição da Ação social TRT Comunidade, realizada na manhã do último sábado, dia 6/4, na escola estadual Daniel Neri, zona Leste de Porto Velho. Com a participação de vinte e dois parceiros institucionais o evento registrou reclamatória trabalhista e outros atendimentos jurídicos, previdenciários, família, consumidor e ainda, na área de saúde e emissão de documentos.

A Ação, organizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), já prestou quase 50 mil atendimentos em Rondônia e no Acre, desde a sua primeira edição em agosto de 2013, sendo realizada três edições por ano. Esta foi a primeira de 2019.

Trabalho infantil

A juíza integrante do comitê ao Trabalho Infantil Soneane Raquel ressalta a importância dessa proximidade com a população, orientando e conscientizando os pais sobre

o momento do ingresso da criança/adolescente no mercado de trabalho. “Muitos pais acompanhados dos seus filhos compareceram fazendo perguntas, com objetivo de se inteirar sobre o ingresso do seu filho no mercado de trabalho, oportunidade que entregamos a eles uma cartilha e guia do jovem aprendiz que contém informações a respeito e reforçamos sobre a importância do estudo na vida da criança, da permanência na escola, e que o conhecimento adquirido em sala de aula, vai influenciar em seu ingresso no mercado de trabalho”, conclui a magistrada.

A presença dos magistrados da Justiça do Trabalho foi marcante durante a Ação de Cidadania, com a presença da Associação dos Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Amatra 14), prestando orientações sobre direitos, obrigações e deveres do trabalhador.

O setor de tomada de reclamações da Justiça do Trabalho realizou vários atendimentos prestando informações, orientações e regis-

trou reclamatória trabalhista com pedido de verbas rescisórias. Um dos pedidos de orientações com foi da gerente de restaurante, Elizângela Cordeiro, que ao ficar sabendo da presença da Justiça do Trabalho, compareceu para tirar dúvidas sobre rescisão de contrato. “Eu trabalhei por 3 anos na empresa, pedi para sair. Eu vim aqui tirar dúvidas com relação os meus direitos, sobre verbas rescisórias”, esclareceu ex-gerente.

A Ouvidorias do Governo de Rondônia, do município de Porto Velho, TRE Controladoria Geral da União (CGU) e TRT14, estiveram presentes, a interlocutora da Ouvidoria do TRT14, Kátia Cilene, falou desse importante canal de comunicação com os usuários. “A ouvidoria está presente aqui no TRT Comunidade, como um canal de mediação entre o usuário e a instituição, prestando orientação e conscientização”, esclareceu.

Foram realizados vários na área da saúde com consultas de médico, dentistas, vacinação, aferição de glicemia e pressão, teste rápido, higiene bucal em crianças. Higiene pessoal: corte de cabelo, maquiagem, esmaltação, recreação, consulta de protestos, emissão de documentos, como título eleitoral, CPF, passe livre do idoso, segunda via de certidão de nascimento, agendamento RG e CTPS para atendimento posterior no Tudo Aqui

O presidente do TRT14, desembargador Osmar Barneze, entregou certificados às entidades que participaram da Ação e enfatizou a importância da parceria para a realização do evento. “O sucesso do TRT Comunidade, se deu graças a participação de entidades parceiras, que proporcionam serviços em diversas áreas, indo ao encontro dos anseios da população”, enalteceu Barneze.

Unidades móveis da Cliom, Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE) e Bibliosesc prestaram suporte importante para a ação.



Uma das novidades foi a participação do Instituto de Protesto, junto com outros órgãos, como INSS, INCRA, MPT, OAB, Aronatra, Faculdade São Lucas, Semusa, Senac, Sesc, TRE, Tudo Aqui, que são parceiros das edições anteriores.

(Secom/TRT14 | Fotos: Luiz Alexandre)

TRT Comunidade - Ação Social da Justiça do Trabalho atende mais de 1.800 pessoas na Zona Sul de Porto Velho

30/08/19



No sábado (24/8), aconteceu a segunda edição do ano de 2019 do TRT14 Comunidade “A Justiça do Trabalho Mais Próxima de Você”. A 18ª edição da ação social, realizada na Escola Estadual Eduardo Lima e Silva, no bairro Nova Floresta, zona sul de Porto Velho, registrou 1.857 atendimentos nos mais variados serviços ofertados nas áreas jurídica, social, de saúde e emissão de documentos. Das 8h da manhã até as 13h, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com 24 entidades parceiras (públicas e privadas), reuniu cerca de 250 voluntários para atender gratuitamente a população.

Bem cedo, antes da abertura dos portões da escola, as pessoas já se organizavam pela ordem de chegada para o início do evento. A maior demanda de procura foi pelas vacinas contra hepatite B, Tétano, HPV e a Tríplice Viral. A equipe da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) atendeu cerca de 250 pessoas, entre crianças e idosos, além dos atendimentos médicos adultos e pediátricos. O TRT disponibilizou

ainda atendimento médico, sendo acolhidos 50 cidadãos.

“Atendemos venezuelanos totalmente desprotegidos, uma criança em estado bastante grave. Foram encaminhados para a UPA e vamos atrás desse grupo. Uma ação como essa é importante em todos os sentidos, a gente faz uma ação social mas também uma prevenção muito grande, que é o trabalho da Semusa, a ação de prevenção”, revelou a coordenadora da Semusa, Elizeth Gomes, ao falar dos atendimentos realizados.

A faculdade São Lucas ofertou mais de 300 atendimentos de saúde entre aferição de pressão e sessões de fisioterapia, sendo o escovódromo o preferido pelas crianças, as quais também tiveram grande participação nas atividades de recreação que contou com brincadeiras, pintura de rostos e desenhos oferecidos pelo SESC em parceria com o TRT. O público infantil ainda recebeu pipocas e picolés gratuitamente.



A Justiça do Trabalho (JT) realizou atendimentos de orientações previdenciárias e recebimento de reclamações trabalhistas, além de dirimir dúvidas por parte da Ouvidoria sobre a atuação da Justiça Laboral. Eliton Cléber Ferrais de Oliveira foi um dos cidadãos que procuraram a JT para registrar uma reclamação trabalhista, devido a problemas com a última empresa em que trabalhou, ocasião em que falou um pouco sobre o atendimento: “Vim a procura desse serviço porque não foi depositado o meu FGTS, então estou procurando esse atendimento. Está sendo ótimo o trabalho aqui, e estou vendo meus direitos, procurando saber o que pode ser resolvido através dessa ação, que está sendo muito boa para a comunidade”, relatou.

Já os parceiros OAB e ARONATRA, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública do Estado e Amatra14 também efetuaram cerca de 115 serviços de assistência, orientações e atendimentos gerais na área jurídica.

Em relação à emissão de documentos, foram realizados 170 atendimentos com a emissão de primeira e segunda via, sendo: CPF, RG, Carteira de Trabalho, Certidão de Casamento e Nascimento e o Passe Livre, pela equipe do “Tudo Aqui” e o Ministério do Trabalho. Os serviços foram úteis, por exemplo, ao idoso Antônio Calixto da Cunha, que procurou o Tudo Aqui para fazer a renovação de seu documento de identidade a pedido de seu banco. “Aproveitei esse serviço que está tendo aqui para trocar o

meu RG. Para mim, está sendo muito bom, e para todo mundo da comunidade”, opinou.

Já para Maria Olívia da Silva Monteiro, moradora da região, a realização do evento próximo a sua casa facilitou muito a retirada de sua Carteira de Trabalho. “Aqui é mais perto de onde eu moro. É muito longe às vezes para a gente ir até o centro, então está sendo maravilhoso ter esse evento aqui. Fui muito bem atendida”, afirmou.

O coordenador do Instituto de Identificação Civil e Criminal (IICC), Edinaldo Silva, falou que o trabalho principal do órgão no TRT comunidade foi de emissão de primeira via da Cédula de Identidade, mas quem não conseguiu comparecer ao evento pode se dirigir aos demais locais de atendimento na cidade: “O cidadão pode se dirigir aos postos que existem no Tudo Aqui, localizados na Avenida 7 de Setembro, no polo do Porto Velho Shopping; no posto SINE, localizado na Rua Brasília, e também há locais de atendimento na zona leste da cidade”, destacou. Segundo o coordenador, os documentos exigidos para a expedição da segunda via são: Certidão de Nascimento, caso nunca tenha se casado, caso contrário levar Certidão de Casamento original e uma cópia. Se o cidadão quiser acrescentar CPF e PIS, deverá levar uma cópia desses documentos com duas fotos 3x4 recentes. Para segundas vias que não sejam por motivo de furto ou roubo, será recolhida uma taxa de R\$106,02, caso contrário deverá ser levado o boletim ocorrência. Para cidadãos acima de 60 anos, é isento o valor.



Sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT), o diretor regional, Joel Martins, evidenciou o trabalho de mapeamento da comunidade que foi realizado. “Estamos com um grupo executando esse trabalho de levantamento de dados na zona sul para entender como está a situação econômica, social e trabalhista da comunidade, que proporcionará para a gente uma melhor atuação. Fora esse trabalho do mapeamento, estamos colhendo denúncias de assédio moral no trabalho, exploração de trabalho infantil, trabalho escravo, saúde e segurança no trabalho e outros. A sociedade tem muitas dúvidas porque não conhece exatamente os direitos trabalhistas, e a equipe do MPT está aqui para esclarecer dúvidas sobre esse assunto”, informou.

O superintendente da Gestão de Gastos Públicos Administrativos (SUGESP), Carlos Lopes Silva, ressaltou o trabalho de emissão de primeira e segunda vias de RG e Certidão de Nascimento. “A SUGESP representa o governo do estado, que tem a preocupação em levar esse atendimento para todos os cidadãos de Rondônia. Hoje nós temos quatro unidades fixas: duas aqui em Porto Velho, uma em Ji-Paraná e outra em Rolim de Moura. No ano de 2020, vamos abrir outra em Ariquemes, e pros demais locais que não possuem as unidades do Tudo Aqui, estamos implementando o Tudo Aqui Móvel, que é o que está sendo representado aqui neste trabalho de ação social do TRT. Temos a intenção de ainda em 2019 e em 2020 levar esses serviços para todos os municípios e distritos de Rondônia”, destacou.

Stand do Combate do Trabalho Infantil

A Comissão Regional do Combate do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT14, por meio da juíza do trabalho Raquel Dias e equipe de servidores, atenderam pais e crianças e explicaram a importância da campanha para manter as crianças na Escola e não no trabalho. Na oportunidade, foram



distribuídos materiais educativos e promovido o sorteio de kits informativos do Programa, como o “Guia Jovem Aprendiz”.

A Defensoria Pública do Estado (DPE-RO) e a Clínica Odontológica (Cliom), com suas unidades móveis na parte externa da escola realizaram seus atendimentos com ambientes climatizados e equipamentos necessários, a Cliom realizou mais de 40 atendimentos odontológicos para a população.

O presidente do TRT, desembargador Osmar J. Barneze, esteve presente durante o evento com o vice-presidente, desembargador Shikou Sadahiro, ocasião em que agradeceu os parceiros ao realizar a entrega de certificados de reconhecimento. “É imensa a nossa satisfação em realizar novamente esse evento, com nossa 18ª edição. O apoio à coletividade nesse bairro, prestando atendimento em vários segmentos sempre em colaboração aos nossos valiosos parceiros que sem os quais dificilmente conseguiríamos realizar um evento dessa natureza, sendo de grande importância dada a demanda que temos em Porto Velho, atendendo não apenas o empregado, mas também o empregador na esfera trabalhista”, registrou.

O TRT14 Comunidade é realizado desde 2013 e, atualmente, é coordenado pela Secretaria de Comunicação Social e Eventos Institucionais do Regional, por meio da Seção de Programas Sociais.

*(Secom/TRT14 | Tamara Lima | Fotos: Tamara Lima/
Mirna Carolina/Celso Gomes)*



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Atuação Judicial de Relevância Social

Vara do Trabalho Itinerante atende mais de 750 pessoas em Rondônia e Acre em 2018

09/01/19



Por terra, ar ou água, a Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre atendeu em 2018 mais de 750 pessoas, em 69 localidades que não dispõem de unidades trabalhistas instaladas. Os atendimentos foram possíveis graças ao Programa “Vara do Trabalho Itinerante” do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC) que recebeu no ano passado mais de 200 reclamações trabalhistas com a realização de audiências.

Os números foram anunciados pela Secretaria Judiciária de 1º Grau do Regional que ressaltou o papel das varas itinerantes, que funcionam desde 2001, para levar justiça às comunidades mais afastadas. “O resultado positivo é um reflexo do trabalho e dedicação de magistrados e servidores, bem como da visão estratégica do TRT ao priorizar a prestação jurisdicional àqueles trabalhadores que não dispõem de meios efetivos de alcançá-la, seja pelas distâncias geográficas, seja pela falta de condições econômicas de arcar com as despesas de deslocamento”, afirmou o secretário José Corsino Junior.

Para este ano, Corsino revelou que o programa irá ampliar a sua área de abrangência para atender comunidades que ainda não fo-

ram contempladas. “Servidores e magistrados já estão se mobilizando para atender a população de mais de 70 localidades no Acre e em Rondônia, inclusive com o uso de aeronaves na faixa da fronteira peruana em municípios acreanos como Jordão, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, onde o acesso só é possível via aérea ou fluvial, sendo este último inviável pelo longo tempo necessário para o deslocamento”, explicou.

Com atuação destacada desde o início do programa, há 18 anos, os servidores Antonio Fernandes e o chefe da Seção de Apoio às Varas Itinerantes, Ociney Sobreira conhecem bem os desafios relacionados à dificuldade de acesso típicos da região amazônica, bem como a precária infraestrutura urbana para que os atendimentos sejam realizados. “Em algumas ocasiões, o carro de boi e a canoa são os únicos meios de transporte comumente utilizados pelas equipes em regiões onde etnias indígenas são a maioria na população”, relatou.

A motivação para atuar por tanto tempo na área, ressaltou Sobreira, está em ver a satisfação da população em ser atendida nas proximidades do seu trabalho e residência. “Muitas

das vezes as pessoas nem imaginavam estarem sendo atendidas com a presença do Judiciário Trabalhista a sua disposição. Isso é muito gratificante”, contou.

“Em meados de 2002, lembro de uma senhora no distrito de Extrema/RO que chegou a chorar ao receber uma verba de apenas R\$ 50 de uma ação trabalhista, mas que para ela representava o almoço e o jantar não só dela, mas de parte de sua família. Nesses anos, o choro de felicidade daquela senhora foi um momento que marcou”, apontou Sobreira.

No portal eletrônico do TRT (acesse aqui) estão disponíveis maiores informações sobre



as ações itinerantes com a programação e calendário. Contatos da Secretaria Judiciária de 1º Grau: judiciaria@trt14.jus.br ou pelos telefones 69 3218-6402 | 3218-6403.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)

Cinco municípios do Cone Sul de Rondônia são contemplados com ambulâncias após ação na Justiça do Trabalho

29/01/19



A pós a homologação de R\$ 5 milhões por parte da vara do Trabalho de Rolim de Moura, zona da mata rondoniense, em uma Ação Civil Pública - ACP ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT (RO/AC) relativa a condenação por dano moral coletivo, cinco municípios do Cone Sul foram contemplados com uma ambulância cada um. A entrega ocorreu em Colorado do Oeste, na tarde desta segunda-feira, 28.

Agenda: considerando que será um total de 26 ambulâncias, um ônibus e um Micro-ônibus, estão agendadas outras solenidades neste semana, sendo: dia 29/1, das 14h às 16h, no Teatro Municipal no centro de Rolim de Moura; dia 31/1, das 10 às 12h em Ji-Paraná, no auditório da IGRS, rua Júlio Guerra, 388, bairro Centro; e em Ariquemes será dia 1º/2/2019, das 14h às 16h, no Centro Reabilitação Belmira Araújo, avenida JK, nº 2463.

Foram entregues uma ambulância para Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Chupinguaia e Colorado do Oeste, além de outros municípios rondonienses. A ACP em face de Sanden Indústria e Montagem Eletromecânica Ltda, Norte Brasil Transmissora de Energia S/A e Construtora Integração Ltda. na qual restou ajustado o pagamento na ordem no valor de R\$ 5 milhões, a título de dano moral coletivo, sendo que os réus indicados se comprometem a promover a doação de 26 ambulâncias simples de remoção, 1 (um) ônibus com capacidade para 46 pessoas e acessibilidade plena e 1 (um) micro-ônibus com capacidade para 22 pessoas e acessibilidade plena que serão encaminhados aos municípios de Rondônia, segundo o plano executivo constante dos autos.

O acordo foi homologado pela juíza do Trabalho Fernanda Antunes Marques Junqueira, atuando na Vara do Trabalho de Rolim de Moura, contando com a presença do MPT na audiência, representado pelo procurador Allysson Feitosa Torquato Scrsafava.

O evento ocorreu no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Colorado do Oeste, e contou com a presença Dos prefeitos de Chupinguaia, Sheila Mosso; Cabixi, Silvênio de Almeida; Corumbiara, Laércio Marchini; Cerejeiras, Lizete Marti (em exercício) e de Colorado do Oeste João Batista (em exercício).

Além dos chefes dos executivos municipais, estiveram presentes representantes da

empresa Norte Brasil, Biocev, representante do Governo do Estado, o presidente da Câmara de Colorado do Oeste Vereador Gercino Garcia, vereador Moacir Rodrigues, Vereador Evandro Prudente, vereadores de outros municípios e secretários municipais de saúde.

A juíza Mônica Harumi Ueda, titular da Vara do Trabalho de Colorado do Oeste (RO), parabenizou os municípios contemplados, e destacou o papel fundamental que a Justiça do Trabalho tem mediante essa demanda judiciais.

(Secom/TRT14 | Colaboração: VT de Rolim de Moura)



Acordo de R\$ 5 milhões na Justiça do Trabalho garante a entrega de ambulâncias a municípios de Rondônia

31/01/19



Os municípios rondonienses de Rolim de Moura, Nova Brasilândia do Oeste, Castanheiras, São Felipe do Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Primavera de Rondônia e Parecis receberam na terça-feira (29) uma ambulância zero km cada um (com exceção de Rolim de Moura que recebeu duas) como parte de um acordo no valor de R\$ 5 milhões transacionado na Justiça do Trabalho, em Ação Civil Pública (ACP) impetrada pelo Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT).

A solenidade aconteceu na sede da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Rolim de Moura/RO e reuniu os representantes da Justiça do Trabalho, prefeitos municipais, comunidade em geral e da empresa Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, que é parte da ação.

Na ocasião, a Secretaria Municipal de Saúde local ressaltou a doação das oito ambulâncias que dobra a frota existente na região da Zona da Mata. "Uma das ambulâncias será, inclusive, transformada em UTI Móvel, já que o município tem os equipamentos necessários

à adaptação", revelou o prefeito de Rolim de Moura/RO, Luiz Shock.

O diretor de Secretaria em substituição da Vara do Trabalho de Rolim de Moura/RO, George Gomes Júnior, representou a JT, considerando as férias regulamentares do juiz titular José Roberto Júnior, oportunidade em que parabenizou as partes pelo acordo, indicando essa via como a mais inteligente. "A Justiça do Trabalho teve grande importância nesse processo que veio beneficiar tanto as partes, quanto a sociedade de um modo geral que recebe diretamente esse grande reforço para a saúde", expressou.

Após cada prefeito também registrar os seus agradecimentos, os Termos de Doação foram assinados pelos respectivos chefes do poder executivo de cada município.

Pela Justiça do Trabalho também acompanharam o técnico Judiciário Joaquim Camelo Júnior e o oficial de Justiça Avaliador Raul Pimenta Nogueira.

Sobre a Ação Civil Pública

O objeto da ACP foi um acidente de trabalho no município de Parecis/RO que culminou com o falecimento de seis trabalhadores peruanos, fato que comoveu a sociedade local e teve repercussão internacional. O acordo de R\$ 5 milhões, relativo à condenação por dano moral coletivo, foi homologado pela juíza do Trabalho Fernanda Antunes Marques Junqueira, que atuou na Vara do Trabalho de Rolim de Moura/RO, com a presença do procurador do Trabalho Allysson Feitosa Torquato Scorsafava. O valor contemplou a aquisição de 26 ambulâncias de simples remoção, um ônibus com capacidade para 46 pessoas e acessibilidade plena e um micro-ônibus com 22 lugares, também com acessibilidade plena.

Cronograma de entregas

As primeiras cinco ambulâncias já foram entregues no último dia 28, em Colorado do Oeste/RO, aos municípios rondonienses de



Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Chupinguaia e do próprio Colorado do Oeste. As próximas unidades serão entregues nas seguintes datas: 31/01, para Ji-Paraná/RO, Governador Jorge Teixeira/RO, Ouro Preto do Oeste/RO, Teixeiraópolis/RO, Jaru/RO, Urupá/RO, Alvorada do Oeste/RO e Presidente Médici/RO; 01/02, para Ariquemes/RO, Alto Paraíso/RO, Candeias do Jamari/RO, Monte Negro/RO e Cacaulândia/RO; e em 12/02, ocasião em que será entregue ao município de Rolim de Moura/RO o ônibus e o micro-ônibus.

(Processo nº 000050-50.2016.5.14.0131)

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre - Colaboração: VT de Rolim de Moura/RO)

Justiça do Trabalho segue calendário de entrega de ambulâncias na Região Central de Rondônia

31/01/19



A Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre dá prosseguimento ao calendário de entrega de ambulâncias relativa ao acordo homologado em uma ACP pela Vara do Trabalho de Rolim de Moura. Nesta quin-

ta-feira, 31/1 os municípios de Ji-Paraná, Alvorada D'Oeste, Presidente Médici, Jaru, Ouro Preto, Teixeiraópolis Urupá e Jorge Teixeira receberam os veículos, ficando cada um deles com uma ambulância para as suas respectivas Secretarias de Saúde, o que deve beneficiar os moradores com mais agilidade em seus deslocamentos para tratamento de saúde.

O evento de entrega, realizado em frente a Delegacia de Saúde de Ji-Paraná, contou com representantes da Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, representante da empresa Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, além de prefeitos e secretários dos municípios. Para o juiz da 2ª Vara de Ji-Paraná, Thia-

go Alberto de Sousa, o evento se reveste da maior importância, pois as ações conjuntas do MPT e Justiça do Trabalho resultaram em benefícios para a população. “Este evento destaca a importância da atuação da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho em demandas dessa natureza em que, quando se constata um eventual dano coletivo causado por uma empresa, busca-se compensar a sociedade pelo infortúnio por ela experimentado. A ocasião serve também para demonstrar à população o quanto a jurisdição trabalhista é necessária para a reparação e para a consolidação dos direitos trabalhistas e sociais de uma maneira geral” enfatizou o magistrado.

Onias Estevan Pereira Filho, representante do MPT entende que o órgão vem cumprindo sua missão que é fiscalizar e buscar o cumprimento da legislação trabalhista visando o bem comum da sociedade. “Essa ação que resultou na entrega de dezenas de veículos espalhados por todo estado, vai possibilitar aos administradores do setor de saúde a melhor prestação de serviços para os seus cidadãos” concluiu.

O Prefeito de Urupá Célio Lang elogiou a iniciativa, ressaltando que o veículo recebido vai contribuir decisivamente para melhoria dos serviços da Secretaria de Saúde do seu município. “Esse veículo chega em boa hora, pois com mais essa ambulância poderemos alcançar um número maior de pessoas que necessitam dos serviços de saúde. Atualmente

é um dos setores de maior complexidade para se administrar, devido as grandes demandas e pequenos aportes financeiros”, conclui Lang..

Já Alexandre Julio Ferreira, representante da empresa Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, responsável pela linha de transmissão de Porto Velho a Araraquara em São paulo, deixou claro que o objetivo da ação é o fortalecimento da saúde em Rondônia, após diagnóstico das principais necessidades realizado pela empresa, resultando na aquisição das ambulâncias. Com isso, busca-se o bem comum de todos, não se furtando às suas obrigações como contribuinte e geradora de empregos. “Nossa empresa sempre se pautou pelo respeito às normas do país e pelo respeito ao trabalhador, por isso da decisão conjunta de prestar mais essa contribuição ao setor de saúde do estado de Rondônia, entregando esses 28 veículos, que esperamos ser de grande valia para todos”.

Sobre a Ação Civil Pública

O objeto da ACP foi um acidente de trabalho no município de Parecis/RO que culminou com o falecimento de seis trabalhadores peruanos, fato que comoveu a sociedade local e teve repercussão internacional. O acordo de R\$ 5 milhões, relativo à condenação por dano moral coletivo, foi homologado pela juíza do Trabalho Fernanda Antunes Marques Junqueira, que atuou na Vara do Trabalho de Rolim de Moura/RO, com a presença do procurador do



Trabalho Allysson Feitosa Torquato Scorsafava. O valor contemplou a aquisição de 26 ambulâncias de simples remoção, um ônibus com capacidade para 46 pessoas e acessibilidade plena e um micro-ônibus com 22 lugares, também com acessibilidade plena.

Cronograma de entregas

As primeiras cinco ambulâncias já foram entregues no último dia 28/1, em Colorado do Oeste/RO, aos municípios rondonienses de Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Chupinguaia e do próprio Colorado do Oeste.

No dia 29/1 foram entregues aos municípios de Rolim de Moura, Nova Brasilândia do Oeste, Castanheiras, São Felipe do Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Primavera de Rondônia e Parecis.

A próxima e última entrega será nesta sexta-feira (1/2), na cidade de Ariquemes, contemplando Alto Paraíso, Candeias do Jamari, Monte Negro, Cacaulândia e o próprio município de Ariquemes/RO; e está prevista ainda para o dia 12 de fevereiro a entrega ao município de Rolim de Moura/RO de um ônibus e um micro-ônibus.

*(Secom/TRT14 | Colaboração: Jairo Pereira/
JT de Ji-Paraná)*

Justiça do Trabalho conclui em Ariquemes (RO) a agenda de entrega das 26 ambulâncias

04/02/19



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT14 (RO/AC), por meio da 2ª Vara e Fórum Trabalhista de Ariquemes, interior de Rondônia, concluiu na sexta-feira (1º/2) a agenda de entrega das 26 ambulâncias aos municípios do interior de Rondônia, restando apenas um ônibus e micro-ônibus, que serão entregues dia 12 de fevereiro ao município de Rolim de Moura/RO.

Na sexta-feira foram entregues ambulâncias equipadas aos municípios de Ariquemes,

Alto Paraíso, Cacaulândia, Monte Negro e Candeias do Jamari (RO), ficando cada um deles com uma ambulância para as suas respectivas Secretarias de Saúde, o que deve beneficiar os moradores com mais agilidade em seus deslocamentos para tratamento de saúde. A entrega foi no pátio do Centro Administrativo Dr. Carpintero.

A juíza Cleide Aparecida Barbosa Santini, titular da 2ª Vara do Trabalho e diretora do Fórum Trabalhista de Ariquemes, na oportuna-



de representou o TRT14. Estiveram presentes o representante da empresa Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, Alexandre Júlio Ferreira; o prefeito de Ariquemes, Thiago Flores; prefeito de Cacaulândia Edir Alquieri; prefeito de Monte Negro, Evandro Marques da Silva; prefeita de Cacaulândia, Helma Amorim; prefeito de Candeias do Jamari, Luís Ikenohuchi, além de representante do legislativo municipal, vereador Zul Pinheiro, além de secretários e servidores.

Durante o evento, a juíza Cleide Aparecida Barbosa Santini destacou “a importância do papel social da Justiça do Trabalho, na promoção de ações dessa natureza”, viabilizando ações que beneficiam a população de um modo em geral, sendo que a entrega das ambulâncias figura apenas uma dentre várias ações sociais promovidas pelo Poder Judiciário Trabalhista.

Sobre a Ação Civil Pública

O objeto da ACP foi um acidente de trabalho no município de Parecis/RO que culminou com o falecimento de seis trabalhadores peruanos, fato que comoveu a sociedade local e teve repercussão internacional. O acordo de R\$ 5 milhões, relativo à condenação por dano moral coletivo, foi homologado pela juíza do Trabalho Fernanda Antunes Marques Junqueira (foto), que atuou na Vara do Trabalho de Rolim de Moura/RO, com a presença do pro-

curador do Trabalho Allysson Feitosa Torquato Scorsafava. O valor contemplou a aquisição de 26 ambulâncias de simples remoção, um ônibus com capacidade para 46 pessoas e acessibilidade plena e um micro-ônibus com 22 lugares, também com acessibilidade plena.

Cronograma de entregas

As primeiras cinco ambulâncias foram entregues dia 28/1, em Colorado do Oeste/RO, aos municípios rondonienses de Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Chupinguaia e do próprio Colorado do Oeste.

No dia 29/1, outras oito foram entregues aos municípios de Rolim de Moura (duas), as demais uma para cada um dos seguintes municípios: Nova Brasilândia do Oeste, Castanheiras, São Felipe do Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Primavera de Rondônia e Parecis (RO).

Dia 31/1 aos municípios de Ji-Paraná, Alvorada D'Oeste, Presidente Médici, Jaru, Ouro Preto, Teixeiraópolis, Urupá e Jorge Teixeira (RO), foram entregues mais 8, totalizando 26 ambulâncias totalmente equipadas.

A entrega de um ônibus e um micro-ônibus está programada para o próximo dia 12 de fevereiro ao município de Rolim de Moura/RO.

Para o presidente do TRT14, desembargador Osmar Barneze, a entrega desses 28 veículos tem um significado muito importante acerca da efetividade da Justiça do Trabalho, ao apreciar suas demandas, e o mais importante que retorna para a própria sociedade uma multa oriunda de um acordo firmado em uma ACP. A Justiça do Trabalho sempre teve em sua missão a pacificação social, isso fica demonstrado na atuação dos magistrados e servidores que atuam em Rondônia e Acre, concluiu o desembargador.

(Secom/TRT14)

Rolim de Moura recebe dois veículos de transporte coletivo da Justiça do Trabalho, fruto de acordo em ACP

14/02/19



A Justiça do Trabalho de Rolim de Moura entregou, na última segunda-feira (11/2) um ônibus e um micro-ônibus ao município de Rolim de Moura (RO). Com isso concluiu as entregas dos 28 veículos, frutos de uma Ação Civil Pública - ACP impetrada pelo Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT14), cujo objeto da ação foi a reparação por dano moral coletivo decorrente de acidente de trabalho no município de Parecis/RO, que culminou com o falecimento de seis trabalhadores, fato que comoveu a sociedade local e teve repercussão internacional.

O acordo judicial parcial de R\$ 5 milhões, relativo à reparação por dano moral coletivo, foi homologado pela Vara do Trabalho de Rolim de Moura/RO, com a presença da procuradoria do MPT no Município de Ji-Paraná. O valor contemplou a aquisição de 26 ambulâncias de simples remoção que foram entregues a 25 municípios do Estado, um ônibus com capacidade para 46 pessoas e acessibilidade plena e um micro-ônibus com 22 lugares, também com acessibilidade plena.

A entrega dos veículos ao município de Rolim de Moura contou com a presença do Prefeito da cidade, Luiz Ademir Schock, do diretor

de secretaria da Vara do Trabalho, Jorge Batista dos Santos, das secretarias municipais de Saúde e da Educação, Simone Aparecida Paes e Vania Regina, a oficial de justiça Ana Gabrielle Ladislau Sena, o servidor José Vieira de Araújo e o representante da empresa Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, Alexandre Júlio Ferreira.

O diretor da Vara do Trabalho, Jorge Batista dos Santos, informou que esses veículos que o município recebeu, frutos de Ação Civil Pública, é mais uma ação, das diversas realizadas pela Justiça do Trabalho, que reafirma sua missão de realizar justiça com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania. "A reparação está sendo investida diretamente na sociedade lesada pelo dano. A Justiça do Trabalho, com a ação do MPT, direcionou esse repasse para o município destinando a uma área muito sensível e ainda carente, que é a saúde", finalizou.

O representante da empresa Norte Brasil, Alexandre Júlio, destacou que a ação, fruto do acordo judicial, teve como objetivo reforçar o sistema de Saúde de Rondônia e melhorar a qualidade de vida da população do Estado, sendo que essa necessidade foi identificada pelo diagnóstico resultado de um estudo re-

alizado pela companhia no Estado. “A NBTE agradece à Justiça do Trabalho e ao MPT pela seriedade na condução das atividades e externamos a grata satisfação por poder concluir esse projeto de extrema importância com êxito, em respeito à ética e responsabilidade social da companhia”, disse.

O prefeito agradeceu ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14 - RO/AC) e Ministério Público do Trabalho - MPT que pen-

saram na população de Rolim de Moura e lembrou que os pacientes que dependem de se deslocar a outros municípios para tratamento de saúde viajarão em veículos novos. O micro-ônibus será disponibilizado pelos pacientes renais crônicos que fazem hemodiálise em Cacoal. O prefeito frisou ainda que Rolim de Moura está melhorando em todos os sentidos e a saúde tem recebido muitos investimentos.

(Secom/TRT14 | Colaboração: VT de Rolim de Moura)

Conciliação na Justiça do Trabalho viabiliza a entrega de UTI Neonatal, Centro Obstétrico e ampliação da Casa de Parto ao Hospital Regional de Vilhena/RO

18/02/19



A Justiça do Trabalho, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), realizou na sexta-feira (15), em Vilhena/RO, uma audiência pública para a entrega de uma UTI Neonatal, um Centro Obstétrico e a ampliação da Casa de Parto Normal no Hospital Regional de Vilhena.

O investimento é fruto de um acordo homologado pela Justiça em fevereiro de 2017 para

o pagamento de indenização por danos morais coletivos pela JBS/SA, no valor total de R\$ 3,5 milhões, em uma ação civil pública ingressada pelo MPT que noticiou o descumprimento de normas trabalhistas. Além do reforço para a saúde do município, o recurso também serviu para construção do novo prédio do Conselho Tutelar e da Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ambos já entregues à sociedade.



No caso do Hospital Regional de Vilhena, foram investidos quase R\$ 2,5 milhões nas obras e aquisição de equipamentos.

Nesse processo, uma comissão interna criada pela Vara do Trabalho foi responsável pela fiscalização das obras, onde participou ativamente dos projetos, licitações, pagamentos e das compras diretas efetuadas, coordenada pela juíza do trabalho Fernanda Antunes Marques Junqueira. A magistrada foi efetivamente a responsável pelas articulações que culminou na homologação do acordo, cuja instrução e a sentença no processo contou com a participação direta do juiz Titular da VT de Vilhena, André Sousa Pereira, que também esteve presente na solenidade de entrega da obra.

Condições térmicas do ambiente de trabalho

De acordo com o processo e o teor da sentença proferida, à época, pelo juiz do trabalho Titular da referida Vara do Trabalho, André Sousa Pereira, a empresa empregadora não concedia o intervalo previsto no art. 253 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que perdurou até a concessão do pleito de antecipação de tutela. A respectiva condenação a título de reparação por dano moral coletivo, foi mantida pelo TRT da 14ª Região e pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, quando, então, transitou em julgado. Na fase de execuções, então, celebrou-se o acordo com o fim de destinar a aplicação dos recursos.



Diz a CLT no referido artigo que “para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 1 hora e 40 minutos de trabalho contínuo será assegurado um período de 20 minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo”.

Assim, a Justiça determinou à empresa o cumprimento da norma e a implementar os intervalos, sob pena de multa no valor de R\$ 800 mil, bem como o pagamento da indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 3 milhões.

O acordo homologado previu novamente o cumprimento da legislação quanto à implementação dos intervalos e, além da destinação do valor da indenização, o aprimoramento dos controles de pausas, por meio de um sistema eletrônico de identificação.

(Ação Civil Pública nº 000481-93.2012.5.14.0141)

(Secom/TRT14 | Fotos: Folha do Sul)

Entidades filantrópicas e trabalhadores em Ji-Paraná/RO são beneficiados com acordo na Justiça do Trabalho

20/02/19



Um acordo homologado pela Justiça do Trabalho em Ji-Paraná/RO deve garantir o pagamento das verbas rescisórias e outros créditos devidos aos empregados do Supermercado Bom Dia, que fechou as portas no último dia 4. Além disso, vai ajudar entidades beneficentes com a doação de mercadorias.

A conciliação foi realizada pela 1ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/RO, no último dia 18, em ação cautelar inominada de bloqueio de número e indisponibilidade de bens ingressado pelo Ministério Público do Trabalho contra o Supermercado Bom Dia e o Supermercado Taí Max.

Além do chamamento das entidades para receber a mercadoria de produtos rejeitados (que não foram vendidos na queima do estoque), o Supermercado Taí Max, que faz parte do mesmo grupo econômico, deverá realizar o repasse de R\$ 245.655,45 em conta judicial, oriundo da venda da mercadoria, em parcelas de R\$ 15 mil por semana, até a integralidade do débito. Com isso, ficará quitado ainda o

Termo de Ajuste de Conduta firmado em 2014 com a empresa demandada, a qual havia se comprometido em realizar o pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente, sob pena de pagamento de multa de R\$ 5 mil por cada mês em que ocorresse a infração.

O acordo foi homologado pelo juiz do Trabalho Titular, Carlos Antônio Chagas Júnior.

Ao todo, 23 instituições se credenciaram junto à unidade trabalhista para receber as doações, dentre elas a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Paróquia São José, Biblioteca Cyro Escobar, Secretaria de Assistência Social, Fundação Cultural de Ji-Paraná/RO, Comunidade Terapêutica Monsenhor Gabriel Mercol e a Associação de Amigos da Orquestra.

Motivos da ação

O ingresso da ação trabalhista foi motivado por notícias recebidas pela Procuradoria Re-

gional do Trabalho da 14ª Região em Ji-Paraná/RO da existência de irregularidades trabalhistas, atrasos salariais, ausência de depósitos de FGTS e INSS, além de outros descumprimentos reiterados pela empregadora.

Segundo as denúncias colhidas, os trabalhadores estavam há mais de seis meses sem receber salários, trabalhando sob ameaça de demissão imotivada.

Assim, no dia 08 de fevereiro de 2019, compareceram à Procuradoria diversos trabalhadores relatando a ocorrência de demissão em massa no Supermercados Bom Dia, sem a participação do Sindicato da categoria, além da não quitação das parcelas salariais vencidas ou das verbas rescisórias correspondentes.

Conforme narra a petição do MPT, o Supermercados Bom Dia fechou na segunda-feira (04/02/2019). O proprietário do estabelecimento informou que venderia todas as mercadorias para o Supermercado Taí Max do bairro

2 de Abril. Disse, que utilizaria os valores para pagar os funcionários. Na segunda-feira os caixas passaram as mercadorias de 8h à 20h, sem pausa. Acredita-se que foi vendido mais de R\$ 500 mil em mercadorias. O proprietário ainda pediu para que os funcionários fossem limpar o supermercado na terça-feira e que na quinta-feira ele pagaria o salário em atraso e falaria sobre a rescisão de todos os funcionários. Quando chegou quinta-feira, os trabalhadores foram para a reunião para resolver sobre o pagamento e rescisão do contrato, mas o proprietário disse que não tinha dinheiro para pagar nada e nem ninguém. Afirmou que a justiça tinha `congelado` o dinheiro e que ele não tinha como pagar, que eles só teriam como receber por meios judiciais.

Em face da situação, o MPT afirmou que não restou alternativa senão ajuizar a Ação Cautelar para tornar indisponíveis os bens móveis e imóveis das empresas.

(Processo n. 0000107-86.2019.5.14.0091)

(Secom/TRT14)

Entidades de Ji-Paraná/RO são beneficiadas com destinações da Justiça do Trabalho

25/02/19



Diversas instituições assistenciais de Ji-Paraná/RO receberam da Justiça do Trabalho na sexta-feira (22) ampliações estruturais, bens, materiais e equipamentos de trabalho. Os benefícios são frutos da execução

de um Termo de Ajuste de Conduta em face do Frigorífico Tangará, no valor de R\$ 303,4 mil.

A solenidade de entrega às entidades aconteceu na Creche Grilo Falante, situado no bairro Novo Ji-Paraná, ocasião em que a quadra coberta da entidade foi inaugurada. Além da quadra, também reformou e ampliou o seu refeitório, graças à destinação de R\$ 64,2 mil. As demais atendidas foram: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que recebeu um veículo da marca Chevrolet SPIN, com cinco lugares, no valor de R\$ 87,9 mil; Associação Casa de Nazaré, que com R\$ 83,5 mil construiu, climatizou e equipou o auditório e sala de ví-



deo; e a Secretaria de Municipal da Assistência Social que recebeu R\$ 43,1 mil para a aquisição de brinquedos e materiais de recreação com vistas ao Projeto Construindo Laços Afetivos e Comunitários, R\$ 1,6 mil para o Projeto Pipo e Fifi, R\$ 8,2 mil para a aquisição de livros infanto-juvenis e ampliação do acervo total da Biblioteca Cyro Escobar, e R\$ 13,2 mil para o Centro Educativo Dom Bosco para a compra de diversos itens para a prática esportiva.

O retorno social foi ressaltado na oportunidade pelo juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/RO, Carlos Antônio Chagas Júnior. “Essas ações se revestem de importância ímpar, pois volta-se para atender a população dos bairros com menor Infraestrutura e pouca presença das instituições oficiais, sendo esse o papel de toda a sociedade e a Justiça do Trabalho de Ji-Paraná não deixa de cumprir com o seu papel social, estando aberta para as entidades que buscam firmar parceria com essa instituição”, afirmou.

Criada em 2000, logo após a invasão da área que pertencia ao antigo Colégio Agrícola, a Creche Grilo Falante tem enfrentado grandes desafios para se manter de portas abertas. Antes da destinação dos valores a diretora havia anunciado o fechamento de suas portas por falta de recursos. Com 75 crianças atendidas

em um bairro com população de baixa renda, sua manutenção é feita com doações da população e empresários, além de recursos oficiais. Emocionada, a diretora Angelita Pereira agradeceu a intervenção positiva do TRT.

Já o representante da APAE, Belmiro Barriera, expressou sua enorme alegria de ver realizado um sonho de quase 20 anos com a aquisição do automóvel. “A compra deste veículo é de enorme importância para a nossa entidade, pois há muito tempo planejamos a compra de um carro. Agora com essa conquista poderemos servir melhor aos nossos alunos”, frisou. A instituição atende atualmente cerca de 280 alunos.

Ao ser contemplada, a Associação Casa de Nazaré, criada em 2002, também evidenciou as dificuldades para atender a população de baixa renda. A presidente Isabel Maia Galvão falou do grande desafio em atender 175 crianças matriculadas, funcionando somente com doações da sociedade e poucos recursos oficiais. “Este valor recebido foi como uma obra divina, pois nos permitiu a estruturação no auditório e na sala de vídeo, o que contribuirá e muito na educação dos nossos alunos”, enfatizou.

(Secom/TRT14 | Colaboração: Jairo Pereira/1ª VT de Ji-Paraná)

Justiça do Trabalho Itinerante inicia atendimentos no dia 11 pela Ponta do Abunã em RO e Senador Guiomard no Acre

08/03/19



A Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre inicia na próxima segunda-feira (11) os atendimentos itinerantes nas localidades que não possuem Vara do Trabalho. Em Rondônia as atermações, fase em que são colhidas as reclamações trabalhistas, começam pela Ponta do Abunã, no distrito de Vista Alegre do Abunã. No Acre, simultaneamente, os atendimentos iniciam no município de Senador Guiomard.

Na mesma semana, o Programa Vara do Trabalho Itinerante do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC) estará nos distritos de Extrema (12/03) e de Nova Califórnia (13/03), ambos pertencentes à capital Porto Velho. Enquanto isso no estado acreano, o serviço chega nos municípios de Capixaba (12/03), Xapuri (13/03) e Assis Brasil (14/03).

A Secretaria Judiciária do Regional orienta os cidadãos com interesse nos atendimentos a terem em mãos os documentos pessoais e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), além de outros documentos que julgar

necessário para o registro da reclamação trabalhista. A data das audiências já estão disponíveis no Portal do TRT.

Justiça mais próxima

A vocação itinerante da Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre remete desde os anos 2000, com vistas sempre a alcançar, por atendimento direto, todos os municípios e alguns distritos dos estados da jurisdição da 14ª Região, os quais não possuem Varas do Trabalho instaladas.

De acordo com o secretário da Secretaria Judiciária, José Corsino Junior, além de buscar uma maior aproximação da Justiça, o programa propicia aos moradores dessas localidades o exercício da cidadania, onde também recebem orientações sobre os direitos e deveres trabalhistas.

Ao todo serão atendidas 69 localidades, abrangendo 100% da jurisdição.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)

CEJUSC - Intérprete garante o sucesso de conciliação na Justiça do Trabalho com reclamante surdo

11/03/19



Com o apoio de um intérprete, a Justiça do Trabalho homologou nesta segunda-feira (11) um acordo entre um empregado surdo e a empresa Coimbra Importação e Exportação Ltda. A audiência foi realizada no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejus), no Fórum Trabalhista de Porto Velho.

Na conciliação presidida pelo juiz do Trabalho Luiz José Alves dos Santos Júnior, as partes concordaram em dar plena e geral quitação da relação de trabalho, reconhecendo a demissão sem justa causa do trabalhador. A empresa comprometeu-se em pagar ao reclamante a importância de pouco mais de R\$ 2 mil e a multa de 40% do FGTS até o dia 25 de março de 2019.

Além disso, a empresa firmou o compromisso de, se necessário, prestar boas referências do empregado a terceiros, bem como proceder a anotação de baixa na Carteira de Trabalho e de Previdência Social.

Para o magistrado, a presença do intérprete em Libras, Eduardo Lima Brito, foi fundamental para a transação do acordo na ação trabalhista oriunda da 6ª Vara do Trabalho de Porto Velho. “Esse apoio foi muito importante para que a demanda fosse resolvida. Nosso Regional tem investido cada vez mais na capacitação de seus membros para garantir maior acessibilidade e inclusão daqueles que procuram a Justiça Trabalhista”, afirmou.

A audiência contou ainda com a presença do servidor Nilson Marcelino da Silva e da colaboradora Luana Zanini dos Santos, como alunos da Escola Judicial no Curso de Libras aplicado à Justiça do Trabalho.

(Processo n. 0000106-65.2019.5.14.0006)

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)

Grupo de Ações Penitenciárias Especiais recebe equipamentos táticos da Justiça do Trabalho em Rolim de Moura/RO

03/05/19

A Vara do Trabalho de Rolim de Moura/RO, no último dia 26, fez a doação de equipamentos de proteção e anti-tumulto ao Grupo de Ações Penitenciárias Especiais (GAPE) de Rolim de Moura/RO. Os equipamentos, adquiridos com recursos de

penalidades aplicadas em ações trabalhistas, foram compostos por escudos de polímero, joelheiras, caneleiras, capacetes com viseiras, bastões de fibra, luvas táticas de proteção e cotoveleiras táticas MB Slim.

O juiz do Trabalho Titular, José Roberto Coelho Mendes Junior, por ocasião da entrega dos equipamentos, destacou a importância do trabalho do GAPE nas ações de prevenção a rebeliões, motins, fugas, arrebatamentos de aprisionados e outras ocorrências que colocam em risco a segurança de pessoas e dos estabelecimentos penais. “A segurança é fator essencial nessas ações, tanto da coletividade, como dos profissionais que desempenham esse trabalho. Daí a importância de estarem munidos de equipamento de proteção”, ressaltou.

O GAPE foi criado no Estado em junho de 2017, com o objetivo de intervir em situações de motins e rebeliões dentro das unidades prisionais, tendo por finalidade a manutenção da ordem e a disciplina, resguardando a segurança dos presos, dos internos, dos servidores, dos visitantes, das instalações e do patrimônio público, utilizando-se, para tanto, das técnicas e equipamentos antimotim e de controle de distúrbios.



Os equipamentos de proteção foram entregues aos agentes penitenciários Franciole Soares Ferreira, chefe do GAPE Rolim de Moura, Robério Marcos, José Adriano Bezerra, Antonio Lorentino Bianque, Vladimir Raimundo Pereira e Leandro Alves Neris.

(Jorge Batista/VT de Rolim de Moura/RO |

Edição e revisão: Secom/TRT14)

Justiça do Trabalho de RO e AC economiza recursos e dá celeridade em processos com o uso de tecnologias

10/05/19

Com o advento do Processo Judicial Eletrônico, é inegável que o uso de tecnologias vêm contribuindo cada vez mais para a celeridade na tramitação dos processos e na garantia do acesso à Justiça.

No âmbito da Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre, a adoção dos meios tecnológicos tem sido também uma aliada na economia de recursos materiais e financeiros, principalmente nos casos da ausência temporária do juiz titular nas Varas do Trabalho. Em face disso, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC), desembargador Osmar J. Barneze, tem determi-

nado que seja uma constante essa prática nas unidades judiciárias de recorrer aos recursos tecnológicos.

“Em que pese a crise econômica do país e a limitação dos recursos orçamentários, a Justiça do Trabalho tem realizado esforços para garantir a efetividade e celeridade nos processos trabalhistas, com vistas a não prejudicar o jurisdicionado que busca solução para as suas demandas”, ressaltou o presidente.

O presidente ressaltou ainda que a medida é importante para o Regional e para a sociedade, tanto que até posses de desembargadores



e juízes de primeiro grau já foram realizadas por meio de videoconferência, a exemplo da posse do novo juiz titular da Vara do Trabalho de Feijó-AC, Vicente Angelo Rego, ocorrida na manhã desta sexta-feira dia 10 de maio, conclui Barneze.

De acordo com a Corregedoria Regional do TRT-RO/AC, neste ano ao menos 15 juízes do trabalho substitutos já realizaram trabalhos remotos em unidades judiciárias.

Foi o caso do juiz do trabalho substituto da 1ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC, Augusto Nascimento Carigé, que realizou audiências por videoconferência em auxílio à Vara do Trabalho de Cacoal/RO, nos dias 6 e 7 de maio, em face das férias da juíza titular e da licença maternidade da juíza substituta da referida unidade. Os quase mil quilômetros que separam os dois municípios não foram barreira para que o Magistrado realizasse audiências por videoconferência, onde foi possível a tomada de depoimento de partes, inquirição de testemunhas e o encerramento da fase de instrução, deixando aptos processos para julgamento sem a necessidade de aguardar a magistrada titular retornar das férias.

Além disso, ainda por videoconferência, Carigé homologou acordo entre as partes de um processo, solucionando o conflito de forma consensual. Em outras ações também prolatou diversos despachos, digitando diretamente na ata, via acesso remoto, podendo as partes acompanhar em tempo real tudo que o juiz figurava no documento. “Nos processos que estavam na fase inicial, a audiência por videoconferência serviu para impulsioná-los, recebendo a defesa, concedendo prazo para manifestação da parte contrária e decidindo os incidentes processuais (pedidos formulados pelas partes e advogados) na própria audiência”, ressaltou.

Por um lado “a videoconferência é uma importante ferramenta para viabilizar o acesso à justiça de forma célere e tempestiva, evitando prejuízo às partes, notadamente nos casos em que, por circunstâncias extraordinárias, a presença física do juiz resta impossibilitada”. Por outro, a Justiça do Trabalho economiza diárias, passagens, tempo e ganha maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional, reforçou o juiz.

*(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre -
Colaboração: Corregedoria Regional)*

Justiça do Trabalho beneficia Corpo de Bombeiros por resultado de ação em Sena Madureira

19/06/19



A Justiça do Trabalho em Sena Madureira, interior do Estado do Acre, em conjunto com Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT), por meio juiz Eduardo Antônio O'Donnell Galarça, titular da Unidade trabalhista, realizou a entrega de equipamentos para unidade do Corpo de Bombeiros da cidade, no dia 12 de junho. Os bens são frutos de conversão de execução de multa de execução de Termo de Ajuste de Conduta - TAC não cumprido, e de uma Ação Civil Pública impletrada pelo Ministério Público do Trabalho da 14ª Região.

Com relação à conversão desta multa o juiz Eduardo Galarça destacou ainda que: "isso mostra que quando se trabalha com responsabilidade, comprometimento e com respeito aos recursos disponíveis (no caso o dinheiro) coisas grandiosas podem acontecer. E, com isso, quem ganha são os cidadãos, destinatários finais dos serviços prestados pelo Judiciário, MPT e pela Corporação dos Bombeiros". O

magistrado completou ainda, que, "essa destinação também representa a consolidação da presença da Justiça do Trabalho neste município, trazendo às comunidades de Sena Madureira, Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano a certeza de que sempre serão reconhecidos como verdadeiros cidadãos", concluiu o titular da VT de Sena Madureira.

De acordo com Comandante Geral dos Bombeiros no Estado do Acre, Coronel Carlos Batista da Costa, os equipamentos doados serão utilizados para treinamento e aperfeiçoamento em primeiros socorros e também como material pedagógico para demonstração e ensino de estudantes e das populações ribeirinhas, como é o caso do Manequim BRAD RCP. A modernização do barco de salvamento propiciará maior agilidade e conforto para os membros da corporação e também para o transporte de doentes que vivem ao longo dos rios e das colocações da região. Além disso, as máscaras de mergulho (FullFace), com

comunicador por voz, permitirá a comunicação entre mergulhadores e o pessoal de apoio (embarcado). Por fim, agradeceu a parceria firmada e enalteceu a atitude da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho na doação dos equipamentos.

Com os recursos foi possível viabilizar diversos bens como: um Manequim BRAD RCP, vital para treinamento e aperfeiçoamento em primeiros socorros. Os valores também foram aplicados na modernização do barco de salvamento do Corpo de Bombeiros, pintura e inscrição do nome na fuselagem. Colocação de bancos, toldo, acelerador e comando de direção, além de máscara de mergulho (FullFace), com comunicador por voz, permitindo a comunicação entre mergulhadores e o pessoal de apoio (embarcado).

O juiz enfatizou que o mergulho era realizado anteriormente de forma artesanal, por meio de uma corda, onde determinada quantidade de “puxões” correspondia a situação. Ao todo, os equipamentos custaram R\$: 35.338,00 e com essa doação, o Corpo de Bombeiros poderá usufruir de mais segurança em seu trabalho e oferecer uma melhor qualidade de resgate para a população, disse o magistrado.

Também acompanharam a solenidade de entrega os servidores da Justiça do Trabalho e comandante da corporação de Sena Madureira, 2º Tenente Antonio Juscelino de Souza Pachêco e o comandante do 6 BEPCIF (Batalhão de Educação, Proteção Ambiental e Combate a Incêndio florestal).

(ExTAC: 0000471-33.2013.5.14.0426 |

ACP: 0010335-61.2014.5.14.0426)

(Secom/TRT14 | Mirna Carolina/Celso Gomes -

Colaboração: VT de Sena Madureira)

Vara Itinerante da Justiça do Trabalho atende comunidades isoladas na fronteira peruana

A fumaça, oriunda das queimadas e que prejudicam a visibilidade na aviação, marcou o cenário natural em Jordão/AC e nos demais municípios atendidos pela Vara Itinerante

23/08/19



Em mais um ciclo das Varas Itinerantes na fronteira peruana, a Justiça do Trabalho da 14ª Região, que abrange os estados

de Rondônia e Acre, realizou atendimentos de 20 a 23 de agosto às comunidades quase isoladas nos municípios acreanos de Santa

Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter.

As dificuldades de acesso foram alguns dos principais desafios a serem vencidos pela equipe de servidores do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, Milton Mesquita e Hilário Nascimento, para receber as reclamações trabalhistas. Como inexistem meios de locomoção pela via rodoviária, devido à precária infraestrutura urbana, a região permite somente o deslocamento via aérea ou fluvial, sendo a primeira opção mais viável à Justiça Trabalhista, já que a viagem por barco levaria vários dias.

Para cumprir a missão, os servidores ainda fazem uso de canoas para transpor rios como o Juruá, em Marechal Thaumaturgo, ou carro de boi para chegar até os prédios cedidos pelo Poder Público para os atendimentos.

“É sempre um privilégio participar das atividades itinerantes, principalmente para mim que amo trabalhar com atendimento, tal como foi em Santa Rosa do Purus, onde mais de 30 pessoas nos aguardavam”, relatou Mesquita que atuou na atermação.

Ele ressaltou também o contexto social, cultural e natural das microcidades que formam o Vale do Juruá e o Vale do Acre. “São lugares lindos, cuja biodiversidade é uma das maiores da Amazônia. As comunidades são formadas, em sua grande maioria, por etnias indígenas, onde somente em Jordão existem 32 aldeias, responsáveis por fomentar a economia local, seja pelo comércio ou pela venda de artesanatos”, afirmou.

Milton Mesquita realça ainda que, além dos obstáculos naturais, a Vara Itinerante também enfrenta alguns riscos para entregar Justiça às comunidades isoladas. Ele conta que as pistas de pouso encontram-se todas sem manutenção e com buracos em sua extensão. “A viagem torna-se mais perigosa ainda por conta dessa época de queimadas, em que a fumaça atrapalha a visibilidade”, revelou.



Responsável pelo Programa das Varas Itinerantes no âmbito do TRT14, o titular da Secretaria Judiciária de 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, José Corsino de Carvalho Baptista Junior, evidenciou a atuação da Justiça Trabalhista nessas regiões. “Além de integrar socialmente e levar conhecimento e justiça aos cidadãos, reforçamos a presença do Poder Judiciário próximo à população mais carente, buscando a defesa dos direitos dos trabalhadores e o cumprimento da missão institucional”, destacou.

De 24 a 27 de setembro, uma equipe composta por um magistrado e dois servidores retornarão a esses municípios para a realização das audiências. Será também uma oportunidade para a realização de ações de responsabilidade social do Regional, a exemplo do “Justiça do Trabalho Vai à Escola”.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre -
Fotos: Equipe Vara Itinerante)

Acordo na Justiça do Trabalho prevê a instalação de novas paradas de ônibus em Porto Velho como reparação pela greve

????????????????? <<<<<<<<<<<<



O Município de Porto Velho, Consórcio do Sistema Integrado Municipal de Transporte de Passageiros (SIM) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte Coletivo Urbano (Sitetuperon) formalizaram acordo na Justiça do Trabalho para a destinação e instalação de nove paradas de ônibus para atender as zonas sul, leste e no centro da Capital.

O objeto do acordo é uma compensação das partes no processo de dissídio coletivo de greve em face da desobediência de ordem judicial praticado pelas partes, no último movimento grevista dos trabalhadores do transporte coletivo.

Na audiência de conciliação presidida pelo desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, com a participação da procuradora do Trabalho Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos, o Sitetuperon compromete-se ainda em não deflagrar movimento grevista durante a vigência do acordo 2016/2020, ou seja, até 31 de março de 2020. Ficou designada uma multa de R\$ 100 mil, em caso de descumprimento.

De acordo com os termos, o Consórcio SIM e o Sindicato deverão adquirir a estrutura metálica até 10 de junho junto ao fornecedor. Já o Município terá o prazo de três meses, a partir do recebimento do material, para realizar a implantação das paradas. O descumprimento do acordo implicará multa no valor de R\$ 40 mil em desfavor da parte desobediente e por ato de descumprimento.

Na ocasião, o desembargador ressaltou a importância da conciliação, bem como a reversão da multa pecuniária em favor da população que foi penalizada pela greve. “A entrega de novas paradas de ônibus representa digna reparação, razão pela qual homologo este acordo, com a extinção do processo”, anotou.

O Ministério Público do Trabalho, por meio da procuradora, também registrou que a reversão da multa em benefício da sociedade prejudicada pela paralisação atende a uma finalidade social e efetiva reparação dos prejuízos causados pelo movimento grevista, causado tanto pelo sindicato, quanto pelo consórcio.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho Vai à Empresa

Justiça do Trabalho orienta empresários de São Miguel do Guaporé sobre Reforma Trabalhista

16/04/19



Juiz e servidores da Justiça do Trabalho no município de São Miguel do Guaporé/RO estiveram na Associação comercial e Industrial da cidade (ACISMG), na quinta-feira (11/4), para esclarecer empresários sobre as principais mudanças promovidas pela Reforma Trabalhista. A ação faz parte do programa de responsabilidade social do Tribunal Regio-

nal do Trabalho da 14ª Região intitulada “Justiça do Trabalho Vai à Empresa”.

Na ocasião, o juiz titular da Vara do Trabalho de São Miguel do Guaporé, Wadler Ferreira, interagiu com os cerca de 30 empresários explicando e tirando dúvidas sobre as mudanças mais pertinentes na legislação trabalhista, tais como verbas rescisórias, jornada de trabalho, trabalho intermitente, entre outros.

Além do magistrado, participaram da ação os servidores João Eldes Pereira, Sandra Paulino e Raquel Azevedo Oliveira de Souza.

(Secom/TRT14 | Colaboração: VT São Miguel Guaporé)

Justiça do Trabalho orienta empresários de Buritis (RO) sobre contrato de emprego e reforma trabalhista

26/04/19

Empresários de Buritis e região do interior de Rondônia participaram de atividade desenvolvida pela Vara do Trabalho de Buritis, na última terça-feira (23/4), no auditório da Associação Comercial e Industrial do município (ACIB). Na oportunidade, os servidores falaram aos empresários sobre as principais mudanças da reforma trabalhista e seus reflexos na aplicação.

Esse contato com os empresários locais é parte do programa de responsabilidade social do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, denominado “Justiça do Trabalho Vai à Empresa”.

Na ocasião o servidor Rafael Martins, interagiu com os cerca de 20 empresários presentes, esclarecendo sobre as mudanças mais pertinentes na legislação trabalhista, destacando sobre o acordo extrajudicial.



Martins tirou dúvidas sobre as penalidades no caso de não obediência e insubordinação por parte do empregado, explicou como é o procedimento no caso de advertências com relação a suspensão, entre outras questões.

A servidora Fabiana Ferreira, esclareceu algumas dúvidas dos representantes das empresas ali presentes, entre elas a respeito do contrato de emprego e deveres dos empregados. A atividade contou ainda com o apoio do servidor Edivan Araújo dos Reis Filho.

(Secom/TRT14 | Colaboração: VT Buritis)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho Solidária

Ação social - Entidades filantrópicas de Porto Velho recebem peças de vestuário de Bazar Solidário da Justiça do Trabalho

29/01/19



Cerca de 200 peças de vestuário, oriundas do Bazar Solidário realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC) em agosto de 2018, foram doadas no período de 18 a 23 de janeiro para o Centro de Recuperação - Refúgio Canaã, Lar Espírita André Luiz e à Casa do Ancião São Vicente de Paula.

O Refúgio Canaã foi fundado em 1986 pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Porto Velho e a partir de então, vem funcionando regularmente na recuperação de dependentes químicos, aliado ao trabalho social e religioso. O Lar Espírita André Luiz, localizado na zona leste de Porto Velho, funciona desde 1998, a instituição abriga idosos desamparados. Já a Casa do Ancião São Vicente de Paula funciona desde 1978, sendo um instituto estadual de longa permanência para abrigar os idosos a



partir de 60 anos que passam por abandono ou maus-tratos.

De acordo com a Seção de Programas Sociais da Secretaria de Comunicação Social e Eventos Institucionais do TRT, os fundos arrecadados pelo Bazar Solidário são utilizados nas ações sociais cobertos pelo Programa Justiça do Trabalho Solidária, cujo público-alvo abrange crianças, idosos e demais pessoas em vulnerabilidade social.

O Bazar foi realizado a partir de doações de roupas, calçados, utensílios de decoração, entre outros, por servidores e magistrados de Porto Velho/RO.

(Secom/TRT14 | Rayane Alexandre/Alberto Alves)



Justiça do Trabalho adere à campanha do “Bazar da Solidariedade” em prol das pessoas com deficiência intelectual

22/07/19



A Justiça do Trabalho recebeu nesta segunda-feira (22), no auditório da sede do Regional, a Associação Pestalozzi e o procurador do Ministério Público Federal (MPF), Reginaldo Trindade. A programação, destinada aos magistrados, servidores e estagiários, expôs a campanha “Bazar da Solidariedade: o amor é contagiante”, que acontecerá no dia 17 de agosto, das 10 às 22h, na quadra do SESI, em Porto Velho/RO.

A iniciativa visa angariar doações de objetos e roupas novas e usadas que, uma vez vendidas, servirão para auxiliar a Associação Pestalozzi de Porto Velho, no desempenho de suas importantes atividades. Alguns dos objetos selecionados pela organização serão oferecidos também em um leilão virtual até dia 12 de agosto, (portal do evento e leilão) através do qual as pessoas previamente cadastradas poderão ofertar lances para adquirir. Além disso, no dia do evento haverá atrações culturais, artísticas e recreativas, como shows musicais e apresentações de danças.

A Associação Pestalozzi atende há 41 anos pessoas com deficiência e busca resgatar valores como o amor ao próximo e solidariedade na sociedade porto-velhense.

O Bazar conta com o apoio da Presidência do Tribunal Regional da 14ª Região, que aderiu

à campanha, assim como o Tribunal de Justiça e outros órgãos, como a Casa Família Rosetta, UNIR, Movidos por Amor, AMA, Tribunal de Justiça, Ministério Público de Rondônia, Assembleia Legislativa, Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Contas do Estado, OAB-RO, entre outras.

As doações podem ser feitas nas caixas de coletas de qualquer uma dessas instituições ou ainda diretamente na Associação Pestalozzi, localizada na Rua Líbero Badaró, 3429, Bairro Costa e Silva, em Porto Velho.

Na Justiça do Trabalho haverá pontos de coletas na sede do TRT, na rua Almirante Barroso, 600; no Fórum Trabalhista, na Rua Prudente de Moraes, 2313, bairro Mocambo e no prédio que abriga a 6ª, 7ª e 8ª Varas do Trabalho, na Rua Afonso Penas, esquina com Marechal Deodoro, todos em Porto Velho. Mais informações na seção de Programas Sociais do Regional (69) 3218-6373 ou 6374, ou ainda pelo programas.sociais@trt14.jus.br

O procurador Reginaldo Trindade e a professora Elane Cardoso participaram ainda da gravação do programa Tema da Hora, na WebRádio14, que vai ao ar nesta terça-feira (23), às 11h, na rede interna do Regional.

(Secom/TRT14 | Celso Gomes/Luiz Alexandre)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Justiça do Trabalho de Portas Abertas

Estudantes de São Miguel do Guaporé conhecem instalações da Justiça do Trabalho e têm primeiro contato com juiz

02/04/19



Cerca de 50 alunos acompanhados pelos professores José dos Santos e José Nelson Nunes, foram recepcionados pelo Titular, da Vara do Trabalho de São Miguel do Guaporé, juiz Wlader Ferreira e pelo diretor de Secretaria, João Eldes Pereira, que acompanharam os visitantes pelos setores da unidade, oportunidade que conheceram o funcionamento de uma vara do trabalho e os trâmites processuais.

Na sala de audiências, houve uma roda de conversas entre o juiz e os jovens estudantes, momento em que magistrado explanou sobre as atribuições do cargo e levou uma mensa-

gem de incentivo à futura carreira profissional e a necessidade de levar a sério os compromissos de cidadania.

Foram distribuídas Cartilha “Guia do Jovem Aprendiz” e gibizinho da Turma da Mônica sobre “Trabalho Infantil, nem de brincadeira!”.

Participaram também da Ação de cidadania Justiça de Trabalho de Portas Abertas, os servidores Sandra Paulino, Raquel de Azevedo Oliveira de Souza, Joceni Ostrowski Zaneti e o estagiário Bruno Maycon Ribeiro.

(Secom/TRT14)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem

Gestores regionais de RO e AC participam da 1ª reunião do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no TST

23/04/19



Gestores regionais da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre participaram, no último dia 8, da 1ª Reunião Conjunta entre os Gestores Nacionais e Regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na ocasião, o presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do TST, ministro Brito Pereira, fez o lançamento do Manual do Programa de Combate ao Trabalho infantil, que auxiliará os gestores na realização das atividades.

A desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima e os juízes do Trabalho Christiana D'arc, Soneane Raquel Dias e Augusto Carigé, representaram a Comissão Regional pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, ocasião em que destacaram este primeiro contato com os demais gestores, bem como a troca de ideias e boas práticas.

“Foram angariados subsídios, igualmente, para permanência do alinhamento das ações regionais com as diretrizes nacionais do Programa, de modo a impactar concreta e positivamente a vida de crianças, adolescentes e jovens expostos às intercorrências das relações de trabalho”, ressaltou Cesarineide que é a coordenadora da Comissão.

O encontro também serviu para que os gestores alinhassem as ações a serem realiza-

das nos eventos nacionais programados para este ano, como a Semana Nacional de Aprendizagem, prevista para 19 a 23 de agosto, e o dia mundial contra o trabalho infantil (12 de junho). O objetivo é que cada Tribunal promova alguma ação que dê visibilidade ao programa.

Banco de Boas Práticas

Outra novidade é o Banco Nacional de Boas Práticas, que será implementado neste ano, a fim de promover a integração entre as atividades realizadas pelos TRTs. O objetivo é aproveitar os bons resultados já alcançados e, dessa forma, ampliar o número de ações. Também será criado um calendário nacional de eventos para facilitar a integração das atividades entre os Tribunais.

Atuação em 2019

Os integrantes da Comissão Regional destacaram as ações realizadas e previstas para reforçar o compromisso institucional de combate ao trabalho infantil e fomento à iniciação profissional qualificada e protegida de jovens aprendizes.

Ressaltaram, além da participação recente no TRT Comunidade, realizado no último dia 6, a representação do TRT14 na 8ª Rondônia Rural Show, maior feira de agronegócios da região Norte, a se realizar de 22 a 25 de maio de 2019, em Ji-Paraná/RO.

Ainda como parte da programação para 2019, a Comissão pretende realizar no mês de junho/2019, em Porto Velho/RO, o 1º Seminário Regional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, de modo a fortalecer as ações intersetoriais envolvidas com o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, celebrado anualmente em 12 de junho. Neste mesmo evento, pretendem também realizar a exposição itinerante “Um Mundo sem Trabalho Infantil”.

“São eventos importantes, nos quais se conclama o Estado, a sociedade e a família a reafirmarem os compromissos constitucional e internacional de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à educação, lazer, profissionalização, cultura e dignidade”, evidenciou a desembargadora.

A atual composição da Comissão Regional decorre das Portarias TRT14 n. 242, 7.3.2019, e 282, 11.3.2019, DJ de 13.3.2019.

(Secom/TRT14)

Justiça do Trabalho de RO e AC assina protocolo de intenções para fortalecer ações de combate ao trabalho infantil e incentivo à aprendizagem

20/05/19



Em conjunto com diversos órgãos e entidades do Estado de Rondônia e da União, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC) assinou, na quinta-feira (16), um protocolo de intenções com vistas a fortalecer e fomentar ações no combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem de jovens e adolescentes.

A solenidade que aconteceu no edifício-sede do Regional reuniu representantes das seguintes entidades: Superintendência Regional do Trabalho no Estado de Rondônia (SRTb - RO); Agência do Sistema Nacional do Emprego

de Rondônia (Sine - RO); Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO); Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar - AR/RO); Centro de Integração Empresa-Escola em Rondônia (CIEE-RO); Secretarias de Estado da Agricultura e de Educação do Estado de Rondônia e, Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater - RO).

O documento prevê a adoção de ações e programas integrados, com desenvolvimento de campanhas e vídeos institucionais edu-



cativos; distribuição de cartilhas; palestras e workshops; formação de cadastro de jovens e adolescentes interessados em participar de aprendizagem rural, como também de potenciais empregadores; divulgação de cursos de aprendizagem profissional ofertados no Estado; aproximação com as escolas técnicas e agrotécnicas de educação, além de atuação articulada em stands instalados nas feiras agropecuárias estadual, a exemplo da participação na 8ª Feira Agropecuária Rondônia Rural Show Internacional, prevista para o período de 22 a 25 do corrente, entre outras ações.

Na ocasião, o Presidente do TRT14, Desembargador Osmar J. Barneze, ressaltou a importância da união de forças no combate ao trabalho infantil e incentivo à aprendizagem. “Esse é um dos focos de atuação da Justiça do Trabalho como um todo, tanto nos Órgãos Superiores quanto nas comissões temáticas criadas para esse fim”. Reforçou a Presidência que “O Rondônia Rural Show é uma ótima oportunidade para disseminar conhecimento aos

jovens do interior do Estado, cuja realidade econômica predominante é o setor produtivo agropecuário”.

O Promotor de Justiça, Marcos Tessila, que compõe o Comitê Estadual de Combate à Vulnerabilidade Infantil, também destacou a relevância da iniciativa do protocolo de intenções impulsionado pela Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, do TRT14, que se soma a iniciativas desenvolvidas há mais de 4 anos no combate a vulnerabilidades no campo por Comitê Estadual”, ressaltou.

A solenidade foi acompanhada através de videoconferência pela Desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima e os juízes Augusto Nascimento Carigé, Christiana D’Arc Damasceno e Soneane Raquel Loura, membros da Comissão Regional do Combate ao Trabalho Infantil e Incentivo à aprendizagem do TRT14.

(Secom/TRT14 | Mirna Carolina/Celso Gomes)

Participação da JT com campanha de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem na 8ª Rondônia Rural Show é destacada pelos governadores de RO e AC

29/05/19



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, por meio da Comissão Gestora Regional de Combate ao Trabalho Infantil e Incentivo à Aprendizagem, participou da 8ª Feira Rondônia Rural Show (RRS) - Internacional, aberta pelo Governador do Estado de Rondônia, dia 22 de maio, na cidade de Ji-Paraná, a cerca de 390 km da capital e encerrada sábado, dia 25.

O Governador de Rondônia, Marcos Rocha, destacou a importância da Justiça do Trabalho estar no evento com a campanha do combate ao trabalho infantil. Na oportunidade, ressaltou: “Já fizemos reuniões no gabinete sobre essa pauta, a gente precisa respeitar a inocência das crianças, dar condições de estudos e resolver a questão dos estágios para tornarem jovens e adultos produtivos e conscientes. A Justiça do Trabalho tem sido extremamente parceira do Governo do Estado”, conclui Rocha.

Na solenidade, o Presidente do TRT14, desembargador Osmar J. Barneze, foi representado pela desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima, coordenadora da Comissão Regional de Combate do Trabalho Infantil e Incentivo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho em Rondônia e Acre. A juíza Soneane Raquel Dias Loura, Titular da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim (RO), também membro da referida Comissão, participou da abertura e dos trabalhos na RRS até o encerramento do evento.

A desembargadora Maria Cesarineide enfatizou que “sabendo da importância dessa feira estamos junto com os parceiros institucionais para mostrar essa ponte entre o produtor rural e o jovem aprendiz, esclarecendo que a aprendizagem é um bom negócio. Oportunidade de demonstrar as vantagens tanto para os produtores rurais quanto para os jovens o caminho

da aprendizagem. As ações interinstitucionais articuladas produzirão bons frutos. O agronegócio está progressivamente mais pujante e se houver cursos para qualificar mão de obra, sob o aspecto de aprendizagem profissional, todos ganharão (trabalhadores e empreendedores)” - disse a Coordenadora da Comissão Regional.

O Governador do Estado do Acre, Gladson Cameli, também destacou a atuação da Justiça do Trabalho naquele Estado. Com relação à campanha de combate ao trabalho infantil, Cameli afirmou que “nós do executivo precisamos cumprir e fortalecer as normas, as parcerias e coibir qualquer tipo de irregularidade. Precisamos construir pontes entre as instituições para um desenvolvimento regional com responsabilidade”, concluiu o governador.

O Secretário de Agricultura de Rondônia (SEAGRI), Evandro Padovani, ressaltou a participação de mais de 500 expositores e fez movimentar mais de 703 milhões de reais em agronegócios. Padovani enfatizou, ainda, a importância da presença e da parceria da Justiça do Trabalho, e que, em todas as palestras das cadeias produtivas, foram apresentados conteúdos sobre as frentes de combate ao trabalho infantil e incentivo à aprendizagem no campo, ação que a Seagri também é parceira”, concluiu Padovani.

À reportagem do programa Justiça e Cidadania, o Senador Marcos Rogério destacou a soma dos esforços dos órgãos do governo, do empresariado, para o desenvolvimento do nosso Estado. Na oportunidade, parabenizou a Justiça do Trabalho ao sair dos gabinetes e salas de audiências para estar na Rondônia Rural Show, por exemplo, trazendo orientações e informações para o produtor rural e para a sociedade, em especial, para os jovens, concluiu o parlamentar.

A Procuradora do Trabalho, Marina Tramonte, ressaltou o quão é importante aproveitar esta Feira, que é um expoente no ramo do agronegócio para levar as informações aos jovens e ao homem do campo, pois é o envolvimento permanente dos órgãos parceiros do Comitê Estadual e faz com que se possa levar oportunidade e proteção aos jovens.

Ao concluir os trabalhos na feira, a desembargadora Maria Cesarineide agradeceu o apoio dos veículos de comunicação de Rondônia e da Região Central do Estado, muito importante para disseminar campanha para toda a população.

Stand da Campanha na Feira

Pelo stand do Comitê Estadual de Combate à Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes



passaram centenas de jovens, mais de 170 jovens somente até a manhã de 24/5, 112 jovens já haviam se cadastrado com a intenção de participar de cursos de aprendizagem, diante das ações articuladas e realizadas neste ano.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região se fez presente na 8ª Rondônia Rural Show Internacional, por meio da equipe de servidores e magistrados do Fórum, 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Ji-Paraná (RO), com apoio integral da Presidência do Tribunal, por intermédio da Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.

Participam do Comitê Estadual de Combate à Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes, além do Tribunal Regional do Trabalho - TRT 14ª Região, a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - SEAS; Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril - IDARON; Banco da Amazônia - BASA; Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER-RO; O Ministério Público do Estado - MPE/RO; Ministério Público do Trabalho - MPT14; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/RO; Secretaria de Estado da Educação - SEDUC; Secretaria de Estado da Saúde - SESAU; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

A Juíza Soneane Raquel Dias Loura destacou que a participação do Comitê na Feira foi com o objetivo de conscientizar a sociedade acerca do trabalho infantil e estimular a aplicação do contrato de aprendizagem na região, em especial no âmbito rural.

Comissão Regional

A Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e Incentivo à Aprendizagem do TRT da 14ª Região é composta por quatro magistrados, sendo a desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, coordenadora, e os

juízes Christiana D'Arc Damasceno; Augusto Carigé e Soneane Raquel Dias Loura.

Protocolo de Intenções

Por iniciativa da Comissão Regional do TRT14, houve a assinatura do Protocolo de intenções, no dia 16 de maio em Porto Velho, o qual já surtiu efeitos relevantes com atuação diferenciada e as medidas prévias que contribuíram para esse resultado diferente nessa edição da RRS.

Assinaram o Protocolo as seguintes instituições: Superintendência Regional do Trabalho no Estado de Rondônia (SRTb - RO); Agência do Sistema Nacional do Emprego de Rondônia (Sine - RO); Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO); Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar - AR/RO); Centro de Integração Empresa-Escola em Rondônia (CIEE-RO); Secretarias de Estado da Agricultura e de Educação do Estado de Rondônia e, Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater - RO).

(Secom/TRT14 | Celso Gomes)



Justiça do Trabalho vai realizar Twittaço no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

11/06/19



A maior mobilização digital do país em prol do combate à exploração do trabalho infantil ocorrerá nesta quarta-feira (12), no Twitter, data instituída pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2002, como Dia mundial Contra o Trabalho Infantil. Com o uso da hashtag #BrasilSemTrabalhoInfantil, a atividade terá início às 9h e tem como objetivo sensibilizar os usuários na rede social para a importância de identificar essa forma de abuso. A Justiça do Trabalho se une a diversas instituições, influenciadores e artistas. Para participar, basta publicar ou republicar posts que contenham a hashtag.

Entre essas instituições e personalidades que confirmaram apoio à causa está o Fundo

das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Público do Trabalho, Twitter Brasil, Canal Futura, Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Tribunais Regionais do Trabalho de todo o país, Tribunais Superiores e artistas. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e outras federações estaduais, além de diversos times da série A, também aderiram a campanha.

Centenas de milhões de crianças estão nesse momento trabalhando, e não estão usufruindo de seus direitos à educação, saúde e lazer. A principal arma contra o trabalho infantil é a intensa sensibilização civil contra a exploração das crianças e adolescentes.

(Secom/TRT14 | Mirna Carolina/Luiz Alexandre)

Cidadania - Justiça do Trabalho de RO e AC participa da 3ª edição do Conselhos em Ação

18/06/19



A Justiça do Trabalho participou no dia 08 de junho, sábado, da 3ª edição do Conselhos em Ação, que aconteceu na Escola Oswaldo Pianna, em Porto Velho/RO. O evento teve como objetivo aproximar o cidadão do controle social por meio dos Conselhos Municipais, levando à comunidade a consciência de que a população pode participar diretamente do processo de construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária.

Foram oferecidas várias ações programadas para a população e a Justiça do Trabalho, que abrange os Estados de Rondônia e Acre, distribuiu cartilhas sobre o Combate ao Trabalho Infantil e Trabalho seguro, além de recebimento de reclamações trabalhistas e dúvidas.

O evento contou também com diversos outros serviços, tais como atendimentos médicos e odontológicos, imunização, corte de cabelo, Cadastro Único, Bolsa Família, Sine Municipal, primeiro emprego e estágio, ouvidoria, educação no trânsito, emissão de passe livre e do CPF, agendamento 2ª via de Certidão de Nascimento, Casamento e carteira do trabalho, informações sobre Benefícios Previdenciário (BPC), aposentadoria e auxílio-doença.



O evento foi organizado pela Casa dos Conselhos Municipais de Direitos, com apoio da Prefeitura de Porto Velho, via Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (Semasf).

(Secom/TRT14 | Mirna Carolina/Celso Gomes)

Justiça do Trabalho de RO e AC implanta Programa “Adolescente Aprendiz no TRT14”

23/08/19



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) assinaram na quarta-feira (21) convênio que possibilitará a contratação, pela Justiça do Trabalho, de adolescentes aprendizes, via indireta, na forma do art. 431 da CLT. O ato foi realizado em uma solenidade na sede do Regional, em Por-

to Velho/RO, e institucionalizou o Programa “Adolescente Aprendiz no TRT14”.

Na ocasião, o presidente do TRT14, desembargador Osmar J. Barneze, evidenciou que a implantação do Programa é um “marco no processo de medidas que reforçam o compromisso institucional do TRT em contribuir para

a iniciação profissional qualificada e protegida no mercado do trabalho”.

“A concretização do Programa Regional acarretará reflexos destacados na desconstrução da cadeia de miserabilidade social e aprimoramento das habilidades dos envolvidos nas relações de trabalho”, ressaltou o presidente ao sublinhar a atuação da Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT, autora da proposta do projeto.

No mesmo contexto, o vice-presidente, desembargador Shikou Sadahiro, acentuou a importância da Justiça do Trabalho nesse cenário. “Essa iniciativa demonstra mais uma vez o seu compromisso institucional com a responsabilidade social. Esses jovens terão uma oportunidade diferente que pode significar muito na vida deles”, manifestou.

A importância da parceria foi realçada durante a solenidade pelo coordenador do CIEE em Rondônia, José Augusto da Silva Neto. “Espero que a atitude da Justiça do Trabalho seja exemplo para os demais órgãos públicos, para os quais, mesmo sendo facultativa a contratação, o fazem por uma questão social”, registrou.

Neto destacou ainda o papel do CIEE como entidade formadora e empregadora dos adolescentes e jovens. “Atendemos 900 jovens, dos quais 70% se encontram em situação de vulnerabilidade. A bolsa-auxílio é a complementação da renda e muitas vezes a própria renda familiar deles”, revelou.

Por videoconferência, a gestora membro da Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem e juíza Titular da Vara do Trabalho de Plácido de Castro/AC, Christiana D’Arc Damasceno Oliveira Andrade Sandim, agradeceu a Presidência do Regional pelo apoio integral ao projeto, bem como aos servidores que trabalharam diretamente na



formulação do contrato e ao programa pioneiro do Tribunal Superior do Trabalho.

O “Programa Adolescente Aprendiz no TRT14” busca promover a inserção qualificada e protegida no mercado de trabalho de adolescentes entre 14 e 18 anos incompletos, faixa etária em que as oportunidades laborais são mais escassas, há estatisticamente maior exposição ao trabalho precoce ilegal e em que a permanência na escola (pressuposto para ingressar no programa) é decisiva para um futuro promissor. O programa contém inclusive vagas reservadas para o público em situação de maior vulnerabilidade social e em cumprimento de medidas socioeducativas.

A magistrada acrescentou que “No Brasil, a aprendizagem profissional ainda é instrumento pouco manejado e conhecido, de modo efetivo. Trata-se de incrível via de mão dupla, benéfica para todos os envolvidos e que, ao mesmo tempo em que protege o adolescente e revela responsabilidade social, traz ganho de valor humano e efetividade para as instituições com a formação de profissionais especificamente treinados, beneficiando também a sociedade em geral com menos déficit social. Nesse sentido, a aprendizagem funciona mesmo como viés complementar de combate à exploração do trabalho infantil precoce. Esperamos contribuir com vida mais integral e protegida em favor dos adolescentes participantes do Programa e de suas famílias, trazendo



benefícios globais para a instituição TRT14 e para a sociedade”.

A Comissão é integrada também pela coordenadora, a desembargadora Maria Cesari-neide de Souza Lima, e a juíza titular da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO, Soneane Raquel Dias Loura.

Entenda como funcionará o Programa

Para participar do Programa “Adolescente Aprendiz no TRT14”, o adolescente deverá, primeiramente, realizar a sua inscrição no agente de integração, no caso o CIEE, e passar pelo processo seletivo da instituição.

Serão admitidos adolescentes com idade entre 14 e 18 anos incompletos, matriculados no ensino regular. Admitidos no processo seletivo do CIEE, os adolescentes serão matriculados em cursos de aprendizagem voltados para a formação técnico-profissional, promovidos pela referida entidade sem fins lucrativos, que tem por objeto a assistência ao adolescente e sua formação, com inscrição no Cadastro Nacional de Aprendizagem, do então Ministério do Trabalho e Emprego (absorvido pelo Ministério da Economia).

Segundo o Programa, pelo menos 70% dos adolescentes deverão ser oriundos de família com renda per capita inferior a dois salários mínimos, bem como cursar, no mínimo, o 7º ano do ensino fundamental ou o ensino médio.

O contrato não poderá ser superior a 24 meses e a jornada de trabalho será de quatro

horas diárias, conforme preconiza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os aprendizes perceberão salário mínimo hora, tendo direito ainda a décimo terceiro salário, FGTS, repouso semanal remunerado, férias de 30 dias, seguro contra acidentes pessoais e vale-transporte.

A princípio, o Regional disponibilizará 15 vagas, das quais 10% devem ser reservadas a adolescentes em cumprimento ou que tenham cumprido medidas socioeducativas. O Programa se desenvolverá conforme disponibilidade orçamentária do exercício até o ano de 2021.

De modo inédito, na forma do Programa Regional do TRT14, os adolescentes a serem selecionados atuarão em unidades da JT de Porto Velho e Rio Branco, bem como em varas do interior dos estados de Acre e Rondônia que manifestaram interesse em participar do programa, em resposta à consulta formulada por ofício enviado pela Secretaria de Gestão de Pessoas: Secretaria de Gestão de Pessoas, 1ª Vara do Trabalho de Porto Velho, 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho, 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho, 8ª Vara do Trabalho de Porto Velho, Núcleo de Gestão Documental, Secretaria Administrativa, 1ª Vara do Trabalho de Rio Branco, 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco, 3ª Vara do Trabalho de Rio Branco, 4ª Vara do Trabalho de Rio Branco, Vara do Trabalho de Pimenta Bueno, Vara do Trabalho de Plácido de Castro, Vara do Trabalho de Epitaciolândia e Vara do Trabalho de Guajará-Mirim.

A Comissão de Acompanhamento de Adolescentes Aprendizes será responsável por gerenciar o Programa.

A Secretaria de Gestão de Pessoas disponibilizou uma página contendo o Manual do Adolescente Aprendiz com todas as informações úteis sobre o Programa.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre)

Ação da Justiça do Trabalho em RO e AC atinge mais de 3 mil alunos no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

14/06/19



O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, celebrado no dia 12 de junho, foi marcado por um grande mutirão social de conscientização sobre o tema na Justiça do Trabalho da 14ª Região, que abrange os estados de Rondônia e Acre. A ação foi coordenada pela Comissão Regional de Combate do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do Regional, em sintonia com a campanha nacional organizada pelo Comitê Gestor Nacional, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

Por meio dos programas sociais “Justiça do Trabalho Portas Abertas” e “Justiça do Trabalho Vai à Escola”, juízes e servidores levaram informações e orientações sobre trabalho infantil e contrato de aprendizagem a mais de 3 mil alunos da rede pública municipal e estadual nos dois Estados.

Ao todo, 26 das 32 unidades judiciárias do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região participaram da mobilização, que contou também com um “twittaço” na rede social Twitter, utilizando a hashtag #BrasilSemTrabalhoInfan-

til, unindo forças com outros Tribunais Regionais do Trabalho, instituições, autoridades e personalidades artísticas para difundir a necessidade de erradicar o trabalho precoce no país.

Em Porto Velho/RO, além de movimentar as Varas do Trabalho, juízes recém-empossados que participam do Curso de Formação Inicial - CFI na Escola Judicial do TRT também se envolveram na ação com palestras em 7 (sete) escolas estaduais. No bate-papo com os alunos na faixa de idade entre 13 e 17 anos, os Magistrados ressaltaram os riscos ocupacionais no desenvolvimento da criança e adolescente e orientaram sobre os programas de aprendizagem legal, a exemplo do Jovem Aprendiz.

Entre os destaques, está a palestra em Ji-Paraná/RO a mais de 300 estudantes da Escola Estadual de Educação Fundamental e Médio Professor José Francisco dos Santos, ocasião em que o juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/RO, Carlos Antônio Chagas Júnior, com participação de parceiros institucionais como o Ministério Público do Trabalho, CIEE, Fundação Cultural de Ji-Paraná/RO, CREAS/



PAEFI e Orquestra em Ação de Ji-Paraná, realizaram uma grande ação de conscientização contra o trabalho infantil.

Acre

No Acre, destacaram-se as Varas do Trabalho de Feijó; Sena Madureira (foto3), Rio Branco e em especial a Vara do Trabalho de Plácido de Castro, em ação coordenada pela juíza Christiana D'Arc Damasceno, que é membro da Comissão Regional de Combate do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, tendo sido reconhecida com certificação entregue dia 7 de junho, pela representante da Organização Internacional do Trabalho OIT, no Brasil, Maria Cláudia Falcão, durante o I Seminário Regional Integrado do Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo



à Aprendizagem, realizado em Porto Velho/RO nos dias 6 e 7 de junho de 2019. (Vídeo)

Confira na sequência a galeria de fotos deste grande mutirão contra o trabalho infantil e em defesa da aprendizagem legal.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre - Fotos: Unidades/Luiz Alexandre/Celso Gomes/Mirna Carolina/Tamara Lima)



TRT14 realiza I Seminário Regional Integrado do Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem com lotação máxima em RO

17/06/19



Nos dias 6 e 7 de Junho de 2019, a Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre realizou o 1º Seminário Regional Integrado de Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, que teve por objetivo estimular debates, propostas e ações concretas para o fortalecimento de estratégias de sensibilização e a mobilização no combate ao trabalho infantil no Brasil e promoção do cumprimento da Lei da Aprendizagem como instrumento para a inserção protegida de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, além de garantir o meio ambiente de trabalho saudável.

Durante os dois dias, o auditório da sede do TRT14 esteve lotado de magistrados e procuradores do trabalho, magistrados e promotores da Justiça Estadual, auditores fiscais do trabalho, advogados, servidores, conselheiros tutelares, integrantes do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

(FEPETI-RO), integrantes das entidades formadoras do sistema S e do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), representantes do SINE - RO, psiquiatras e psicólogos, assistentes sociais, educadores, estudantes universitários, estudantes do ensino público estadual e municipal de Porto Velho, bem como adolescentes e jovens aprendizes do CIEE, entre outros integrantes da sociedade civil em geral.

Compuseram a Coordenação Científica do Seminário o desembargador Francisco José Pinheiro Cruz (Diretor da Escola Judicial - EJUD e Coordenador da Comissão do Trabalho Seguro), a desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima (Coordenadora Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem), e os juizes do trabalho Christiana D'arc Damasceno Oliveira Andrade Sandim, Soneane Raquel Dias Loura e Augusto Nascimento Carigé, todos igualmente Gestores Regionais do Programa de

Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.

Além do desembargador Francisco Cruz, os juízes Edilson Souza Cortez e Silmara Moura também integram, regionalmente, a Comissão do Trabalho Seguro.

Na abertura, o desembargador e presidente Osmar Barneze fez referência às palestras que seriam ministradas e enfatizou a importância do referido Seminário para a história do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª região, como um evento ímpar. “É oferecida aos adolescentes e aos jovens uma primeira oportunidade de emprego, que respeite a condição de pessoas em desenvolvimento e garanta seus direitos trabalhistas e previdenciários, com estímulo também à continuidade nos estudos e ao crescimento profissional”, afirmou ao anunciar que, por iniciativa da atual Comissão Regional do Programa do Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, a Secretaria de Gestão de Pessoas e outros setores do Regional estão adotando estudos para a implementação do Programa Regional “Adolescente Aprendiz no TRT 14”.

Integraram a mesa de abertura, além do presidente do TRT14 e dos desembargadores Francisco Cruz e Cesarineide, também os presidentes da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 14ª Região - Amatra14 e da Associação Rondoniense da Advocacia Trabalhista - ARONATRA (representando a seccional da OAB/RO), o MPT (por meio da Coordenadoria Regional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente) e o Ministério Público Estadual do Estado de Rondônia - MPE/RO, por meio do Promotor de Justiça e Secretário-Geral do órgão, Marcos Tessila.

Em 6 de junho, a doutora em saúde mental Liliana Andolpho Magalhães Guimarães proferiu palestra sobre “Assédio Moral: repercussões na saúde do trabalho”. Na ocasião, enfatizou as

dificuldades e iniciativas envolvidas no tema e ressaltou que se trata de problema de âmbito mundial, afinal, a saúde no trabalho é um direito. Explicou o nexos causal entre trabalho e transtornos mentais e trouxe dados do grande aumento, nos últimos 5 anos, quanto à ausência ao trabalho por gravames à saúde mental. Explanou sobre ações que caracterizam o assédio moral, tais como: comentários depreciativos e humilhações reiterados; exclusão no ambiente de trabalho e culpabilização do indivíduo assediado.

Em seguida, ao falar sobre Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil, o professor do Departamento de Medicina Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Luiz Alfredo Scienza, ressaltou que é possível ter dignidade no ambiente laboral. “Mesmo com tantas perspectivas preocupantes, pela falta de recursos humanos, materiais e conscientização, é possível conquistar dignidade no ambiente de trabalho e, assim, construir um país melhor”, registrou.

Abertura Oficial da Exposição “Um Mundo Sem Trabalho Infantil”

Na sexta-feira, dia 7, foi inaugurada a Exposição Itinerante “Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, com a presença da representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Maria Cláudia Falcão; e do juiz do trabalho aposentado e ex-Gestor Nacional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (CSJT), José Roberto Dantas Oliva, um dos mais reconhecidos e atuantes estudiosos brasileiros do tema; do presidente do TRT, desembargador Osmar J. Barneze, da desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, da juíza do trabalho Christiana D’arc Damasceno Oliveira Andrade Sandim e da juíza do trabalho Soneane Raquel Dias Loura, além da desembargadora Socorro Guimarães, coordenadora da Comissão Regional de Acessibilidade e Inclusão do TRT da 14ª Região, entre outros presentes



A exposição é composta por 18 painéis em 9 totens, que retratam as piores formas de trabalho infantil, para que a sociedade exija o cumprimento dos direitos relativos à Infância e à Adolescência no mundo do trabalho, a fim de garantir um futuro digno e equilibrado em favor de crianças e adolescentes. A exposição teve visitação inicial de mais de 250 pessoas que aproveitaram para fotografar e compartilhar em suas redes sociais, e prossegue aberta à visitação no acesso ao auditório principal do prédio do TRT 14, na Rua Almirante Barroso, 600, Mocambo, Porto Velho, sempre de 8h às 14h30min, de segunda a sexta-feira.

A coordenadora da Comissão Regional do Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, desembargadora Maria Cesarineide Lima, destacou a importância da exposição para que toda a sociedade tenha conhecimento da preocupação da Justiça do Trabalho e demais instituições envolvidas no combate dessa chaga que é a exploração de mão de obra infantil.

Medidas práticas para potencializar o encontro entre potenciais empregadores e aprendizes

Sob o objetivo de estimular medidas concretas para a realização efetiva de cadastramento envolvendo a aprendizagem profissional, foram previamente convidados pela

Comissão Regional agentes de integração e entidades formadora, para que disponibilizassem profissionais para atendimento ao público, no decorrer das atividades do dia 07. Compareceram integrantes de entidades formadoras do Sistema “S” (SENAI) e do Centro de integração Empresa-Escola CIEE, na antessala do Auditório Principal do TRT 14, oportunidade em que, de modo inovador nesse tipo de evento, foram cadastrados 134 adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos interessados em concorrer a vagas de aprendizagem profissional (59 pelo CIEE e 75 pelo SENAI).

De acordo com o CIEE, com o encaminhamento de login e senha para os e-mails dos interessados e com o cadastro, já há a disponibilidade imediata de 15 cursos on line gratuitos, sendo que, conforme as vagas surgidas, sob a demanda dos empregadores, serão progressivamente inseridos os interessados nos programas de aprendizagem profissional tanto pelo CIEE como pelo SENAI.

Brinquedos e livros infanto-juvenis arrecadados

Como parte das inscrições a Comissão arrecadou 52 brinquedos e 39 livros infanto-juvenis novos que serão doados a entidade sem fins lucrativos dedicada ao cuidado de crianças e adolescentes e a entrega ocorrerá em 12 de outubro, dia das crianças, sendo as instituições beneficiárias previamente divulgadas.

Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem e Entrega Oficial de Certificado pela OIT

Ainda como parte da programação e sob a coordenação de mesa da desembargadora Socorro Guimarães, o ex-Gestor Nacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil da JT (CSJT - TST) e juiz titular aposentado da 1ª VT de Presidente Prudente/SP, professor José Roberto Dantas Oliva, trouxe reflexões importantes sobre as políticas que envolvem a promoção do combate ao trabalho precoce e o estímulo à inserção qualificada e protegida dos jovens no mercado laboral, abordando as principais novidades acerca do tema.

A Coordenadora do Programa de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Maria Cláudia Falcão, na sequência, destacou o envolvimento da Justiça do Trabalho brasileira no combate ao Trabalho Infantil e o respectivo papel institucional como aliada da OIT nessa luta. Expôs ações que objetivam a promoção da Justiça Social, como por exemplo: erradicar o trabalho infantil e escravo, alcançar a igualdade de gênero, eliminar todas as formas de discriminação; promover a saúde e segurança no trabalho; construir e manter a paz, facilitar o diálogo social e estabelecer pisos de proteção social. Além disso, ressaltou os contornos do trabalho decente e pontuou o trabalho infantil como freio no desenvolvimento humano. Por fim, expôs dados sobre a incidência do traba-



lho infantil em Rondônia que foram compilados, entre outros estados, em novo trabalho da OIT ainda a ser divulgado em julho/2019. A coordenação de mesa foi realizada pela juíza do trabalho Ana Célia Soares.

Em seguida, a coordenadora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou a entrega oficial de certificado de elaboração do Curso de Formação de Multiplicadores para a Educação no Mundo do Trabalho: Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, projeto piloto à juíza do trabalho Christiana D'arc Damasceno Oliveira Andrade Sandim, titular da Vara do Trabalho de Plácido de Castro - Acre, fronteira Brasil-Bolívia, pelo desenvolvimento do projeto. Com realização conjunta entre a OIT e o TRT14, a importante iniciativa contou ainda com o apoio da Escola Judicial (EJUD) e da Comissão Regional. No mesmo ato, foi realizada a entrega de certificado de conclusão relativo a um dos participantes do curso.

Com o tema "Boas práticas e colaboração interinstitucional na promoção do trabalho decente de adolescentes e jovens: Se a vida ensina, eu sou aprendiz", sob a presidência de mesa do desembargador do Tribunal de Justiça e Rondônia Isaías Fonseca Moraes, ocorreu o primeiro painel da tarde. O desembargador estadual Marcos Alaor Diniz Granjeia destacou o programa desenvolvido pela EMERON e pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJ/RO, com o viés de propiciar aprendizagem profissional também a adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais e que permanecem internados (em cumprimento de medida socioeducativa, com privação de liberdade). "Portanto, trata-se de colaborar com o aprendizado desses adolescentes e jovens, e antes que eles tenham suas vidas apropriadas definitivamente pelos traficantes, pelo crime e pela violência, ofertar no âmbito do Tribunal de Justiça a oportunidade como jovem aprendiz", concluiu.

Alaor Granjeia sublinhou ainda a importância das ações que vêm sendo desempenhadas também pelo TRT da 14ª Região e pelos parceiros para quebrar esse ciclo de abandono de

adolescentes e jovens, “aspecto fundamental para que o futuro do país melhore. Precisamos investir no conhecimento e na juventude”, concluiu o desembargador.

No mesmo painel, o procurador do trabalho Carlos Alberto Lopes de Oliveira, Coordenador Regional da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes - COORDINF N CIA, lembrou que a etapa atual do programa “Se a vida ensina, sou aprendiz” corresponde a desdobramento de fase original anterior, em que a aprendizagem profissional foi ofertada a adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais, em liberdade assistida. Salientou o apoio do MPT e de vários outros órgãos à iniciativa. Registrou ainda que são exceções os exemplos de adultos bem-sucedidos que foram submetidos a trabalho infantil, pois os estudos e as estatísticas demonstram que a esmagadora maioria de crianças e adolescentes em tais condições permanece no mesmo patamar de pobreza e falta de oportunidades da geração anterior. “Esses casos não são a regra, são verdadeiros sobreviventes do trabalho infantil. A educação de qualidade e o ingresso no mercado de trabalho apenas na idade adequada são as medidas capazes, de fato, de quebrar esse círculo de falta de oportunidades reais”, concluiu.

A convite da Comissão Regional, servidores do quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e ex-aprendizes em outras instituições prestaram depoimentos estimulantes aos presentes, oportunidade em que relataram a importância da aprendizagem profissional em suas trajetórias de vida. Participaram os servidores Lélío Lopes Ferreira Júnior (Diretor-Geral do TRT14), Shirley Pantoja Esteves (Ex-Secretária-Geral), Frank Luz de Freitas (Secretário de Gestão de Pessoas), Cláudia Luzia Vieira Soares Martins, da Secretaria Administrativa do Regional e, até o desembargador Barneze, presidente do Tribunal, também relatou experiências como jovem aprendiz e das dificuldades enfrentadas à época.

O painel posterior tratou do tema “Procedimentos práticos e convênios institucio-



nais: entidades formadoras e Sistema S”. Sob a presidência de mesa do Diretor Jurídico do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Rondônia - SENAI/RO, Marcelo Lessa, os painelistas José Augusto da Silva Neto, Supervisor de Unidade em Rondônia do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEERO, e Carlos Adriano Feitosa Souza, Instrutor de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em Rondônia - SENAC - RO, explicaram os procedimentos práticos para referidas instituições serem acessadas por interessados, potenciais empregadores e aprendizes. Esclareceram os convênios institucionais que firmaram recentemente, bem como relataram as boas experiências de parcerias anteriores. Detalharam ainda, de maneira didática, os cursos de aprendizagem profissional oferecidos por cada qual das instituições, de maneira presencial e em plataforma EAD, de maneira a alcançar os mais diversos públicos e cidades.

O presidente do TRT14, desembargador Osmar J. Barneze, enfatizou os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem. “O resultado deste Seminário é um exemplo disso, passando pelo Protocolo de Intenções elaborado mês passado e pelas ações relevantes na 8ª Rondônia Rural Show Internacional realizada neste mês de maio na região central de Rondônia”, concluiu Barneze.

O evento teve transmissão ao vivo pelo Canal do Youtube do TRT14 e gravações para o programa de televisão do Regional, Justiça & Cidadania.

(Secom/TRT14)

Vara do Trabalho de Buritis faz doações à APAE no Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil

18/06/19



A Justiça do Trabalho, por meio do juiz titular da Vara do Trabalho de Buritis (RO), Eudes Landes Rinaldi, no dia 12 de Junho, fez a entrega oficial de doações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Buritis (APAE), em complemento das ações coordenadas pela Justiça do Trabalho pelo Dia Mundial de Combate ao Trabalho infantil, um estímulo para que todos adotem normas e ações sólidas de combate ao trabalho infantil e, por meio delas, desenvolvam políticas para proteção das crianças e garantam o acesso à educação.

Os recursos são provenientes de multas aplicadas por litigância de má-fé em desfavor da Federação Única dos Trabalhadores no Serviço Público, no valor de R\$: 4.362,86, que foram revertidas à APAE, e foram recebidas pelo presidente da Associação Osmar Fermiano Roberto. Essa quantia será aplicada na melhoria das instalações físicas da associação.

(Processo n. 0000080-54.2018.5.14.0151)

(Secom/TRT14)



**Tribunal Regional do Trabalho
14ª Região | Rondônia e Acre**

Combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem é tema de ação social da JT em Colorado do Oeste (RO)

13/08/19



A Vara do Trabalho de Colorado do Oeste, interior de Rondônia, promoveu na última quarta-feira, 07 de agosto, a ação “Justiça do Trabalho Vai à Escola”, no Colégio Estadual de Ensino Fundamental Floriano Peixoto, com a participação de professores e cerca de 140 alunos.

Na oportunidade, a diretora de secretaria da Unidade da Justiça do Trabalho no município, Neusa Maria Ansiliero, falou sobre a importância da conscientização quanto a

campanha de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, que além de responder aos questionamentos dos alunos e professoras, houve a distribuição do Guia do Jovem Aprendiz e a revista “Trabalho Infantil, nem de brincadeira”, produzida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e disponibilizadas pela Comissão Gestora Regional do Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT14.

(Secom/TRT14 | Colaboração: VT Colorado)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Trabalho Seguro

TRT14 participa do movimento Abril Verde de prevenção a acidentes de trabalho

16/04/19



A Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre participa do movimento Abril Verde que em todo o Brasil busca alertar para a importância do trabalho seguro e da prevenção dos acidentes de trabalho.

Como parte deste movimento, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região mantém a iluminação do edifício sede na cor verde, e ainda realizará no próximo dia 26 uma palestra com o tema “A saúde do trabalhador e o meio ambiente do trabalho”, para os trabalhadores da Usina Hidrelétrica Jirau, a cerca de 120 km de Porto Velho. Durante a fala da juíza do trabalho Luzinalia de Souza Moraes, titular da 7ª Vara do Trabalho de Porto Velho, haverá a distribuição de cartilhas “Trabalhando com Saúde e Segurança”.

Além disso, o Regional participará, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, da programação da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Canpat), em palestras a se realizar nos dias 29 e 30 de abril nas faculdades Fimca e São Lucas, respectivamente. Na ocasião, será tratado o tema “Gestão dos Riscos Ocupacionais”, sob a coordenação da Superintendência Regional do Trabalho em Rondônia, com o objetivo de ressaltar a importância da implementação de uma cultura em prevenção de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho.

Como parte da campanha Abril Verde a equipe do Núcleo de Assistência à Saúde do TRT de Rondônia e Acre dará entrevista na

Rádio 14, web rádio interna acessível aos magistrados, servidores e estagiários em todos os setores da JT da 14ª Região, destacando as políticas que estão sendo desenvolvidas sobre a qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho e intensificando a campanha interna sobre ergonomia.

O mês de abril foi escolhido por conter duas datas relevantes para o tema: 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, instituído pela Organização Mundial de Saúde, e 28 de abril, Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Brasil e os acidentes de trabalho

O Brasil registra anualmente mais de 700 mil acidentes de trabalho. A competência para processar e julgar as ações reparatórias de danos patrimoniais e morais decorrentes deste tipo de acidente é da Justiça do Trabalho. Em 2016, as Varas de Trabalho, Tribunais Regionais e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) receberam quase 180 mil processos com a temática. Os números são da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST, que apurou a quantidade de processos trabalhistas que incluem temas como indenização por dano moral ou material decorrentes de acidentes laborais, prescrição e responsabilidade civil do empregador.

28 de abril

A OIT instituiu o dia 28 de abril como o Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho, em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. No Brasil, a Lei 11.121/2005 instituiu o mesmo dia como o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças.

(Secom/TRT14)

Abril Verde - Justiça do Trabalho leva palestra de prevenção de acidentes a funcionários da Usina de Jirau em RO

29/04/19



Os trabalhadores que atuam no sistema de geração de energia da Usina de Jirau, no Distrito de Jaci-Paraná, em Porto Velho (RO), participaram na sexta-feira, 26/4, de uma palestra ministrada pela juíza Luzinalia de Souza Moraes, titular da 7ª Vara do Trabalho da capital, que tratou da prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

A atividade é alusiva a campanha nacional do “Abril Verde”, coordenada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, com a participação do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e os demais Regionais. Em todo o país durante o mês de abril estão sendo realizadas ações de conscientização quanto ao acidente do trabalho #TrabalhoSeguro.

A magistrada exibiu vídeos da Campanha pelo trabalho seguro, produzido pelo CSJT, e ainda demonstrou por meio de fotos e slides exemplos de improvisos adotados por empresas de pequeno porte que acabam gerando prejuízos ao trabalhador, à sua família, à empresa e a toda sociedade, pois ao final todos pagam alto custo social, a falta de atenção ainda tem índice alarmante como motivo de acidentes, lembrou a magistrada.

Para a magistrada, os acidentes geram aos trabalhadores: sofrimento físico e mental, cirurgias, gastos com próteses, assistência médica, fisioterapia, dependências de terceiros, dificuldades de locomoção e sobretudo o desamparo à família do acidentado.

Os acidentes geram também prejuízos às empresas como interrupção da produção, à imagem da empresa, paralisação do setor, máquinas e equipamentos, além de ficar sem empregado por um período ou até de forma definitiva em caso de acidente fatal.

A juíza Luzinalia Moraes ressaltou sua impressão sobre o evento, “tivemos uma boa receptividade, muitos trabalhadores atentos o tempo todo, foi interessante. Nas empresas maiores também acontecem acidentes, porém em menor número, mas hoje a principal preocupação são pequenas empresas prestadoras de serviços, que não têm corpo de engenheiros e pessoas preparadas com as medidas para proteção da saúde e vida do trabalhador, e assim acabam registrando maior número de acidentes e doenças do trabalho”, destacou a magistrada.

Ao final da palestra alguns funcionários e técnicos tiraram dúvidas com a juíza e também receberam cartilhas e materiais relativos à campanha Abril Verde.

“A mensagem da magistrada reforçou ainda mais a nossa missão que praticamos diariamente com nossos funcionários, pois estamos em busca da ISO 45001, isso avança as nossas ações. Na oportunidade esclareceu muitas dúvidas dos funcionários da Usina”, comentou o técnico de segurança do trabalho, Jairo Reis.

O presidente da CIPA, Pedro Paulo, comentou que “foi uma honra receber a equipe da Justiça do Trabalho e a abordagem da juíza veio enaltecer o trabalho que já desenvolvemos. A informação trazida, de que o maior número de acidentes é oriundo de empresas prestadoras de serviços foi relevante, assim vamos reforçar ainda mais nossa política junto a esses trabalhadores”, concluiu o Pedro Paulo.



O gerente de Saúde Ocupacional da Usina, Oscar Chaves, observou que “a rotina absorve agente e a palestra nos faz refletir. Sabemos que abril é um mês diferenciado sobre prevenção, nós aqui pensamos e tratamos desses assuntos todos os dias do ano. A palestra foi muito importante, pois a juíza Luzinália desta-

cou o que tem impactado nas ações da Justiça do trabalho, vejo como relevante para que possamos estar sempre atentos e evitar que acidentes aconteçam”, disse Chaves.

(Secom/TRT14 | Celso Gomes - Foto: Alberto Alves)

Justiça do Trabalho de RO/AC fecha Abril Verde com participação na Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho

06/05/19



Mais de 4,7 milhões de acidentes de trabalho foram registrados de 2012 até abril/2019. São pelo menos 1.600 acidentes por dia no ambiente laboral, com registro de 2.069 mortes somente em 2017. Os números, oriundos do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, foram apresentados pela juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, Silmara Negrett, em palestras realizadas nos dias 29 e 30 de abril a acadêmicos de diversos cursos da Fimca e do Centro Universitário São Lucas.



O bate-papo com os acadêmicos fez parte da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT), coordenada pela Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, a qual visa a promoção de uma cultura de segurança e saúde no trabalho, somando-se aos esforços do Abril Verde, mês em que se trabalha o tema. Além da Justiça do Tra-



balho, a ação contou com a parceria do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Junto aos estudantes, a magistrada demonstrou que de 2012 até os tempos atuais já foram gastos mais de R\$ 82,6 bilhões da Previdência com benefícios acidentários. No mesmo período somou-se mais de 368 milhões de dias de trabalho perdidos com afastamento previdenciários acidentários e 17.219 mortes acidentárias notificadas.

Em relação ao estado de Rondônia, Silmara revelou também que R\$ 222,6 milhões em benefícios foram pagos pela Previdência aos trabalhadores acidentados no estado de 2012 pra cá. “Foram mais de 5,7 milhões de dias de trabalho não aproveitados em Rondônia”, ressaltou.



“Temos que pensar em duas coisas juntas: prevenção e reparação. Não podemos focar somente nas reparações porque senão vamos ficar pagando uma conta sem fim. E essa conta da previdência é minha, é sua, ela é de todos nós. Portanto, temos que trabalhar, principalmente, na prevenção”, evidenciou a juíza.

Abril Verde na final do Campeonato Rondoniense

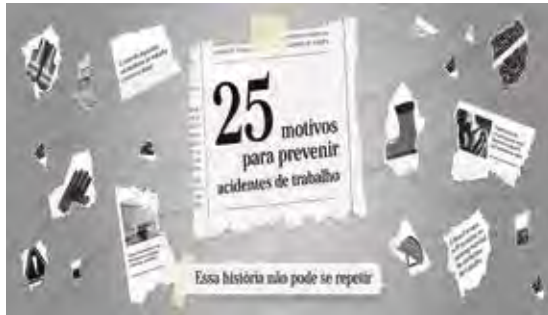
A mensagem pela importância da prevenção dos acidentes de trabalho e de um ambiente de trabalho mais seguro também chegou ao gramado da final do Campeonato Rondoniense de Futebol 2019, no dia 27 de abril, em Vilhena/RO.

Antes de iniciar a partida no Estádio Portal da Amazônia, as equipes do Ji-Paraná e Vilhense entraram em campo com uma faixa para lembrar o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, celebrado no dia 28 de abril. A faixa trazia ainda os dizeres: “Nos unimos à Justiça do Trabalho pelo #TrabalhoSeguro. O título de campeão rondoniense 2019 ficou para o Vilhense que exibiu a faixa novamente na solenidade de premiação.

(Secom/TRT14 | Fotos: Luiz Alexandre e VT de Vilhena/RO)

Campanha nas redes sociais mostra a importância da prevenção de acidentes de trabalho

03/07/19



A série no Facebook “25 motivos para prevenir acidentes de trabalho: essa história não pode se repetir” vai reunir os relatos de trabalhadores e familiares sobre os impactos do acidente de trabalho em suas vidas.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), lançou na terça-feira (2), a campanha “25 motivos para prevenir acidentes de trabalho: essa história não pode se repetir” nos perfis dos tribunais no Facebook. A ação é uma iniciativa do Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho.

A campanha, que se estenderá até o fim do mês, marca o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, lembrado no dia 27 de julho. A data foi escolhida em 1972, em decorrência da implementação, pelo extinto Ministério do Trabalho, do serviço obrigatório de segurança em medicina do trabalho em empresas com mais de 100 empregados.

“Essa história não pode se repetir”

O objetivo da campanha é chamar a atenção da sociedade para a necessidade da prevenção dos acidentes de trabalho, por meio de relatos reais de trabalhadores de várias partes

do Brasil que sofreram esse tipo de acidente. As histórias serão contadas em vídeos curtos e serão divulgadas durante o mês nas páginas oficiais dos tribunais e do CSJT no Facebook.

A série foi iniciada pelo TRT da 1ª Região (RJ), que publicou o primeiro vídeo no dia 2 de julho (assista aqui). Diariamente, até o dia 27/7, outros tribunais também vão publicar os depoimentos em suas páginas oficiais.

Os posts terão a opção de compartilhamento para que os demais tribunais, outras instituições, influenciadores e internautas compartilhem a mensagem, ampliando o alcance da campanha e da mensagem de conscientização.

Acidentes

Os acidentes de trabalho ocorrem por motivos variados: falta ou uso incorreto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), negligência da empresa com o ambiente de trabalho, falta de treinamento e capacitação para realizar determinadas funções ou falta de atenção dos empregados na realização das tarefas, entre outras.

Segundo os dados de 2017 da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, mais de 549 mil pessoas se acidentaram no trabalho e registraram os acidentes por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Outras 98,7 mil pessoas também sofreram acidentes, mas as empresas não abriram a CAT. O número é 6,59% menor do que o registrado em 2016, quando ocorreram 585.626 acidentes no país.

(Divisão de Comunicação do CSJT)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

Ações Sociais Simultâneas

Justiça do Trabalho realiza pit-stops em Porto Velho para conscientização ao Trabalho Seguro e combate ao Trabalho Infantil

15/02/19



A Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre intensificou campanhas de combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem e do Trabalho Seguro, com a realização de pit-stops nas avenidas de Porto Velho (RO), nos dias 13 e 14 de fevereiro, respectivamente, com distribuição de lixeiras para carros e cartilhas com orientações.

Equipes do setor de Programas Sociais em parceria com Núcleo de Assistência à Saúde e NAS, ambas do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, participaram na quarta-feira (13) na Avenida Carlos Gomes esquina com avenida Brasília, de ação voltada ao Trabalho Infantil e na quinta-feira (14), na avenida José Vieira Caúla com avenida Rio Madeira, o Pit-Stop sobre a campanha de conscientização sobre o Trabalho Seguro.

Ao receber o material o comerciante Ademar Souza Rodrigues falou da importância da cam-

panha, pois muitas pessoas não têm consciência disso. Para Rodrigues muitos trabalhadores chegam atrasados ao trabalho, isso provoca desconcentração e acaba causando acidente.

Para a nutricionista Andreia Marry, “a conscientização vale para os dois lados, empregados e empregadores, pois quando acontece um acidente o custo é muito alto, por isso que prevenir é muito melhor”.

De acordo com o secretário de Comunicação Social e Eventos Institucionais do Regional, Celso Gomes, a ação também será realizada nos próximos dias nas cidades de Ji-Paraná (RO) e em Rio Branco, capital do Acre. Materiais das campanhas também serão utilizados nas Ações Sociais pelas Varas do Trabalho, e na 17ª Edição do TRT Comunidade, a acontecer no dia 6 de abril em Porto Velho.

(Secom/TRT14)



TRT da 14ª Região promove campanha de conscientização em alusão à Semana Nacional da Responsabilidade Social

10/04/19



Entre os dias 8 e 12 de abril a Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre celebra a “Semana Nacional da Responsabilidade Social”, instituída pela Lei n. 13.559/2017, e convida toda a sociedade para refletir sobre a responsabilidade social como ferramenta de construção do desenvolvimento sustentável e de superação das desigualdades sociais, bem como dos impactos ambientais negativos.

Dessa forma, o Regional, por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, presidida pela desembargadora Socorro Guimarães, lançou uma campanha de conscientização para esclarecer as necessidades básicas das pessoas com deficiência, com vistas a fortalecer a política inclusiva de acessibilidade.

“Para isso, difundimos um vídeo educativo produzido pelo Hospital Israelita Albert Einstein para incorporar na comunidade, bem como junto aos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores, valores ligados ao princípio da dignidade da pessoa humana que passa também pela observância do valor social do trabalho, de um ambiente de trabalho hígido capaz de proporcionar um bem estar físico e mental dos trabalhadores, bem como da própria sociedade”, ressaltou a presidente da Comissão ao convidar o público interno e externo a conhecerem um pouco mais sobre a acessibilidade.

A ação é realizada com o apoio da Seção de Sustentabilidade e Programas Ambientais da Secretaria Administrativa.

(Secom/TRT14)

No combate ao trabalho infantil, Justiça do Trabalho participa de ação do MPT de entrega de kits de EPIs a catadores do lixão de Porto Velho

13/05/19



No último dia 4, catadores que moram na Vila Princesa e atuam no lixão municipal de Porto Velho/RO receberam kits com equipamentos de proteção individual, além de itens de material escolar para as crianças. A ação, coordenada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), é fruto de uma condenação da 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, em uma ação civil pública ingressada contra a empresa Marquise e a Prefeitura de Porto Velho pelo próprio MPT, com vistas a combater o trabalho infantil e degradante na região.

A entrega aconteceu na Escola Municipal João Afro Vieira e contou com a participação da Justiça do Trabalho, através da Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-RO/AC).

Ao todo foram fornecidos aos catadores cadastrados pela Associação do bairro 368 kits,

contendo botas, luvas, coletes refletivos, boné e protetor solar.

A coordenadora da Comissão do TRT, desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, e a juíza do Trabalho Titular da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim, Soneane Raquel Dias Loura, também membro da referida Comissão, entregaram 300 squeeze e 300 cartilhas do programa de combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem.

“Essa parceria é de fundamental importância para a gente desenvolver um trabalho social e juntos contribuir com a sociedade e na distribuição de justiça”, ressaltou Cesarineide ao destacar o resultado da ação civil pública que visou combater o trabalho infantil e degradante na região.

A procuradora-chefe do MPT, Camilla Holanda Mendes da Rocha, reforçou que o trabalho

infantil tem um histórico muito grave no local. “Por conta disso o MPT ingressou com ação para buscar da prefeitura e a empresa para que tivessem um olhar adequado em relação ao trabalho infantil. Para o Município é também uma condenação de políticas públicas que ultrapassam a questão do trabalho infantil, pois entendemos que o trabalho infantil só vai ser erradicado quando as famílias tiverem abrigadas também pelas políticas públicas que a Constituição colocam como necessárias”, explicou.

“A gente está aqui fazendo um trabalho que na verdade é dando as mãos para todos os órgãos, inclusive ao Poder Executivo, a associação de moradores, cooperativa, paróquia, a sociedade civil, no sentido de trazer a presença do Estado aqui. Nesse contexto, a participação da Justiça do Trabalho é muito importante”, evidenciou a procuradora.



Nesse papel primordial do Estado, a juíza Soneane Raquel atuou em parceria com a Biblioteca Móvel do Serviço Social do Comércio de Rondônia (Sesc-RO), no contato com crianças que já trabalharam no lixão. “Nossa atuação aqui também está em orientar sobre o que é trabalho infantil, sobre a diferença em ajudar o trabalho em casa e a barreira de quando não é mais ajuda. É um trabalho bem receptivo e gratificante, principalmente quando trabalhamos o incentivo à leitura e aprendizagem”, revelou.

Neste grupo, a adolescente S.C.S.A., de 13 anos, detalhou como era o trabalho no lixão municipal. “Era duro. Tínhamos que catar material de reciclagem para ganhar o próprio dinheiro. Às vezes ficava o dia inteiro”, relatou.

O coordenador da Coordenadoria de Combate ao Trabalho Infantil do MPT (Coordinfância), procurador do Trabalho Carlos Lopes, endossou ao falar da importância da ação que dá visibilidade para o tema do trabalho infantil, bem como para a necessidade do trabalho seguro e decente. “Não é somente uma atuação repressiva, por meio da ação civil pública, onde está envolvido uma condenação judicial, um acordo para a entrega do material aos catadores, mas também existe essa atuação promocional que é engrandecida pela participação dos parceiros, como a Justiça do Trabalho”, afirmou.

A felicidade de receber seu kit estava estampada no semblante sofrido da dona Ana Maria de Almeida (60), que há quatro anos trabalha de catadora. “Fico muito feliz, vai nos ajudar muito nesse trabalho”, afirmou.

Sobre o trabalho que realiza em meio ao lixo, dona Ana revela: “É sofrido. Ali dentro o sol é muito quente, mas fui criada no interior trabalhando no pesado, criando meus 10 filhos”, contou orgulhosa.

(Secom/TRT14 | Luiz Alexandre - Fotos: Celso Gomes)



TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

www.trt14.jus.br

Rua Almirante Barroso, 600 - Mocambo - Fone: (69) 3218-6371
CEP 76.801-901 - Porto Velho - Rondônia - Brasil

